



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ANA LUIZA BARRETTO BITTAR

**SOBREVIVER E SONHAR: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

**CAMPINAS,
2020**

ANA LUIZA BARRETTO BITTAR

**SOBREVIVER E SONHAR: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestra em
Linguística Aplicada na área de
Linguagem e Sociedade.**

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Palma

**Este exemplar corresponde à versão
final da Dissertação defendida pela
aluna Ana Luiza Barretto Bittar e orientada
pela Profa. Dra. Daniela Palma.**

**CAMPINAS,
2020**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

B548s Bittar, Ana Luiza Barretto, 1993-
Sobreviver e sonhar : histórias e memórias de mulheres em situação de rua /
Ana Luiza Barretto Bittar. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Daniela Palma.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Mulheres em situação de rua. 2. Narrativas autobiográficas. 3.
Representações femininas. I. Palma, Daniela. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Surviving and dreaming : stories and memories of women in street situations

Palavras-chave em inglês:

Homeless women

Autobiographical narratives

Female representation

Área de concentração: Linguagem e Sociedade

Titulação: Mestra em Linguística Aplicada

Banca examinadora:

Daniela Palma [Orientador]

Palma, Daniela

Fabiana Poças Biondo Araújo

Junot de Oliveira Maia

Data de defesa: 11-11-2020

Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2617-7037>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0293861450398066>



BANCA EXAMINADORA:

Daniela Palma

Fabiana Poças Biondo Araújo

Junot de Oliveira Maia

**IEL/UNICAMP
2020**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

À Lucinda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPG-LA) pelas contribuições em minha formação acadêmica, profissional e humana durante os últimos anos e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa (processo nº 130432/2018-0). Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dra. Daniela Palma, não apenas pela orientação cuidadosa, mas também pelas disciplinas ministradas, que sempre me encantaram e me enriqueceram, e pelas oportunidades de realização de estágio docente e de participação do grupo de elaboração das Oficinas de Imaginação e Escrita para Educação em Direitos Humanos, experiências que me marcaram profundamente e das quais vou sempre recordar ao me lembrar dos anos do Mestrado.

Agradeço aos professores Dr. Junot Maia e Dra. Fabiana Biondo pela leitura atenciosa do trabalho e pelas contribuições valiosas feitas na Qualificação, as quais me ajudaram a reconhecer a sobrevivência e o sonho como eixos centrais da pesquisa e também como a presença da minha voz e de quem sou seriam importantes para um trabalho mais honesto comigo mesma, com o tema e com as participantes da pesquisa. Agradeço também a todos os professores que participaram da minha formação ao longo de toda a vida escolar e universitária – foram neles que sempre encontrei inspiração e motivação para estudar, pesquisar e para querer exercer a mesma profissão.

Agradeço às mulheres que conheci durante o percurso da pesquisa e, especialmente, àquelas que compartilharam comigo suas histórias e suas vivências – para além do trabalho, que não seria possível sem elas, esses encontros formaram uma Ana diferente daquela que iniciou o Mestrado. Agradeço também àqueles que realizam trabalhos diversos com a população em situação de rua, especialmente ao Filipe, quem me ajudou a conhecer um pouco mais dessa realidade, principalmente no início da pesquisa. Agradeço ainda à Iasmini, quem me proporcionou um processo de análise fundamental para a concretização desta pesquisa, desde o seu início.

Agradeço aos meus amigos amados Elis, Dodô e Lilian, que estiveram ao meu lado durante toda a realização deste trabalho e que me apoiaram e me ajudaram em cada etapa dela. Ter a amizade e a presença constante deles na minha vida é um presente pelo qual sou profundamente grata. Agradeço também aos meus amigos queridos da escola e do prédio, àqueles que ainda estão próximos e aos que, mesmo distantes, sabem que fazem parte de quem eu sou hoje.

Agradeço ao Guilherme por ter entrado na minha vida durante esse percurso e por, desde então, ter estado ao meu lado, acreditando em mim e me incentivando sempre. Nosso amor me faz querer sonhar e realizar cada vez mais.

Agradeço, por fim, à minha família. Ao meu pai, José Amaro, pelo seu amor e por seu apoio. Ao meu irmão, João Henrique, por ter sempre sido um grande parceiro na minha vida. À minha vó, Maria Luiza, por tudo que fez para estar perto de nós. Às minhas tias, que sempre foram apoio e carinho imensos para mim. E à minha mãe, Lucinda, que partiu há vários anos, mas que deixou um amor tão grande que consigo senti-lo de perto até hoje.

RESUMO

Esta pesquisa foi produzida a partir da escuta, do registro e da análise de narrativas orais, especialmente de caráter autobiográfico, de mulheres que vivem ou viveram em situação de rua nas cidades de Campinas (SP) e de São Paulo (SP). As narrativas de duas mulheres, obtidas por meio de entrevistas, são centrais no trabalho e ganharam destaque nas análises, sendo colocadas em diálogo com as falas de outras mulheres que também vivem ou viveram em situação de rua, as quais foram registradas ao longo do trabalho de campo ou publicadas por outros pesquisadores. Trata-se, portanto, de um trabalho de articulação de vozes e de percepções, que tem como objetivo principal a investigação das representações formuladas por essas mulheres sobre si mesmas e sobre suas realidades sociais. Para isso, partiu-se de considerações teórico-metodológicas de campos como a História Oral e do trabalho com narrativas autobiográficas, como os realizados por Bosi (1994) e por Arfuch (2010). Além disso, são importantes para o trabalho as discussões teóricas realizadas a partir dos estudos de gênero, como as propostas por Butler (2003; 2018) e por Hooks (2019). As análises formuladas foram organizadas a partir de fragmentos das entrevistas em que são abordados temas considerados centrais nas falas dessas mulheres, como a procura por abrigos, a participação em movimentos sociais, a violência e as estratégias de sobrevivência adotadas. Além disso, a sobrevivência e o sonho são eixos temáticos que perpassam todos os temas tratados pelas entrevistadas, por isso também receberam destaque no trabalho. Considerou-se, ainda, que também estão atreladas ao sobreviver e ao sonhar as autodefinições construídas pelas mulheres entrevistadas em suas falas, as quais incorporam ou rejeitam representações frequentemente acionadas sobre feminilidade e sobre as pessoas que vivem em situação de rua.

Palavras-chave: mulheres em situação de rua; narrativas autobiográficas; representações femininas.

ABSTRACT

The elaboration of this research was based on the listening, recording and analysis of oral narratives – especially those from an autobiographical nature – of women who currently live or have lived on the streets of the cities of Campinas (SP) and São Paulo (SP). The narratives of two women obtained through interviews are central to the work and gained prominence in this analysis, being combined with the statements of other women who also live or have lived in a street situation. These later statements were recorded on field work or published by other researchers. This is therefore a work of articulation of voices and perceptions, in which the main objective is to investigate the representations made by these women about themselves and their social reality. To do so, it is taken into consideration the theoretical-methodological considerations of fields such as oral history and work with autobiographical narratives, like those written by Bosi (1994) and Arfuch (2010). In addition, the theoretical discussions based on gender studies, such as those proposed by Butler (2003; 2018) and Hooks (2019) are also important for the work. The analyzes are organized from fragments of the interviews in which themes considered central in the speeches of these women are approached, such as the search for shelters, the participation of social movements, violence and the adopted survival strategies. In addition, as pictured, survival and dreams are thematic axes that permeate all the themes handled by the interviewees, so they also received prominence in this work. In the analysis, it is also considered that the self-definitions built in the speech by the interviewed women are linked to the survival and dreaming, which incorporate or reject representations on femininity and on people living on the streets.

Keywords: homeless women; autobiographical narratives; female representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SOBRE UMA RELAÇÃO COM O CONTEXTO DE PESQUISA.....	14
VIVER NA RUA SENDO MULHER.....	18
OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	21
CAPÍTULO 1 - PERCURSOS DE UMA PESQUISA COM NARRATIVAS DAS RUAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	24
1.1 Preparação de entrevistas: considerações teórico-metodológicas de um trabalho com narrativas orais.....	24
1.2 Consolidação do “narrar a si” no campo científico: o exemplo da história oral	26
1.2.1 Potencialidades e limitações do uso do depoimento oral	30
1.2.2 “Narrar a si”: configurações de um espaço biográfico	32
1.2.3 Ferramentas metodológicas para a realização de entrevistas	36
1.3 Trabalho de campo	38
1.3.1 Dificuldades de um primeiro percurso de pesquisa: o trabalho de campo em Campinas.....	39
1.3.2 De Campinas a São Paulo: um novo <i>locus</i> para a pesquisa.....	41
1.3.3 Contato e relação com as mulheres entrevistadas e condições de realização das entrevistas	42
1.4 Questões éticas	45
1.5 Aspectos metodológicos de apresentação das narrativas e de análise das entrevistas	47
CAPÍTULO 2 – MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA COMO SUJEITOS DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS.....	49
2.1 Essencializando categorias: limites de uma categoria universal de mulheres.....	52
2.2 Identidades como performances	55
2.3 Narrar a si a partir da rua	57
CAPÍTULO 3 – PRIMEIRA CENA: REPRESENTAÇÕES DE UMA TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS	63
3.1 Primeira cena: fragmento da primeira entrevista com Conceição.....	64

3.2 “Chegou lá, eu vi como que era dura a vida”: rua e albergue como espaços para busca por sobrevivência	66
3.3 A rua e o processo narrado de desenraizamento	71
3.4 Solidariedade e alimentação na rua: luta diária por sobrevivência	74
3.5 As drogas como um fator de estigmatização	76
3.6 Um lugar para si: intersecção entre lutas individuais e coletivas	79

CAPÍTULO 4 – SEGUNDA CENA: REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA83

4.1 Segunda cena: fragmento da primeira entrevista com Carolina.....	85
4.2 Quando a casa não é espaço seguro.....	86
4.3 Representações violentas.....	89
4.4 “Ela é vagabunda”, “ela não presta”	92
4.5 Violência feminina	95
4.6 Estratégias de sobrevivência na rua.....	98

CAPÍTULO 5 - TERCEIRA CENA: AUTODEFINIÇÃO – ENTRE SOBREVIVER E SONHAR..... 102

5.1 Terceira cena: fragmento da segunda entrevista com Conceição.....	103
5.3 Autodefinição e representações de um “ser mulher”	107

“EU VOU ESCREVER UM LIVRO...”: CONSIDERAÇÕES FINAIS 113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 117

INTRODUÇÃO

Sobreviver e sonhar podem ter sentidos antagônicos. Enquanto o sonho está intimamente ligado ao imaginário – ao que pode vir a ser ou ainda à fantasia e ao devaneio – a sobrevivência está, muitas vezes, atrelada à realidade mais crua – a uma busca pela preservação da vida, ainda que em condições de extrema adversidade. A antropóloga francesa Michèle Petit (2019, p. 133) questiona: “o que seriam nossas vidas, quando jovens, se não pudéssemos imaginar uma pluralidade de devires que, todos, diriam algo sobre nós?”. Mas complementa: “todavia, esse sentido do possível é precisamente o que se perde quando a pobreza expulsa os sonhos da casa ou quando a preocupação com a sobrevivência, em contextos críticos, domina a todo momento” (PETIT, 2019, p. 133).

Nesse sentido, é possível questionar quais sonhos são possíveis em um contexto de vida nas ruas, em que a própria ação de dormir é um risco e em que a privação do sono é condição cotidiana mais próxima da realidade. Ou ainda, como questionam Lopes, Facina e Silva (2019, p. 16) “como sonhar quando a incerteza, a instabilidade, a ameaça e o perigo nos rondam?”.

Ao mesmo tempo, sonhar pode ser fundamental, principalmente em contextos como esse. Daniel Munduruku, escritor indígena brasileiro, já relatou que seu povo e seu avô o fizeram descobrir que “nós não nascemos para ficar o tempo inteiro no chão. Nascemos com asas para voar em muitas direções, às vezes sem sair do lugar em que estamos”. (MUNDURUKU, 2009 apud PETIT, 2019, p. 129). Sair do chão ou projetar outra história para si – concretizando, por meio do imaginário, temores ou desejos pessoais - pode ser, nesse sentido, não apenas uma atividade saudável de formulação do eu, mas um mecanismo que contribui para a própria sobrevivência – especialmente, em situações em que a realidade é muito difícil de suportar. Sobreviver e sonhar podem estar, assim, profundamente entrelaçados.

Se a sobrevivência e o sonho não eram temas desta pesquisa em seu projeto inicial, eles ganharam espaço ao longo do contato com mulheres em situação de rua realizado em seu desenvolvimento. Nas interações feitas nas cidades de Campinas (SP) e de São Paulo (SP) durante o período de realização da pesquisa, as mulheres que foram contatadas fizeram referências significativas aos seus sonhos, relatando aqueles que cultivaram no passado ou a partir dos quais imaginam e desejam o futuro. Essas referências estão presentes também nas falas que foram gravadas das duas mulheres que terão suas entrevistas reproduzidas neste

trabalho¹ e ganharam importância na medida em que, diversas vezes, foi a partir da menção aos seus sonhos que elas narraram suas memórias e procuraram construir a si mesmas no momento presente, formulando também percepções sobre suas realidades sociais.

Mas, se os sonhos são significativos em suas narrativas, isso se dá especialmente por sua relação com as diferentes formas de buscar sobrevivência. Sobreviver na rua é, em um sentido pragmático, como apresentado por Oliveira (2019), uma capacidade das pessoas de lidarem constantemente com condições precárias e, em alguns casos, violentas. Em um sentido metafórico é, como afirma Noemi Jaffe (2019, p. 112), “viver, permanentemente, com uma lupa ou telescópio agigantando ou visualizando o real de perto ou de longe demais (...)”.

No contexto de rua, essa sobrevivência implica a tentativa diária de garantia da alimentação e de um lugar seguro para dormir, a preocupação com a higiene em condições que dificultam cuidados básicos e a busca de construção de relações de suporte (seja com outras pessoas que vivem em situação de rua, com transeuntes ou por meio de instituições). Ela implica também a formulação de um rompimento com uma forma de vida anterior e, muitas vezes, com os vínculos familiares e com outras pessoas próximas. Em muitos casos, envolve enfrentar violência física, sexual, moral e psicológica e conviver com o uso abusivo de álcool e / ou outras drogas. E pode estar ligada ainda a uma busca constante por reconhecimento, seja em âmbito individual ou coletivo, o que, apesar de não exclusividade da vida nas ruas, pode ganhar contornos específicos nela.

Dentre inúmeras outras questões relativas à vida nas ruas, essas foram tratadas nas falas das mulheres que serão apresentadas ao longo desta dissertação e, por isso, serão aqui trabalhadas. A proposta não é, porém, que este seja um trabalho sobre abrigos ou sobre violência ou ainda sobre reconhecimento, apesar de, ao mesmo tempo, tratar dessas e de outras questões mencionadas. A proposta é trazê-las na medida em que as entrevistadas o fazem, colocando suas perspectivas em diálogo com outras vozes: as de outras mulheres em situação de rua, cujas falas foram registradas por outros pesquisadores ou ainda por mim ao longo do trabalho de campo. Trata-se, portanto, de um trabalho de articulação de vozes, que não busca uma pretensa concordância entre elas, mas que valoriza o diálogo das particularidades narradas por pessoas que vivem ou viveram em contextos sociais semelhantes.

O trabalho se apresenta, portanto, com uma proposta de costura de temas a partir das narrativas dessas mulheres, que, tratando, direta ou indiretamente, de sobrevivência e de

¹ No capítulo metodológico, explico as circunstâncias em que as narrativas dessas duas mulheres tornaram-se centrais no trabalho.

sonho², passam por tantas outras questões significativas da vida nas ruas. É importante ainda destacar que, enquanto um trabalho de cunho qualitativo, cujo material principal é composto por memórias e histórias narradas, essas questões serão consideradas especialmente a partir das perspectivas dessas mulheres, ou seja, das representações que fazem: trata-se, principalmente, de procurar entender como essas mulheres representam a si mesmas e à sua realidade social.

É importante destacar ainda que, pelo fato de a pesquisa privilegiar as vozes de mulheres sobre essa vivência nas ruas, que é majoritariamente masculina, questões de gênero atravessarão todo o trabalho: desde os motivos para sair de casa, até a procura de um abrigo ou o ato de dormir na rua, por exemplo, apesar de serem situações vividas por homens e por mulheres, envolvem algumas questões específicas para este grupo. Ao longo do trabalho, portanto, a questão de gênero é central, sem significar uma perspectiva única entre as diferentes vozes nem homogeneizar as experiências e visões das mulheres e sem ainda deixar de salientar atravessamentos de raça e de orientação sexual que constituem as vivências sociais, mas procurando apontar para a necessidade de se entender as particularidades de se viver na rua sendo mulher.

Sobre uma relação com o contexto de pesquisa

Antes mesmo de melhor apresentar o contexto em que este trabalho foi produzido e fazer um breve panorama geral da vida das mulheres em situação de rua no Brasil (e nas cidades de Campinas e São Paulo, onde esta pesquisa foi realizada), considero importante apresentar qual a minha relação com esse contexto e de que posição, enquanto pesquisadora, trato das questões aqui envolvidas.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que nunca vivi nas ruas e, portanto, essa é uma experiência que só posso ter acesso (sempre de maneira parcial) a partir da escuta. Além disso, fui criada em Campinas por uma família com condições financeiras estáveis, estudei em uma escola da rede privada de ensino, em um contexto em que cursar o ensino superior era tido quase como um caminho natural. Esse contexto familiar e educacional também influenciou meu modo de agir, de falar, de me vestir e de enxergar o mundo, assim como o fez a graduação em Letras realizada na Universidade Estadual de Campinas. Tais influências são significativas para este trabalho porque constituem o corpo e a formação de uma mulher jovem e branca que foi

² O reconhecimento da sobrevivência e do sonho como eixos temáticos importantes nas falas das entrevistadas e a formulação do título deste trabalho foram inspirados pelo artigo de Adriana Facina (2014) "Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e "pacificação" no Complexo do Alemão".

às ruas e que realizou os diálogos que serão aqui apresentados, o que sempre produz efeitos nas interações. Essas foram algumas das condições que permitiram, por exemplo, durante a realização do trabalho de campo, que eu fosse constantemente reconhecida como alguém que não pertencia à situação de rua.

Uma situação que exemplifica como isso se deu ocorreu no centro de Campinas no início do meu trabalho de campo, em maio de 2019. Eu havia ido ao centro da cidade naquele dia para tentar conversar com algumas mulheres que estivessem em situação de rua e fiquei cerca de uma hora sentada no chão de uma calçada bastante movimentada conversando com uma senhora negra que ficava frequentemente naquele local, geralmente sentada sobre um pano na calçada, estendendo a mão com uma caneca de alumínio para pedir dinheiro aos transeuntes. Várias pessoas pararam ali durante aquele período para dar a ela algum trocado (percebi que muitas, inclusive, já a conheciam), mas uma mulher, em particular, se aproximou para falar comigo: ela havia visto que eu estava há um tempo conversando com a senhora e veio me parabenizar pela minha atitude, pois considerou louvável eu ter ficado ali conversando com aquela senhora. Mais do que ser inequívoco para ela que eu não pertencia àquela condição, o seu estranhamento e a sua admiração por um simples diálogo evidenciaram ainda como aquela interação era incomum.

Essa mesma senhora, durante a conversa, me contou que já não morava mais na rua, apesar de depender do dinheiro que conseguia ali por doação para viver. Mas foi contando sobre outra pessoa que forneceu algumas pistas de como enxergava a nossa interação: disse que eu a lembrava muito uma “menina assim novinha e bonitinha como você”, que, durante um período, ia com frequência conversar com ela. Contando sobre a sua relação com a moça, ela me relatou que, em um dia de chuva, a menina havia a acompanhado com um guarda-chuva até o ponto de ônibus e ponderou, tímida, sobre esse episódio: “imagina, uma moça bonita dessas andando abraçada assim comigo debaixo de um guarda-chuva no meio da cidade”. Também me contou que a moça queria visitá-la em sua casa, mas que ela sempre recusava, porque tinha medo de o pai da menina “descobrir e mandar chamar a polícia”, achando que ela estivesse sendo sequestrada. A senhora me relatou ainda que, uma vez, a moça apareceu com uma amiga “metidinha”, como se referiu, pois “ficou esperando em pé” as duas conversarem, enquanto a garota sempre sentava na calçada para conversarem.

Tais relatos, assim como outros acontecimentos que serão narrados ao longo da dissertação, apesar de não pertencerem às duas mulheres que terão suas narrativas aqui reproduzidas, servem como pistas das imagens que vão sendo projetadas nas interações e evidenciam que as relações estabelecidas foram marcadas pela diferença da condição social e

da formação, que era sempre percebida, apesar de interpretada de diferentes formas. Elas também remetem ao desafio de, enquanto pesquisadora, estar atenta para não deixar de perceber como a minha imagem, as minhas ações e também os meus direcionamentos nas conversas interferem e constituem as conversas tidas e as falas que serão reproduzidas, bem como os episódios narrados.

Elas evidenciam, ainda, a necessidade de se atentar a como as minhas circunstâncias de vida atuam, enquanto pesquisadora, na maneira como trato das questões aqui abordadas. Nesse sentido, se o meu contexto social e familiar fez com que eu nunca me sentisse próxima de uma vida nas ruas, minha aproximação com o tema da pesquisa, que se deu por vários fatores, também é constitutiva do trabalho. Cresci em um bairro vizinho ao centro de Campinas, espaço que frequentava na adolescência com frequência, e, nos percursos que percorria a pé por suas ruas, era comum encontrar pessoas pedindo dinheiro ou dormindo sob marquises ou ainda grupos reunidos nas praças com cobertores e papelões à vista - cenas presentes na maior parte das grandes cidades brasileiras. Passar por essas pessoas e observá-las (e me sentir incomodada pela constatação das condições tão precárias de vida) era comum, mas conversar com essas pessoas não era.

Anos mais tarde, em 2016, já depois de graduada, conheci virtualmente um projeto que começou a mudar essa relação: o “SP Invisível”. Em suas páginas nas redes sociais, são compartilhadas histórias de vida e relatos de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo, a partir dos quais os entrevistados contam sobre suas dificuldades e suas felicidades, sobre suas reivindicações e seus sonhos. Passei, então, a ler com frequência esses relatos e a querer conhecer as histórias de indivíduos que viviam em situações semelhantes daqueles com quem sempre encontrava, mas de quem sabia muito pouco. Passei também a estar mais aberta para conversar com as pessoas que me abordavam em semáforos ou na rua e a querer saber sobre suas vidas.

No site do projeto, ele é definido como “um movimento de conscientização das pessoas através de histórias de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo”³. De acordo com os responsáveis, o objetivo é “humanizar as pessoas para que elas possam enxergar com as lentes do amor e ver no que todo mundo diz que é invisível, o João, a Maria, o José e suas histórias”⁴. Assim, as histórias de vida são consideradas, em projetos como esse, como uma possibilidade de mudança de lentes, como um potencial de troca de perspectivas, de

³ Informação retirada da página do projeto SP Invisível: <https://spinvisivel.org/>. Último acesso em agosto de 2019.

⁴ Idem.

desestabilização das representações que se têm sobre grupos e indivíduos. Encontrar o João, a Maria, o José e suas histórias é encontrar o que há de mais comum e humano em indivíduos cuja humanidade, em alguns momentos, é colocada em suspensão. É um convite a se reconhecer no outro e a construir novas representações.

Associei tal proposta à feita por Chimamanda Adichie em sua apresentação no TED Talks⁵ sobre a importância de se romper com “histórias únicas” que circulam sobre determinados povos ou grupos sociais, a partir da circulação de vozes e de perspectivas que geralmente possuem pouco alcance, mas que poderiam contribuir para romper com estereótipos e estigmas. Eu havia assistido tal apresentação pela primeira vez três anos antes na disciplina de Linguagem e Diversidade, vinculada ao departamento de Linguística Aplicada e ministrada pela Prof.^a Dra. Daniela Palma, na qual foram apresentadas perspectivas teóricas dos campos da antropologia e dos estudos culturais que, dentre outros temas, tratavam dos processos de construção de identidade e de diferença, de representações culturais e de alteridade. Tais temas dialogavam, de alguma forma, com o trabalho realizado pelo SP Invisível e foram fundamentais para a formulação do projeto de pesquisa.

Em 2017, descobri que existia um projeto semelhante na minha cidade, o Campinas Invisível, e entrei em contato com o responsável pela página, que me convidou a ir algumas vezes para a rua para conhecer o trabalho. Foi ele quem me apresentou uma das mulheres em situação de rua com quem conversei algumas vezes antes e durante a pesquisa. Por mais que ela não tenha desejado gravar uma entrevista para este trabalho (“a gente tá cansado de contar nossas histórias e ninguém fazer nada”, ela me disse uma vez), as conversas que tive com ela e os lugares para os quais me levou no centro de Campinas (de pontos de venda de drogas a instituições de suporte às pessoas em situação de rua) foram importantes para eu começar a entender um pouco da vida das mulheres na rua na cidade.

Foi também esse amigo que me apresentou um projeto social realizado por jovens que, uma vez por mês, levavam, durante a madrugada, alguns itens alimentares e de cuidados pessoais para a população em situação de rua da cidade de Campinas. Participando da ação com o grupo algumas vezes, em 2017, pude experienciar o que os organizadores do projeto diziam ser o principal objetivo do trabalho: conversar com as pessoas que viviam nas ruas da cidade. Nessas conversas, realizadas durante a noite, chamou a minha atenção, na época, como muitos daqueles que eram abordados pareciam gostar de contar sobre suas vidas - também me lembro

⁵ A apresentação da escritora nigeriana feita em 2009, “O perigo da histórica única”, foi também publicada em livro no Brasil em 2019 pela Companhia das Letras com o mesmo título.

de como muitos pediam por um emprego, demonstravam querer sair dessa situação e contavam que a família não sabia que estavam vivendo na rua.

Ainda nesse ano, quando trabalhava como professora para a educação básica e pretendia ingressar na pós-graduação, participei do Congresso Mundial de Linguística Aplicada realizado no Rio de Janeiro, evento no qual assisti a palestras e comunicações que me fizeram perceber que eu poderia aliar a minha vontade de conhecer mais sobre a vida dessas pessoas (e de comunicá-las a outras) ao trabalho acadêmico. Essa proposta pareceu-me ainda estar em consonância com o que vi sendo defendido no Congresso e já sustentado anteriormente por Moita-Lopes (2006, p.15) de promoção de uma Linguística Aplicada que abarcasse pesquisas que “tragam para o centro da atenção vidas marginalizadas do ponto de vista dos atravessamentos identitários de classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade etc.”.

Por último, foi significativo para a formulação desta pesquisa o fato de eu ser mulher e de me questionar, desde o contato com as histórias narradas no SP Invisível, como seria ser mulher e viver na rua e, além disso, quais histórias poderiam ser obtidas por uma mulher que fosse às ruas ouvi-las, considerando que os responsáveis pelos projetos que conheci eram, em geral, homens. Se, como será desenvolvido ao longo do trabalho, toda narrativa de si é feita a partir de um trabalho de tecelagem – de escolha de momentos e fatores que compõem uma trajetória – acredito que esta, apesar de limitada, represente bem o surgimento deste trabalho e ajude a corporificar e a contextualizar a pesquisa e as circunstâncias de sua realização.

Viver na rua sendo mulher

A impressão inicial que tive ao percorrer as ruas de Campinas - de que havia bem menos mulheres em situação de rua do que homens - foi confirmada pelos dados oficiais encontrados posteriormente, apesar deles serem, muitas vezes, bastante incompletos e, em alguns casos, desatualizados. Esse é o caso, por exemplo, dos números oficiais sobre a população em situação de rua no Brasil.

No início de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou que essa população não seria novamente incluída no Censo brasileiro devido a dificuldades metodológicas para a sua contagem, apesar das reivindicações feitas, especialmente por entidades ligadas aos direitos humanos, para a sua inclusão. Assim, o país segue tendo como últimos dados oficiais os apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento

Social e Agrário em 2008, que apontou 31.992 pessoas em situação de rua em 71 municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes e capitais, excluindo as cidades de São Paulo, Recife, Belo Horizonte, que já possuíam dados próprios.

A pesquisa, realizada entre 2007 e 2008, apesar de já desatualizada e de não incluir as cidades nas quais foi realizado o trabalho de campo, traçou um perfil da população em situação de rua e de suas condições de vida que pode servir para ilustrar algumas condições gerais dessa população no país. Os dados apontaram, por exemplo, que 79,6% das pessoas ouvidas conseguiam fazer ao menos uma refeição por dia (merecendo destaque o fato de que ao menos duas em cada dez pessoas afirmaram que sequer conseguiam ter acesso a uma refeição diária) e que 69,6% dormiam na rua, enquanto 22,1% eram abrigadas em albergues ou em outras instituições e uma pequena parcela alternava entre ambos. Quanto ao perfil dessa população, 82% eram homens, 53% tinham entre 22 e 44 anos, 67% declaravam-se pardos ou negros e 52,6% afirmavam ganhar entre 20 e 80 reais por semana, sendo que 70,9% exerciam alguma atividade remunerada, principalmente de catador de lixo ou flanelinha. Em relação à escolaridade, 48,4% afirmavam ter primeiro grau incompleto e 74% afirmavam saber ler e escrever.

Os dados registraram como razões principais para ir às ruas problemas com álcool ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%) e apontaram que cerca de um terço dessa população afirmou sofrer experiências de impedimento de acesso a estabelecimentos ou serviços, como estabelecimentos comerciais ou transporte coletivo, e ainda que quase um quinto relatou ter sido impedido de receber atendimento na rede de saúde alguma vez.

Se chama a atenção o fato de ser uma população predominantemente masculina e se há proximidade na maior parte dos dados entre homens e mulheres, algumas diferenças merecem destaque. Em relação aos motivos para ir às ruas, por exemplo, 22,56% das mulheres indicavam a perda da moradia como razão principal, 21,92% apontavam problemas familiares e apenas 11,68% indicavam como fator principal o alcoolismo ou as drogas e 8,8% o desemprego, sendo, portanto, os motivos que mais levaram homens às ruas os menos apontados pelas mulheres. Cerca de 20% das entrevistadas declaravam ainda ser responsáveis por alguma criança e / ou adolescente nas ruas e / ou em albergues, enquanto apenas 4,3% dos homens declararam o mesmo. Comparativamente, mais mulheres afirmaram já ter passado por algum hospital (79,2% das mulheres contra 46,9% dos homens) e por hospitais psiquiátricos (21,4% contra 15,9%). Também mais mulheres afirmaram que não sabiam ler (21,87% de mulheres em relação a 16,1% homens) e que nunca haviam trabalhado com carteira assinada (52,2% em

relação a 26,6%). Mais mulheres afirmavam ainda receber algum tipo de benefício como Bolsa Família, aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada (17,4% mulheres contra 10,3% homens).

Tais dados podem contribuir para traçar um panorama geral das especificidades da população feminina na rua e também para suscitar novas perguntas. Segundo o relatório produzido por Quiroga e Novo (2009) sobre a mesma pesquisa, as especificidades da situação das mulheres na rua estão também relacionadas à vida nessa realidade profundamente masculinizada, que exige que elas lidem, cotidianamente, com uma diversidade de situações que envolvem diretamente a relação com o corpo, com a sexualidade e, em alguns casos, com os filhos. Além disso, as autoras apontam que a vida nas ruas exige que as mulheres criem estratégias específicas de sobrevivência e que elas tenham que lidar com os estereótipos que envolvem a imagem de uma “mulher ideal”.

Mas se não há dados oficiais mais recentes a nível nacional, uma estimativa realizada em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calculou que, em 2015, haveria pouco mais de 100.000 pessoas em situação de rua no país⁶. Se seguir a tendência da cidade de São Paulo, essa população pode ter aumentado consideravelmente. Isso porque a capital paulista contabilizou, no censo realizado pela Prefeitura em 2019, 24.344 pessoas em situação de rua, 53% a mais do que as 15.905 registradas em 2015. Segundo os dados da Prefeitura, 85% das pessoas em situação de rua na cidade são homens, quase 70% são pretas e pardas e a média de idade é de 41 anos. Dessas pessoas, 11.693 estavam em serviços de acolhimento e 12.651 em logradouros públicos, sendo a maior parte que fica na rua concentrada na Subprefeitura da Sé, onde foram feitas entrevistas para este trabalho⁷.

Já na cidade de Campinas, segundo dados do levantamento feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH), havia, em 2019, 822 pessoas em situação de rua na cidade, incluindo as que estavam abrigadas nos serviços de acolhimento. Os dados indicam também aproximadamente o mesmo percentual de São Paulo de mulheres e de pessoas autodeclaradas pretas e pardas vivendo na cidade⁸.

Tais dados, de extrema importância para o conhecimento dessa realidade social e ainda tão escassos e incompletos frente a ela, traçam um panorama geral dessa população, mas

⁶ Informação disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303#:~:text=Das%20101.854%20pessoas%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o,%3A%20apenas%206%2C63%25. Acesso em 02 set. 2020.

⁷ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-chega-a-mais-de-24-mil-pessoas-maior-numero-desde-2009.ghtml>. Acesso em 02 set. 2020.

⁸ Informação disponível em: <https://portalcbncampinas.com.br/2020/02/campinas-tem-822-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em 02 set. 2020.

não conseguem (nem pretendem) registrar e lançar luz às experiências particulares vividas por aqueles que estão nessa condição social. Esta pesquisa, por sua vez, pretende traçar outro caminho: o de conhecer histórias individuais e memórias pessoais que também compõem essa realidade. Não pretende, assim, ser representativa da realidade das mulheres que vivem em situação de rua, por isso, faz-se ciente de que as experiências narradas pelas poucas mulheres ouvidas não são universais nem podem ser generalizadas. Ao mesmo tempo, porém, acredita que, a partir delas, é possível conhecer um pouco mais sobre essa realidade ou, ao menos, sobre como ela é apreendida e narrada por mulheres que nela vivem.

Objetivos e organização do trabalho

A partir do que foi apresentado, esta pesquisa teve como proposta principal ouvir, registrar e analisar narrativas orais, especialmente de caráter autobiográfico, de mulheres que vivem ou viveram em situação de rua nas cidades de Campinas e São Paulo, com o objetivo de investigar as representações formuladas sobre si e sobre sua realidade social por parte dessas mulheres. Assim, a pesquisa, de cunho qualitativo-interpretativista, pretende contribuir para uma maior inteligibilidade a respeito de diferentes percepções formuladas sobre trajetórias pessoais até / nas ruas e sobre aspectos envolvidos em uma vida com condições de extrema vulnerabilidade social.

Pelo corpus restrito que compõe o trabalho, que tem como material principal três entrevistas de duas mulheres, as quais foram, por sua vez, entrelaçadas às falas de outras mulheres que vivem em condições parecidas (registradas ao longo do trabalho de campo ou por outros pesquisadores), a pesquisa não se pretende representativa – ou, no mesmo sentido em que afirmou Bosi (1994), de amostragem: “o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento dos seres” (BOSI, 1994, p.37). Para tratar das narrativas, são propostos os eixos temáticos da sobrevivência e do sonho como articuladores das diversas questões abordadas pelas entrevistadas, as quais são tratadas na medida em que aparecem em suas falas.

Em termos de organização, o trabalho apresenta, no capítulo 1, os percursos metodológicos da pesquisa, desde as considerações teórico-metodológicas do trabalho com o depoimento oral até a apresentação do trabalho de campo realizado em Campinas e em São Paulo e as condições de realização das entrevistas. São abordadas ainda as escolhas metodológicas referentes ao tratamento e à apresentação das narrativas obtidas. No segundo

capítulo, apresenta-se um breve panorama teórico das concepções de gênero e de identidade que fundamentaram a formulação e o tratamento das entrevistas, bem como uma sucinta apresentação do trabalho com depoimentos orais de mulheres e de indivíduos em situação de rua desenvolvidos por outros pesquisadores.

Os capítulos 3, 4 e 5 trazem as chamadas “cenas” que compõem o trabalho: tratam-se de fragmentos das entrevistas em que são abordados temas considerados centrais nas falas das entrevistadas e a partir dos quais é possível observar formulações importantes que fazem sobre si e sobre sua condição social. A primeira cena refere-se a um trecho da primeira entrevista de Conceição⁹, em que ela narra um percurso pessoal até as ruas e até a formação de um movimento de mulheres em situação de rua, tratando também do início da vida nas ruas e da passagem por albergues.

No capítulo seguinte, é apresentada a segunda cena, que se refere a um trecho da segunda entrevista, realizada com Carolina, na qual ganham destaque suas percepções sobre violências de diversas ordens infligidas a ela e a outras pessoas em situação de rua – tema que marca também a sua ida às ruas ainda criança e as estratégias que relata adotar para sobreviver em um contexto de maior vulnerabilidade à violência.

No capítulo 5, é apresentada a terceira e última cena, a qual faz parte da segunda entrevista realizada com Conceição. Nela, novos elementos são acrescentados à sua trajetória, reformulando e reforçando esforços que são empenhados na construção de uma imagem de si como porta-voz de mulheres que vivem nas ruas. Neste capítulo, também se constrói a autodefinição como fundamental para as mulheres entrevistadas.

Cabe ainda destacar que, ao longo do trabalho, a linguagem possui papel central: é a partir dela que as mulheres formulam suas identidades e suas representações sobre essa realidade social, bem como reconhecem (e incorporam ou rejeitam) as representações formuladas sobre si por terceiros. Isso não significa, porém, um trabalho restrito teórico e metodologicamente a teorias linguísticas, pelo contrário: recorre-se a formulações de diversos campos, como o da História Oral e o da Teoria Cultural, por exemplo, que contribuam para a abordagem de uma temática social complexa como esta. Dessa forma, o trabalho desenvolvido no campo da Linguística Aplicada (LA), é realizado, como é frequente na área, a partir de uma proposta de articulação entre linguagem, cultura e sociedade e de uma perspectiva interdisciplinar / transdisciplinar (SIGNORINI; CAVALCANTI, 1998). A pesquisa procura, portanto, unir-se à LA “mestiça”, como chamou Moita-Lopes (2006, p. 14), na medida em que

⁹ Os nomes adotados das participantes são fictícios, conforme será apresentado no item 2.4.

também se propõe a “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem papel central”.

CAPÍTULO 1 - Percursos de uma pesquisa com narrativas das ruas: aspectos metodológicos

A escolha metodológica de trabalhar com histórias de vida de mulheres em situação de rua – e, portanto, com narrativas obtidas a partir de entrevistas – envolve diferentes etapas e características que constituem os caminhos metodológicos deste trabalho. A primeira delas foi de preparação das entrevistas, que abrangeu, além de estudos sobre a população em situação de rua e sobre questões de gênero, a incorporação de aspectos teórico-metodológicos do campo da história oral, que se consolidou como um campo de investigação centrado no uso do depoimento oral, e de outras áreas que trabalham com narrativas biográficas, as quais apontam importantes implicações do trabalho com esse tipo de narrativa.

O trabalho de campo, necessário para conhecer as possíveis participantes de pesquisa, envolveu a ida às ruas e as dificuldades para contato com essas mulheres e para a realização das entrevistas, em um percurso que incluiu uma mudança da cidade de realização do trabalho de Campinas para São Paulo. Esses momentos foram registrados em um caderno de campo, espaço em que minhas observações sobre os espaços que frequentei, as pessoas que vi e os contatos que tive no contexto de pesquisa foram formulados e contribuíram para incorporação de um olhar de caráter etnográfico como uma ferramenta metodológica de pesquisa também presente no trabalho.

Do trabalho de campo resultaram as três entrevistas destacadas nesta dissertação realizadas com duas mulheres em São Paulo, as quais servirão como base para as análises desenvolvidas, além de outras interações e diálogos aos quais serão feitas referências ao longo deste trabalho. Essas entrevistas, por sua vez, foram apresentadas a partir de cenas, ou seja, trechos das entrevistas selecionados por condensar aspectos significativos delas e das outras experiências observadas ao longo do trabalho de campo. Elas serão ainda postas em diálogo com as vozes de outras mulheres que vivem ou viveram em situação de rua. Tanto o trabalho de campo quanto a apresentação das narrativas obtidas envolvem ainda questões éticas, que também serão discutidas. Essas são, portanto, as etapas que constituem o trabalho metodológico desta pesquisa e que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

1.1 Preparação de entrevistas: considerações teórico-metodológicas de um trabalho com narrativas orais

Ao propor coletar narrativas orais de mulheres que vivem em situação de rua, este trabalho parte da crença de que essas narrativas podem atuar como uma chave de leitura, de interpretação de uma realidade social de extrema precariedade. Uma chave obviamente bastante limitada diante de uma questão social complexa. Ainda assim, uma chave com potencial para leituras múltiplas que podem produzir reflexões, articulações e, possivelmente, um conhecimento que contribua para uma maior inteligibilidade social dessa questão.

Parte de suas limitações (mas também de suas potencialidades) está no fato de ser centrada em indivíduos e, portanto, em suas perspectivas particulares e em suas histórias individuais. Porém, nessas narrativas, elementos biográficos se misturam com descrições de problemas sociais concretos, como o relato de um abuso na infância e da dificuldade de encontrar um espaço de abrigo digno no momento presente. Elas caminham, portanto, o tempo todo na fronteira entre o individual e o social.

Becker (1993, p. 111) afirmou que a história de vida “é uma mensagem viva e vibrante que vem de ‘lá’”. Neste caso, o “de lá”, na perspectiva de quem produz este estudo, seriam mulheres que ocupam um dos espaços de maior marginalidade da nossa sociedade, enquanto o “daqui” seria um espaço privilegiado de construção e legitimação de conhecimento como o da Universidade, mas limitado quanto aos conhecimentos sobre a vida nessa situação.

Assim, histórias de vida podem ser um meio de conhecer algo sobre realidades sociais distintas, mas também sobre subjetividades produzidas em determinados contextos. Segundo Arfuch (2010, p. 157), “o imaginário que sustenta o diálogo com um outro, para além de sua finalidade específica, é sempre o de um vislumbre possível da interioridade”. Esse vislumbre só é possível a partir de um encontro, o qual procuro, em alguma medida, materializar neste trabalho e partilhar com o leitor.

Partindo de um interesse mais amplo das ciências humanas de se criar inteligibilidade sobre a vida humana, as narrativas autobiográficas são uma das diversas opções metodológicas para se produzir conhecimento sobre indivíduos e grupos sociais, podendo ser utilizada em diferentes áreas de pesquisa. O trabalho acadêmico exige, porém, tanto um enquadramento teórico-metodológico que balize a construção de sentidos quanto uma reflexão crítica sobre o material coletado, que considere suas potencialidades e, principalmente, suas limitações para os propósitos da pesquisa.

No contexto brasileiro, uma das obras de referência no trabalho com narrativas pessoais é o livro “Memória e sociedade: Lembranças de velhos”, fruto da tese de livre-docência de Ecléa Bosi apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Na obra, realizada a partir de extensas entrevistas com os

participantes, a autora apresenta histórias de vida de idosos que viveram na cidade de São Paulo. A partir das narrativas, conhece-se trajetórias e visões individuais, mas também a própria cidade e suas transformações a partir dessas vidas e dessas percepções particulares. Trata-se, portanto, um trabalho de articulação entre memória individual e memória social, que produz também reflexões sobre a posição do pesquisador em um trabalho desse caráter.

Além desse importante trabalho no campo da psicologia, as histórias de vida são uma ferramenta metodológica utilizada também em outras áreas, como a sociologia, a antropologia, a educação e a história. Nessa última, insere-se um dos campos de pesquisa que sistematizou a produção de conhecimento a partir de narrativas de histórias de vida: o da História Oral. Apesar de não trabalhar apenas com esse tipo de material, tal campo agrupou inúmeros projetos centralizados na gravação de depoimentos orais e, por isso, tem sido responsável pelo desenvolvimento e pela articulação de importantes reflexões teóricas e metodológicas para o trabalho com eles.

A sua constituição exemplifica ainda como o uso de depoimentos orais e de narrativas sobre si faz parte de um movimento histórico de interesse – não só nessa área, mas nas ciências humanas de maneira geral - pelos indivíduos, suas experiências e versões sobre fatos históricos ou fenômenos sociais. Esse movimento ganha força, por um lado, a partir do compartilhamento de crenças sobre as potencialidades desse tipo de material, como se pretende mostrar na seção a seguir, enquanto, por outro lado, também faz crescer a consciência sobre suas limitações.

Dessa forma, utilizando como referências discussões feitas pelo campo da história oral, este trabalho procura não se limitar a ele, utilizando também discussões desenvolvidas nos campos da sociologia, da antropologia, da psicologia social, da linguística, entre outros. Assim, a proposta é transitar por campos disciplinares diferentes, convicta de que as realidades sociais e individuais são mais complexas do que as fronteiras disciplinares são capazes de apreender. Nesse sentido, tem-se consciência ainda de que os caminhos teóricos e metodológicos deste trabalho poderiam ser outros (e, portanto, os sentidos construídos também), uma vez que o material reunido permite-se ser defrontado por diferentes ângulos e visões.

1.2 Consolidação do “narrar a si” no campo científico: o exemplo da história oral

Se narrar a si e aos outros e acessar informações por meio da transmissão oral são atividades essencialmente humanas desde o desenvolvimento da linguagem, foi a invenção de aparatos tecnológicos que impulsionou o registro e o compartilhamento dessa oralidade. Um

dos primeiros desses aparatos foi o gravador de som, que permitiu imortalizar vozes e, por isso, teve grandes implicações na construção da comunicação moderna e também no campo científico.

Da sua criação no final do século XIX à sua transformação e popularização na metade do século XX, essa tecnologia permitiu que os historiadores (e também pesquisadores de outras áreas) registrassem depoimentos que pudessem ser utilizados como fonte de pesquisa. É também nesse período que o termo história oral passou a ser utilizado e projetos nessa área começaram a ser desenvolvidos.

Entretanto, como destaca Thompson (1998, p. 45), a história oral não é uma invenção do século XX, pelo contrário: ela “é tão antiga quanto a própria história”. Segundo o autor, ela foi a primeira forma de história e apenas mais recentemente a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do grande historiador. Nesse sentido, Lozano (2006) classifica a história oral como uma ‘reconsideração’, uma vez que o emprego de depoimentos orais era um dos principais recursos para conhecer e escrever a história nos seus primórdios.

O desuso dos depoimentos orais se deu, segundo Alberti (2005), especialmente no século XIX, quando passou a predominar, no campo da história ocidental, uma história “positivista”, na qual se sacralizou o documento escrito como fonte de pesquisa primordial, em detrimento da evidência oral. Trata-se de um período, segundo Lozano, em que a história acadêmica e científica e, portanto, a oficial, faziam-se quase exclusivamente com base nos documentos escritos: “além da palavra escrita, nada havia de confiável ou de certa validade” (LOZANO, 2006, p. 19). Nesse período, de avanço da cultura letrada, o depoimento oral passou a ser pouco valorizado, ao se considerar que ele não podia ter valor de prova e que representava uma versão parcial sobre o passado, sujeito a falhas da memória. Além disso, como não podia ser gravado, tratava-se de uma fonte com autenticidade questionável.

De acordo com Alberti (2005), além do surgimento do gravador, que permitiu a gravação e atribuiu um status de documento ao depoimento oral, outro fator que contribuiu para que a história oral voltasse a se apresentar como potencial de estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais foi o destaque, num período pós-guerra, de uma insatisfação dos pesquisadores com os métodos quantitativos de pesquisa, que começaram a ceder lugar ou a serem articulados a métodos qualitativos de investigação.

Nesse período, começaram a crescer, de acordo com Lozano (2006), grupos de historiadores ansiosos por encontrar novos temas e fontes de informação, os quais iniciaram a construção, de forma sistemática ou não, de novas fontes orais. Segundo o autor, esses

historiadores, ao se defrontarem com os depoimentos orais, passaram a recorrer a muitos temas, problemas, métodos e técnicas desenvolvidos anteriormente por outras disciplinas sociais.

É o caso, por exemplo, da antropologia, que, como expõe o autor, forneceu, a partir de sua antiga tradição etnográfica, novos métodos e técnicas de trabalho aos historiadores, bem como conceitos, temáticas e problemas de estudo. O atual interesse dos historiadores por questões culturais, simbólicas e de construção de identidades coletivas nos grupos humanos exemplifica, para o autor, essa influência.

Lozano (2006) destaca também a influência da sociologia, que desenvolveu no século XX uma metodologia de pesquisa baseada em histórias e relatos de vida cujo fundamento era a evidência oral. De acordo com ele, as pesquisas de caráter sociológico trataram de temas amplos e com níveis complexos de análise, mas também criaram novos recursos técnicos, dentre eles o aperfeiçoamento do instrumento da entrevista e certos procedimentos metodológicos para a produção do protocolo de pesquisa, que são atualmente aplicados pelo historiador oral.

Esse contexto revela, portanto, tanto um caráter multidisciplinar da história oral, desde o seu surgimento, quanto um momento histórico no campo das ciências humanas, no qual a atenção passou a ser voltada para a questão de subjetividades nos fenômenos sociais. Nesse momento, passam a surgir os primeiros projetos e programas institucionalizados nessa área, que evidenciam também a aposta de muitos pesquisadores, nessa segunda metade do século XX, nas potencialidades dos depoimentos orais.

O primeiro grande projeto nesse sentido foi o *The Oral History Project* da Universidade de Colúmbia, fundado em 1948. Desde então, o *Columbia Center for Oral History* acumula mais de vinte mil horas de entrevistas gravadas e transcritas de personalidades e temas significativos para a história norte-americana da segunda metade do século XX e das duas primeiras décadas do século XXI¹⁰.

Foi especialmente na década de 70 que ganhou força, tanto nos EUA quanto em outros países, como Inglaterra, França, Alemanha, Canadá e México, o desenvolvimento de centros de pesquisa em história oral. No Brasil, dois projetos que ganharam destaque são também desse período: o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1975 e sediado na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e o Programa de História Oral do Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo, criado em 1981.

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://www.ccohr.incite.columbia.edu/>. Acesso em 14 mar. 2020.

Esses e outros centros brasileiros conservam grandes acervos de entrevistas de temáticas e de populações diferentes. O CPDOC, por exemplo, teve como proposta inicial estudar a trajetória das elites brasileiras desde os anos 1930 e a sua atuação na política brasileira a fim de entender, a partir das entrevistas, os processos de formação dessas elites e as influências políticas e intelectuais que estão ligadas ao processo de montagem do Estado nacional. Ele possui, até hoje, linhas de pesquisa relacionadas a essa temática, além de ter desenvolvido projetos que buscavam compreender acontecimentos e conjunturas específicas na história do país, como a trajetória de agências e de empresas estatais, de governos militares, de instituições de ensino, entre outros¹¹. Já o acervo do MIS, mais voltado à história cultural brasileira, possui coleções sobre a Memória do Rádio, sobre o Modernismo, sobre a História do Futebol Brasileiro e também sobre música popular brasileira, contando com depoimentos de importantes figuras do país.

Há ainda projetos institucionais de história oral cujos depoentes não são personalidades conhecidas ou de papel significativo para determinado acontecimento, mas indivíduos comuns, como é o caso do Museu da Pessoa, criado em 1991, cujo acervo virtual conta com mais de 18 mil histórias de vida. O museu apresenta como missão “transformar a história de toda e qualquer pessoa em patrimônio da humanidade” e é inspirado na crença de que as histórias de vida podem atuar como antídotos contra a intolerância¹².

Além disso, há projetos em que histórias são agrupadas a fim de buscar compreender a vivência de determinado fenômeno social, como a migração, por exemplo, temática a partir da qual diversos projetos de história oral são desenvolvidos no mundo inteiro. No Brasil, o Museu da Imigração de São Paulo possui um dos importantes acervos de depoimentos que contribuem para a construção de histórias e memórias das populações que formaram e formam a sociedade brasileira.

Um intervalo de poucas décadas, portanto, se deu entre o surgimento dos primeiros projetos e a consolidação da história oral como campo de pesquisa científica, que pôde ser observada principalmente na década de 90 com a criação da International Oral History Association (IOHA), em 1996. No Brasil, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) havia sido criada dois anos antes e, hoje, realiza congressos bienais e reúne, em sua revista, publicações da área.

¹¹ Informações disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em 14 mar. 2020.

¹² Informações disponíveis em: <https://museudapessoa.org/sobre-o-museu/>. Acesso em 23 set. 2020.

1.2.1 Potencialidades e limitações do uso do depoimento oral

Se um breve percurso histórico sobre a consolidação de um campo de pesquisa voltado ao depoimento oral evidencia um movimento de valorização deste, as próprias definições deste campo também carregam, muitas vezes, as crenças que levaram à sua expansão.

Em seu Manual de História Oral, Alberti (2005) define história oral como

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2005, p. 18).

Segundo a autora, trata-se de uma ampliação do conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo de experiências e de versões particulares, que busca compreender a sociedade, portanto, a partir de como ela é interpretada por indivíduos ou grupos que nela vivem.

Essa definição dialoga com a proposta de Thompson (2002, p. 9), que entende por história oral “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Por ser uma metodologia com abordagem interpretativista, seu diálogo com outras áreas das ciências humanas é essencial. Lozano (2006) destaca a importância desse aspecto e também a centralidade da subjetividade dos depoentes ao também definir a história oral:

diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e na versão que emanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (LOZANO, 2006, p. 16).

Nesse sentido, Alberti (2005) destaca como a maior preciosidade da história oral o que ela chama de uma possibilidade de reconstruir a história a partir das múltiplas versões e dos significados expressos na linguagem dos participantes. Ainda de acordo com a autora, com o desenvolvimento da área

foi possível também, de certa forma, romper o enclausuramento acadêmico que transformava a entrevista em simples suporte documental – e duvidoso – da pesquisa social e histórica, para mostrar a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas sobretudo, como instrumento de

compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existentes e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal decifrado – que é a História humana (ALBERTI, 2005, p. 13).

Assim, é possível observar como o depoimento oral é valorizado enquanto instrumento de compreensão dos significados e das representações da ação humana – o que se pretende explorar neste trabalho, acreditando-se que estes se materializam na linguagem. Devido a essas características, comumente são atribuídas pelos adeptos à pesquisa com esse tipo de material inúmeras potencialidades a ele.

Thompson (2002, p. 16-17) destaca algumas delas, especialmente referentes a temas que podem ser desenvolvidos pela História Oral e que são pouco trabalhados pela história convencional. Uma dessas linhas temáticas é chamada pelo autor de “esferas ocultas”, que seriam os aspectos da vida raramente representados nos arquivos históricos, como, por exemplo, as experiências da infância e do envelhecimento, as relações familiares, a esfera do crime, da violência e das drogas ou ainda da cultura informal do trabalho. Vale destacar que a sociologia e a antropologia são campos que costumam se debruçar mais sobre essas questões.

Outra potencialidade assinalada pelo autor é o que ele define como “o poder especial das entrevistas de história de vida e da história oral em estabelecer conexões através das vidas” (THOMPSON, 2002, p. 20). Usando como exemplo a migração, o autor afirma que, em alguns casos, apenas as histórias de vida podem conectar categorias que foram documentadas, como informações sobre o contexto original e o novo. Para ele, uma história de vida pode conectar os dois numa explicação narrativa que contribua para entender, por exemplo, que tipos de pessoas escolhem partir e por quais motivos, o que elas conseguem e o que isso significa para elas, por que decidem ficar ou voltar. Fazendo um paralelo com o tema deste trabalho, relatos de pessoas em situação de rua podem contribuir para entender não apenas o que levam algumas pessoas às ruas e o que faz uma parte delas sair dessa situação, enquanto outra permanece, mas também porque muitas delas preferem ficar nas ruas a dormir em albergues, por exemplo – informações mais difíceis de serem obtidas em pesquisas quantitativas.

Thompson (2002) aponta também como uma possibilidade de tema da pesquisa oral os mitos e tradições orais, que podem ser vistos de muitos ângulos diferentes, como instâncias da constituição social da memória ou como invenções da tradição, por exemplo. Segundo o autor, mitos e tradições podem ser cruciais para a identidade e a luta cotidiana em muitas

esferas, como entre judeus e palestinos no Oriente, por exemplo. Uma quarta potencialidade temática destacada pelo autor é a chamada de vozes ocultas. Segundo o historiador,

a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos (THOMPSON, 2002, p. 16-17).

Essa temática de fato ganhou relevância entre os historiadores orais a partir da década de 60, recebendo destaque pesquisas que procurassem registrar a voz dos chamados “povos sem história”, por serem marginalizados e pouco reconhecidos no âmbito acadêmico. Dentre esses grupos, que ganharam o olhar de historiadores orais nesse período, estão os operários, os negros, as populações vencidas em guerras e as mulheres.

Esta pesquisa, por sua vez, partilha, em certa medida, da crença nessas potencialidades ao trabalhar com relatos de mulheres em situação de rua. Trata-se não apenas de um grupo marginalizado e com pouca participação no âmbito acadêmico, mas seus relatos também tematizam esferas cotidianas da vida humana e podem permitir estabelecer conexões entre vidas particulares e problemas sociais concretos. Mas as narrativas orais, além de serem trabalhadas por outros campos, podem fazer parte também de outro enquadramento: o dos materiais biográficos. Arfuch (2010) é uma das autoras que se propõe a analisar e comparar esse tipo de material e apresenta reflexões relevantes para o trabalho com as narrativas coletadas. Além disso, a autora aponta limites importantes do trabalho com o depoimento oral, que ajudam a pontuar os limites de seu uso.

1.2.2 “Narrar a si”: configurações de um espaço biográfico

Segundo Arfuch (2010, p. 15), há um universo de gêneros discursivos consagrados há mais de dois séculos que remetem ao biográfico, como biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos e correspondências e que fazem parte “dessa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, que é ao mesmo tempo busca de transcendência”. Para ela, porém, a contemporaneidade é marcada pelo aparecimento de outras formas que disputam esse espaço, como entrevistas, perfis, histórias de vida e relatos de autoajuda, para citar alguns exemplos. Segundo a autora, a perspectiva midiática fez da vida e, portanto, da própria experiência, um núcleo de tematização. Ela aponta também que as ciências sociais, por sua vez, inclinaram-se cada vez mais para a voz e o testemunho dos sujeitos, considerados atores sociais, utilizando-se com maior frequência e assiduidade os métodos

biográficos, movimento que se alargou pelas ciências humanas de modo geral, também como visto anteriormente.

Para Arfuch (2010, p. 16), essa expansão do biográfico (e seu deslizamento para âmbitos da intimidade) faz pensar em um fenômeno comum, que vai além da proliferação de formas dissimilares, mas que expressa algo particular da subjetividade contemporânea. Por esse motivo, a autora afirma que se interessou em pensar a coexistência dos diferentes gêneros biográficos e suas similaridades, entendendo o espaço biográfico – expressão que empresta de Philippe Lejeune (1980) – como “horizonte de inteligibilidade e não como mera somatória de gêneros já conformados em outro lugar”. Sendo assim, se, por um lado, o narrar a si tem suas características específicas nas condições em que foi proposto nesta pesquisa, há características mais gerais sobre essa atividade que precisam ser consideradas.

De acordo com Arfuch (2010, p. 111), a multiplicidade de formas que integram o espaço biográfico carregam um traço comum: “elas *contam*, de diferentes modos, uma história ou experiência de vida”. Assim, para além do gênero em questão, elas se inserem em uma das grandes divisões do discurso, a *narrativa*. Essa é entendida pela autora – que recorre a Roland Barthes – como uma necessidade transcultural. Nas palavras do autor, “não há nem houve jamais em algum lugar um povo sem relatos [...] o relato zomba da boa e da má literatura: internacional, trans-histórico, transcultural, o relato está ali, como a vida” (BARTHES [1966] 1974 apud ARFUCH, 2010, p. 112).

Se o relato está presente onde há vida humana, sua prática vem de muito antes e vai muito além do escrito e parece estar atrelado a uma capacidade humana de compartilhar experiências. Nas palavras de Bosi (1994), “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (BOSI, 1994, p. 85).

Para Arfuch (2010), a narrativa possui, para além das diferenças de gêneros, elementos compositivos comuns. Como um elemento central da narrativa, a autora destaca a temporalidade: “efetivamente, o que mais a atribuição autobiográfica supõe além da ancoragem imaginária num tempo ido, fantasiado, atual, prefigurado?” (ARFUCH, 2010, p. 111). A autora ainda aponta, a partir de Ricoeur (1983), uma de suas principais referências, o papel da narrativa como forma de mediação simbólica para acesso às relações temporais da existência, uma vez que, como apresenta o filósofo, não há como tratar de uma vida humana sem a mediação de sistemas simbólicos, meios pelos quais é possível ter acesso aos dramas temporais da existência.

A partir dessa dimensão da narrativa, que a autora entende como configurativa de toda experiência, é que ela “outorga forma ao que é informe” e adquire importância filosófica

ao estabelecer uma relação entre diferentes temporalidades: a do mundo da vida, a do relato e a da leitura. Essa relação de não coincidência entre o relato e o acontecimento, essa “distância irreduzível que vai do relato ao acontecimento vivencial”, estabelece uma comprovação que ela considera radical e, num certo sentido, paradoxal: “o tempo mesmo se torna humano na medida em que é articulado sobre um modo narrativo” (ARFUCH, 2010, p. 112).

Nessa perspectiva, a autora defende que o relato não remete apenas a uma disposição de acontecimentos em ordem sequencial ou a um exercício mimético do que constituiria primariamente o registro da ação humana, mas

à forma por excelência da estruturação da vida e, conseqüentemente, da identidade, à hipótese de que existe, entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas que apresenta uma forma de necessidade “transcultural” (ARFUCH, 2010, p. 112).

A ideia da narrativa como uma forma de estruturação da vida é ainda crucial para a entendermos como uma montagem criada na narrativa, feita pelo seu autor. Assim, é importante para este trabalho ressaltar a impossibilidade de acessar as experiências alheias, sendo possível apenas acessar as representações que os sujeitos fazem delas, a partir de suas falas, de suas narrativas.

Ecléa Bosi recorre à imagem do tecer pra pensar nessa sua elaboração: “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa” (BOSI, 1994, p. 88). A imagem da tecelagem é utilizada também por Hannah Arendt (1995) para descrever o pensar: recorrendo à figura mitológica de Penélope, que todos os dias tece e depois desfaz boa parte do que produziu para então começar a tecer de novo, a pensadora apresenta o pensamento como uma tarefa que se reinicia a cada dia. Dessa forma, entender as narrativas coletadas nesta pesquisa como fruto de uma atividade de tecelagem implica em compreender a composição narrativa não a partir de uma objetividade dos acontecimentos, mas de uma construção de seus autores, que pode ser refeita a todo momento.

Além disso, Bordieu (2006), considerando a narrativa como uma montagem feita pelo seu autor, questiona os limites da narração. Segundo o autor, a entrada da história de vida no campo científico carrega pressupostos do senso comum, explicitados por metáforas bastante recorrentes da vida como um caminho ou uma estrada, que invocam o entendimento da vida como um percurso linear e unidirecional e, portanto, como um conjunto coerente e orientado que pode ser apreendido a partir de uma construção narrativa.

Além disso, para o autor, as narrativas biográficas carregam a preocupação de atribuir um sentido à vida narrada, selecionando certos acontecimentos e estabelecendo relações entre eles em um exercício cuja finalidade principal é gerar coerência a uma vida. Nas palavras do autor,

produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Além disso, é também essencial considerar que essa construção de si se dá sempre de modo relacional. No caso dessa pesquisa, esse caráter fica mais claro ao se explicitar que essa formulação acontece em condições específicas: a de uma entrevista. Arfuch (2010) destaca que, em casos como esse, o encontro entre sujeitos é a cena fundadora da pesquisa, o que torna fundamental considerar o seu caráter dialógico, conversacional, interativo. É necessário considerar, portanto, os papéis desempenhados pelos sujeitos envolvidos, sendo que, na cena da entrevista, há uma “não reversibilidade de posições enunciativas em termos do direito a perguntar”, uma vez que a faculdade performativa da interrogação é exclusiva ao entrevistador (ARFUCH, 2010, p. 161).

Para a autora, a implicação dessa não reversibilidade do direito quase unilateral de perguntar, que leva ao desdobramento (ou recuo) da resposta esperada, é que

o produto obtido será de autoria conjunta, indissociável da cena de interação, da subjetividade colocada em jogo, da marca do jornalista / pesquisador – que propõe um percurso mais ou menos delimitado – da confrontação discursiva dos respectivos esquemas valorativos (ARFUCH, 2010, p. 241).

Por isso, Arfuch (2010) afirma que “nada do que ocorrer no transcurso do encontro terá uma existência independente em outro lugar”, ressaltando a importância de se considerar as narrativas produzidas em um determinado local a partir de uma determinada relação social estabelecida entre dois ou mais sujeitos como produto também dessas condições específicas. Além disso, há uma terceira figura em cena que não pode ser desconsiderada: o leitor (ou o imaginário que entrevistador e entrevistado fazem dele), o qual compõe, de maneira indireta, a cena enunciativa.

Assim, de acordo com a autora,

mesmo o ‘retrato’ do eu aparece, em suas diversas acentuações, como uma posição enunciativa dialógica, em constante desdobramento em direção à outriedade de si mesmo. Não haveria ‘uma’ história do sujeito, tampouco uma posição essencial, originária ou ‘mais verdadeira’. É a multiplicidade dos relatos, suscetíveis de

enunciação diferente, em diversos registros e coautorais (a conversa, a história de vida, a entrevista, a relação psicanalítica), que vai construindo uma urdidura reconhecível como ‘própria’, mas definível só em termos relacionais: eu sou tal aqui em relação a certos outros diferentes e exteriores a mim (ARFUCH, 2010, p. 128-129).

Assim, o que se pretendeu apresentar nessa seção é que, como afirma Arfuch (2010), se, por um lado, o uso de métodos biográficos e de entrevistas em pesquisas acadêmicas parte do pressuposto de que é possível compreender, explicar e até remediar situações e relações sociais e fenômenos históricos por meio de narrativas testemunhais de sujeitos envolvidos – o que muitas vezes é feito pela valorização das “pequenas histórias” e das vozes marginais, carregando um ideal de democratização da palavra, de resgate da memória do povo e do silenciado, do apagado pela história ou do cotidiano, por outro lado, hoje, parece claro que não há uma “harmonia a ser recuperada” e que “a contradição e o antagonismo são modos de ser do social” e, principalmente, que a proliferação de histórias de vida não conseguiu atenuar as dificuldades daqueles que as protagonizam.

Ainda assim, porém, Arfuch (2010, p. 250) ressalta que “as histórias não cedem, insistem”, seja na esfera midiática, seja no campo acadêmico. A diferença é que, nesse último, deve-se assumir um compromisso de consciência dos limites dos usos dessas histórias. Por isso, a proposta deste trabalho é considerar as narrativas enquanto representações de si de sua realidade social (e também dos outros com quem se interage ou que se imagina), atentando-se às consequências, em suas formulações, do caráter ilusório da apreensão de si e da experiência, das condições específicas de produção enquanto uma interação social e das limitações da busca por uma verdade ou uma linearidade ou coerência nas narrativas.

1.2.3 Ferramentas metodológicas para a realização de entrevistas

As reflexões e ferramentas propostas por historiadores orais por outros pesquisadores que trabalham com narrativas orais como Arfuch (2010) e Bosi (1994; 2003), tais como as apresentadas nas últimas seções, contribuíram para a elaboração das entrevistas, sendo que, a partir delas, algumas escolhas metodológicas foram tomadas para a sua realização.

A primeira foi a opção pela gravação em áudio. Tal escolha se deu pela possibilidade de retomar as entrevistas não apenas pelos filtros da minha memória, mas revisitando as palavras das entrevistadas e como elas foram construindo suas narrativas, registrando também a minha interferência enquanto pesquisadora nelas. Essa escolha pauta-se na proposta de Arfuch (2010) de uma abordagem mais atenta à materialidade do dizer, incluindo

as expressões, os silêncios, os lapsos e as alterações de voz, elementos que seriam de mais difícil registro sem a gravação. Além disso, essa opção evitou que eu ficasse fazendo anotações durante toda a conversa, o que poderia dificultar a sua fluidez. É importante considerar, entretanto, que a presença do gravador exerce influência sobre o que é dito e sobre como se fala, como salienta Aberti (2005).

Também é válido destacar que as posições ocupadas por entrevistadora e entrevistada em uma situação de entrevista interferem na conversa. Para Arfuch (2010), “os papéis de entrevistador e entrevistado compartilham certa não reversibilidade pragmática, ou seja, o direito – e o afã – quase unilateral de perguntar, que dá lugar ao desdobramento (ou recuo) da resposta esperada”. Assim, por mais que se procure construir a entrevista a partir de uma fluidez e que se mantenha certa espontaneidade, há nela, diferentemente da conversa cotidiana, uma faculdade performativa de interrogação a ser exercida prioritariamente pelo entrevistador. Apesar disso, as duas entrevistadas que terão suas falas reproduzidas jogaram, em menor ou maior grau, ativamente com essas posições, inserindo pautas e colocando questões.

Além das posições de entrevistadora e entrevistada, também estava presente o fato de eu nunca ter vivido na rua, como apontado anteriormente, o que levava as participantes a me explicarem, muitas vezes, hábitos e expressões. “Entendeu?” foi uma pergunta frequente nas interações, que possivelmente, mais do que um vício de linguagem, marca o registro de uma dúvida da comunicabilidade de certas experiências pessoais. Nesse sentido, os relatos obtidos são sempre produtos de autoria conjunta, indissociáveis da cena de interação: “nada do que ocorrer no transcurso do encontro terá uma existência independente em outro lugar, por mais que remeta a ‘fatos’ verdadeiramente ocorridos” (ARFUCH, 2010, p. 241).

As orientações de Alberti (2005) sobre a produção de roteiros gerais, específicos e parciais (esse último no caso de uma segunda entrevista com um mesmo participante, em que é possível retomar pontos da primeira), continuaram importantes ao longo das entrevistas realizadas, apesar de os roteiros por mim elaborados terem funcionado mais como um norte direcionador para as conversas. As perguntas formuladas serão apresentadas ao longo do trabalho, na medida em que forem importantes para a contextualização dos trechos das entrevistas reproduzidos. Cabe já ressaltar, porém, que em muitos momentos procurei deixar as participantes falarem livremente ou fiz intervenções procurando dar continuidade aos assuntos trazidos por elas. Por isso, também em vários momentos as entrevistas seguiram caminhos inesperados. Nesse sentido, Bosi (2003) considera que a liberdade do depoimento deve ser

respeitada a qualquer preço, sendo o seu desrespeito um problema sério de ética de pesquisa. Essa posição está ainda em diálogo com o proposto por Alberti (2005):

o padrão de conduta de uma entrevista inclui também a participação do entrevistador, que deve se adequar ao ritmo do entrevistado, procurando não interromper o curso de seu pensamento, acompanhando seu discurso ao formular perguntas, reformulando suas próprias ideias a partir daquilo que lhe é relatado, enfim, procurando ajustar o diálogo com base nos dados que lhe fornece o entrevistado a respeito de si mesmo e de suas limitações. É o entrevistado, então, que imprime o tom à entrevista e cabe ao entrevistador aprender seu estilo para adequar seu próprio desempenho àquela relação específica (ALBERTI, 2005, p. 103).

Por último, adotei também como ferramenta metodológica de pesquisa um caderno de campo. Nele, procurei registrar, como orienta Alberti (2005), as observações a respeito das participantes da pesquisa, como minha relação com elas se estabeleceu, como decorreram as entrevistas, as informações sobre situações em que o gravador estava desligado, quando e por que decidi encerrar a entrevista, entre outras questões que considerei relevantes sobre as interações. Como afirma a autora, o caderno de campo registra a participação direta do pesquisador na produção do documento de história oral e permite, assim, uma constante avaliação de sua constituição. Seguindo Bosi (2003), procurei ainda registrar minhas dúvidas, dificuldades e falhas, o que pode servir, de acordo com a autora, para ajudar a aplainar o caminho de futuros estudiosos que podem enfrentar situações similares.

O caderno de campo contribuiu, assim, também para observações de caráter etnográfico, relacionadas tanto aos percursos que percorri com duas mulheres pelos centros de Campinas e São Paulo, quanto às interações com os indivíduos que não gravaram entrevistas, mas que também contribuíram para compor este trabalho. Foi nesse caderno em que elaborei, muitas vezes, como fui afetada pelas interações vividas, utilizando termo adotado por Fravet-Saada (2005) para registrar os impactos que as vivências do antropólogo ao longo do trabalho podem ter sobre ele. O caderno de campo funcionou também, em certo sentido, como registro das minhas memórias de pesquisa.

1.3 Trabalho de campo

Com o intuito registrar narrativas de mulheres em situação de rua, a realização de entrevistas foi planejada como principal ferramenta metodológica da pesquisa. Ao longo do seu desenvolvimento, porém, a observação de caráter etnográfico ganhou relevância e passou a também se configurar como uma ferramenta metodológica importante. Isso porque o trabalho não envolveu apenas a realização de entrevistas, mas também a procura de possíveis

participantes de pesquisa e o contato com pessoas em situação de rua nesse espaço central de suas vivências.

Durante esse processo, que constitui o trabalho de campo (realizado principalmente entre abril e novembro de 2019), percorri ruas e conheci espaços que prestam assistência a essa população, algumas vezes acompanhada de mulheres que encontrei. A percepção de que as interações e observações envolvidas nesse percurso constituem também esta pesquisa - bem como as circunstâncias das próprias entrevistas e as relações com as entrevistadas e com as outras mulheres com quem tive contato nesse período - foi crescendo nesse processo. Assim, se não pretendi realizar uma etnografia *stricto sensu*, passei incorporar um olhar e uma postura etnográfica à pesquisa, procurando fazer com que o registro dessas interações fizesse parte do trabalho e dialogassem com as entrevistas apresentadas.

1.3.1 Dificuldades de um primeiro percurso de pesquisa: o trabalho de campo em Campinas

Um aspecto central e também desafiador deste trabalho foi justamente a procura por participantes de pesquisa. Como eu havia conhecido algumas pessoas que trabalhavam voluntariamente com a população em situação de rua em Campinas e já havia participado, na mesma cidade, de atividades de distribuição de alimentos e de itens de higiene para essa população, situações nas quais conversei com algumas pessoas e ouvi diversos relatos, minha primeira opção foi tentar contatar novamente as poucas mulheres que havia encontrado nesses momentos ou buscar fazer esse contato a partir das pessoas que conviviam mais frequentemente com a população em situação de rua.

O menor número de mulheres nas ruas dificultava essa tarefa, mas também a inconstância dos lugares em que algumas ficavam ou com que entravam em contato com os membros desses grupos voluntários. Um exemplo é o caso de uma das mulheres que eu havia conhecido antes do início da pesquisa através de um amigo e que tentei encontrar nessa época por intermédio dele, mas que, naquele momento, “estava sumida há semanas, provavelmente em uma fase de uso intenso de *crack*”, como me disseram.

Assim, na procura por possíveis participantes de pesquisa, as alternativas eram principalmente duas: tentar fazer o contato via instituições que lidassem com a população em situação de rua ou tentar abordar mulheres individualmente na rua. Cheguei a ir uma vez a um centro de atendimento a essa população ligado à Prefeitura de Campinas, mas as burocracias e

incertezas foram grandes quanto a conseguir esse contato por meio da instituição. Além disso, eu também estava interessada em realizar sem intermédios institucionais, buscando uma interação mais próxima dessas mulheres e de seus vínculos com a rua.

Pesquisadores como Tiene (2004) e Rosa e Brêtas (2015) também apontaram dificuldades para a realização de entrevistas na rua e optaram por realizá-las em casas de acolhida. Já Escorel (1999) optou pelo contato sem intermédio de instituições, o qual justifica:

não queria iniciar meu trabalho a partir nem das instituições governamentais tradicionalmente responsáveis pela população de rua, nem tampouco através de entidades assistenciais e religiosas, filantrópicas, para não entrar no terreno contaminada por suas visões e abordagens do ‘problema’ ou dos ‘assistidos’. Ao evitar participar do campo institucional (órgãos públicos e entidades assistenciais privadas) para obter os depoimentos e analisar as trajetórias da população de rua, estava questionando a “hierarquia de credibilidade” (Becker, 1985) estabelecida na sociedade, a concentração de legitimidade nessas instituições para falar sobre o assunto específico ‘população de rua’. Na prática da pesquisa foi possível contornar a mediação das instituições governamentais, mas não foi possível evitar que a maior parte dos contatos e conversas tenham se realizado durante o desenvolvimento de atividades assistenciais (ESCOREL, 1999, p. 87).

Se a autora, porém, precisou realizar as entrevistas durante atividades assistenciais, no caso desta pesquisa, elas foram feitas nas ruas, por mais que a passagem por algumas instituições assistenciais também tenha ocorrido durante esse período. Outra dificuldade para contatar possíveis participantes se deu pelo fato de ter sido mais raro encontrar mulheres em situação de rua que estivessem sozinhas: vi, algumas vezes, mulheres em grupos formados principalmente por homens, o que inibiu o meu contato. Dessa forma, o fato de eu ser uma pesquisadora indo sozinha a campo produziu efeitos também na abordagem de participantes da pesquisa e foi decisivo para a opção adotada de realizar o trabalho de campo durante o dia, mesmo sabendo que no período noturno a concentração de pessoas que vivem em situação de rua no centro da cidade é muito maior e que talvez, portanto, fosse mais fácil abordar algumas mulheres nesse período.

Além disso, também foi necessário romper com algumas barreiras internas para abordar as poucas mulheres que encontrei sozinhas durante esse período. Nesse sentido, identifico-me com o relatado por Tiene (2004, p.13), que descreveu a primeira abordagem realizada por ela como “bastante desafiadora, sobretudo por dois motivos: por me apresentar às mulheres como pesquisadora e por me sentir constrangida diante de tantas necessidades básicas não atendidas”.

Apesar dessas dificuldades, conversei com algumas mulheres em Campinas nesse período, mas nenhuma quis gravar entrevista e participar da pesquisa. Percebi, então, que seria

muito difícil realizá-la sem uma aproximação maior e mais duradoura com elas. Mas essa aproximação era muitas vezes dificultada pela própria imprevisibilidade da possibilidade de um reencontro. Mesmo Tiene (2004, p.13), que realizou as entrevistas em uma casa de acolhida, afirma ter apreendido que “a aproximação é sempre algo a conquistar e refazer, pois há instabilidade com relação à frequência dos sujeitos na Casa, além do que as vivências passadas e atuais os obrigam a bastante descrição”.

Também tive a impressão, durante essas tentativas, que era muito mais fácil que os homens me contassem suas histórias do que as mulheres com quem conversei. Em algumas interações com homens em situação de rua ao longo da pesquisa, senti que eles frequentemente me contavam sobre suas trajetórias, especialmente anteriores à rua – mesmo que eu não perguntasse. Já com as mulheres, o diálogo parecia ser mais difícil, principalmente se fosse para tratar do passado. É possível pensar em como o medo de um julgamento ou os traumas vividos podem interferir nessa recusa em falar sobre o que ficou para trás. O parceiro de uma das mulheres que conheci nessa época e que não quis me contar sobre sua vida me disse uma vez: “você sabe o que ela viveu? a história dela é muito sofrida desde os 13 anos”. Além disso, a frase que ouvi no início da pesquisa, como relatei anteriormente, ecoava em mim nesses momentos: “é difícil, a maioria das mulheres está cansada de contar história e ninguém fazer nada”.

Diante das dificuldades descritas, não consegui realizar entrevistas em Campinas, como havia planejado. Porém, das minhas interações nessa cidade, registrei informações e, principalmente, histórias e convívios valiosos para mim e para a minha percepção sobre a situação de rua. Alguns registros dessas observações continuarão a ser narrados ao longo da dissertação.

1.3.2 De Campinas a São Paulo: um novo *locus* para a pesquisa

Ao mesmo tempo em que tinha dificuldades para realizar as entrevistas em Campinas, participei como ouvinte de um evento em São Paulo que acabou alterando os rumos da pesquisa. Foi um encontro realizado pela Defensoria Pública da União como parte de um ciclo de debates sobre Gênero e Direitos Humanos, cujo tema era “direito humano à moradia e população em situação de rua”.

A mesa do encontro era formada apenas por mulheres, entre elas, ex-moradoras de rua e integrantes de movimentos de população em situação de rua e de luta por moradia. Além

da mesa, havia um público heterogêneo que, depois das apresentações iniciais, foi convidado a fazer intervenções. Esse público parecia ser composto majoritariamente por pessoas que estavam ou estiveram em situação de rua ou que realizam algum tipo de trabalho com essa população.

A defesa do direito à moradia como um direito estrutural da vida nas sociedades modernas e como um direito que permite o acesso a outros direitos perpassou diversas falas, tanto das debatedoras quanto do público participante. Depoimentos de como não ter moradia dificultou o acesso à educação e ao trabalho aliaram-se às considerações sobre o caso específico das mulheres, em que a moradia foi considerada um espaço de proteção, uma barreira física contra as violências da rua – “na rua, somos vulnerabilizadas”, afirmou uma das participantes. Também foi bastante presente a crítica à política de albergues, entendida por muitos presentes como um espaço de violações, um “depósito de ser humano”, como afirmou um dos participantes da plateia.

A participação nesse evento foi significativa, pois permitiu um contato com a situação de rua a partir de um contexto diferente do que eu havia tido até então em Campinas: estava presente ali um movimento organizado da população em situação de rua, com o qual até então não havia tido contato, e as mulheres que haviam feito um esforço de locomoção até esse espaço buscavam espaços de fala, desejavam ter as suas demandas ouvidas. Em geral, participou do evento uma parcela da população em situação de rua articulada em movimentos sociais e políticos, um tipo de organização dessa população, até onde pude apurar, pouco atuante em Campinas.

Foi nesse encontro que conheci Conceição¹³, que teve papel muito importante na pesquisa. Ela havia se apresentado como responsável por um movimento de defesa dos direitos das mulheres em situação de rua e falei para ela sobre a minha pesquisa e sobre a minha vontade de entrevistá-la. Conceição logo aceitou o convite e se mostrou animada também em intermediar meu contato com outras mulheres.

1.3.3 Contato e relação com as mulheres entrevistadas e condições de realização das entrevistas

¹³ Os nomes das participantes foram substituídos para a preservação de suas identidades. Essa decisão é apresentada no item 1.4 deste capítulo.

O nosso contato para combinar a entrevista se deu pelo *Facebook*, através do perfil do movimento que havia me passado, e aconteceu cerca de um mês depois do evento. Combinamos de nos encontrar numa segunda-feira de manhã na Praça da Sé, como sugeriu. A Praça foi, portanto, o cenário da primeira entrevista que realizei com ela e da maior parte das interações que tive em São Paulo. No coração do centro da cidade, ela abriga uma das estações de metrô mais movimentadas da capital e os seus arredores possuem um grande fluxo de pessoas. Como eu nunca havia estado ali, chamou a minha atenção a grande concentração de pessoas em situação de rua, algumas instaladas com barracas em determinadas partes da praça. Havia também um grande fluxo de transeuntes e a presença notável de policiais, tanto em uma base fixa quanto em uma base móvel.

Fiquei sabendo por ela, nesse dia, que não estava mais dormindo nas ruas, pois havia sido contemplada pelo programa Autonomia e Foco¹⁴ da Prefeitura de São Paulo e compartilhava um quarto com seu companheiro. Relatou, porém, que às vezes dormia na rua com ele para agradá-lo, pois ele dizia que gostava de ficar ali, enquanto ela não gostava de ficar na rua. Conceição é uma mulher negra, alta e com cerca de 45 anos. Quando a encontrei, estava bem arrumada e trazia uma bolsa que, mais tarde, me contou que carregava para entregar a uma das mulheres com quem gostaria que conversássemos. Dentro dela, havia sapatos e outros pertences que pretendia distribuir, em uma atitude que me pareceu uma forma tanto de ajudar colegas e procurar se fortalecer como responsável por um movimento de mulheres em situação de rua, quanto de estabelecer contato com aquelas que não conhecia ou com quem não tinha proximidade. Isso porque, em mais de uma vez, ela me disse que, para conversar com uma mulher na rua, sempre teria que levar alguma coisa pra ela.

Nossa conversa se deu em uma mesa de uma “barraca” de venda de pastel, uma das várias de venda de comida concentradas em uma lateral da Praça. Como todas as outras conversas que tive na rua, foi marcada por características próprias desse espaço: barulho intenso, interferências diversas e pouca privacidade. Esse contexto pode, inclusive, ter inibido determinados assuntos ou relatos, ao mesmo tempo em que era o contexto em que a maior parte de relações das participantes da pesquisa se dava.

¹⁴ Programa de Prefeitura de São Paulo que atende pessoas que vieram das ruas ou de centros de acolhida e que são consideradas como participantes de um processo de independência social. Segundo o site do programa: “o Autonomia em Foco funciona com sistema colaborativo de limpeza entre os moradores e possui grade de atividades socioeducativas, roda de conversas e mediação de conflitos. Os moradores fazem suas próprias refeições e lavam suas roupas na cozinha e lavanderia comunitárias. A maioria dos conviventes possui trabalho fixo, mas ainda não tem renda para alcançar a autonomia da casa própria. O objetivo do projeto é além de oferecer moradia e dignidade às pessoas, fortalecer os vínculos familiares, interpessoais e comunitários”. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=253739

A entrevista aconteceu após uma conversa inicial, em que pedi que me falasse sobre o surgimento desse movimento de mulheres e sobre como via a situação das mulheres na rua. Nela, tópicos dessa conversa se repetiram, enquanto outros foram sendo acrescentados na medida em que eu fazia perguntas relacionadas ao que ela havia acabado de narrar, seja para complementar informações sobre sua vida ou sobre as questões que envolviam a situação de rua. Ao fim da entrevista, Conceição disse que queria me levar para entrevistar outras mulheres que conhecia. Conversamos com duas delas na própria Praça da Sé e com outra na Praça São Bento, além de termos falado brevemente com um responsável por um programa assistencial ali na região. Nenhuma das mulheres com quem conversamos, porém, quis gravar uma entrevista.

Conceição se mostrou muito empenhada em conseguir outras pessoas para que eu entrevistasse e combinamos de nos encontrar novamente. Quando nos encontramos pela segunda vez, cerca de um mês depois, na estação de metrô da Sé, ela me disse que já havia combinado com algumas mulheres que dariam entrevistas. Das que mencionou, porém, só conseguimos encontrar uma, que apareceu na estação conforme tinham combinado previamente. Gravei a entrevista com ela, uma mulher peruana que conversou conosco próximo de onde havia se instalado com uma barraca com seu parceiro, afirmando que precisava ficar perto dele. Após alguns minutos de conversa, porém, ele a chamou e tivemos que interromper a entrevista.

Tentamos contatar ainda as outras mulheres com quem Conceição havia combinado, indo inclusive até o albergue em que uma delas estava vivendo com os filhos, mas não a encontramos. Ainda na Praça da Sé, todavia, uma moça nos viu conversando com a outra mulher e se aproximou para perguntar o que estávamos fazendo. Era Carolina, uma jovem que também conhecia Conceição e se prontificou a gravar uma entrevista para mim. Ela foi realizada também na Praça da Sé e Conceição se afastou em alguns momentos da conversa e se aproximou em outros, fazendo comentários e perguntas, inserindo pautas e até me cobrando: “você perguntou pra ela a questão do esporte né, como eu falei?”. Essa prática foi comum em todas as conversas que tive em sua presença - foi Conceição, em muitos momentos, que estabeleceu as chaves de memórias das outras participantes. Ela teve, portanto, um papel central nesta pesquisa, não só como mediadora dos encontros, mas colocando também sua marca e sua presença nos demais diálogos realizados em São Paulo.

Por mais que não tenhamos conseguido mais entrevistas, em nossas andanças, ela me contou mais sobre sua vida e sobre a vida nas ruas de São Paulo e me mostrou outros lugares, como o espaço do serviço assistencial prestado pela Casa Dom Orione, ligada à Paróquia Nossa

Senhora de Achiropita. Além disso, nesse dia, gravei uma segunda entrevista com ela, na qual procurei retomar alguns pontos da primeira entrevista, especialmente sobre sua trajetória de vida, e procurei acrescentar perguntas para que formulasse memórias sobre o início da vida nas ruas, como a primeira noite nela ou em um abrigo ou ainda pedindo que me descrevesse algum abrigo pelo qual havia passado ou o quarto em que vivia naquele momento.

Porém, se o acesso frequente de Conceição ao *Facebook* e ao *Whatsapp*, por mais que nem sempre constante, permitiu que combinássemos os encontros, ele também trouxe uma relação diferente da que tive com Carolina e com quase todas as outras pessoas que conheci durante o trabalho de campo, relações essas que, por mais que às vezes significativas para mim, foram muito mais pontuais. O contato virtual com Conceição passou a me colocar como mais presente em sua vida, pois ela me mandava mensagens com frequência e, durante o período entre as entrevistas, passou a me relatar situações complicadas que estava vivendo.

Diante disso, meu envolvimento emocional com a sua situação foi grande e, em um momento, precisei recuar em nossa interação para tentar formular qual era o meu papel enquanto pesquisadora e enquanto cidadã diante de algumas situações relatadas e também quais limites seriam necessários na nossa interação para que eu conseguisse prosseguir com o trabalho. Foi um dos momentos de muitas dúvidas e angústias também em relação à pesquisa, em que me questionei também sobre a relevância de um trabalho como este diante de necessidades tão mais básicas e urgentes de uma vida em condições de extrema precariedade.

Dificuldades similares foram narradas por outros pesquisadores, como Escorel (1999, p. 93), que relatou que o “‘equilíbrio sutil entre distanciamento e envolvimento’ que caracteriza o relacionamento do pesquisador com seu sujeito de estudo teve que ser obtido através de crises e reformulações das estratégias de pesquisa”. A autora ainda afirmou ter incorporado, em consonância com Girola (1996), “os sentimentos e emoções como uma ‘fonte de informação’ indispensável em uma abordagem reflexiva” (GIROLA, 1996 apud ESCOREL, p. 93). Nesse sentido, complementa:

o pesquisador acede ao conhecimento não porque ele se coloca em relação de exterioridade ou ao contrário, em simbiose com aquilo que se propôs a conhecer, mas porque se engaja em uma relação ativa com aquilo que se propôs a conhecer. É somente reconhecendo a complexidade e a reflexividade desses diferentes processos que o pesquisador se dá os meios de quebrar as imagens preconcebidas e os relatos estereotipados e de estabelecer um espaço de significações compartilhadas. Este imperativo metodológico parece-me ainda mais se impor, na medida em que se pesquisa sobre pessoas que estão legitimamente à procura de um reconhecimento de sua singularidade no interior de uma história social (GIROLA, 1996 apud ESCOREL, 1999, p. 93).

1.4 Questões éticas

Os questionamentos éticos sobre as formas de condução das interações e de tratamento das informações registradas e das falas gravadas perpassaram todo o desenvolvimento do trabalho. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas¹⁵ e as duas participantes da pesquisa que tiveram suas entrevistas reproduzidas neste trabalho assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento no qual são informadas sobre as condições gerais da pesquisa e sobre seus direitos em relação a ela. No projeto enviado ao Comitê, foi prevista também a possibilidade de que a autorização fosse gravada em áudio, caso a leitura e a assinatura do documento fossem um problema.

Ainda assim, a garantia de que todas as informações previstas sobre a pesquisa fossem passadas às participantes, por mais que importantes para garantir pesquisas pautadas pela responsabilidade com os participantes envolvidos, tornou-se um desafio a mais ao longo do trabalho. Isso porque, se em uma situação padrão de entrevista, em que entrevistadora e entrevistada se reúnem em uma sala com um horário marcado para realizá-la, a assinatura de um documento não parece ser um problema, nas ruas, onde a dinâmica da movimentação se impõe e onde parece haver maior desconfiança entre as pessoas, o documento passou a ser mais uma barreira a ser quebrada para a aproximação e para a realização de uma entrevista.

Quando lido na íntegra no começo, ele pode ser uma formalidade que inibe ainda mais algumas falas e memórias, mas mesmo quando explicado inicialmente e registrado o consentimento posteriormente, o documento (ou a síntese oral de suas informações) pode ser um desafio adicional. Um exemplo de uma situação em que isso aconteceu foi na entrevista com uma mulher, na Praça da Sé, para quem eu já havia explicado oralmente a pesquisa e pedido autorização para gravá-la, mas cuja conversa foi interrompida porque seu companheiro a chamou, aparentemente solicitando que ela encerrasse a entrevista, o que a deixou nervosa e a fez se juntar a ele. Como chamá-la novamente para assinar um documento ou gravar uma autorização lendo todo o documento em uma circunstância como essa, sabendo que isso poderia trazer-lhe problemas junto ao seu companheiro? Assim, ainda que outras formas de autorização da participação pudessem ter validade para a pesquisa perante ao Comitê, em casos em que não obtive a assinatura do termo ou a autorização oral gravada, optei por não reproduzir as gravações neste trabalho.

¹⁵ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 91125518.0.0000.8142.

Além disso, uma questão de extrema importância diz respeito à divulgação do nome das participantes. Com o objetivo de proteger as entrevistadas de possíveis retaliações considerando o contexto em que vivem e as temáticas tratadas, que incluem relatos de violência, a opção feita foi pela não identificação das participantes, o que foi combinado com elas antes do início das entrevistas. O anonimato das participantes foi adotado também nos outros trabalhos com população em situação de rua citados nesta dissertação, como o de Tiene (2004), o de Rosa e Brêtas (2015) e o relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua”, produzido pelo Estimar Instituto de Pesquisa Social (2019). Porém, em uma pesquisa de caráter autobiográfico e memorialístico como esta, em que as participantes ofereceram suas histórias e memórias particulares, o incômodo por apagar seus nomes permaneceu, uma vez que, posteriormente às entrevistas, relendo as suas falas e revisitando as interações, percebi que as mulheres que concederam as entrevistas são pessoas que demonstram querer ter não só suas vozes ouvidas, mas também serem reconhecidas. Por isso, considero importante registrar que o mecanismo de anonimato adotado pode, apesar de gerar uma preservação, contribuir também para uma reprodução da lógica de invisibilidade e de apagamento que se procura romper. Para manter o anonimato, decidi atribuir às duas os nomes de duas escritoras brasileiras negras e de famílias pobres: Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus. Trata-se de uma singela homenagem à vontade que narram, como será apresentado mais adiante, de serem escritoras e de publicarem livros.

1.5 Aspectos metodológicos de apresentação das narrativas e de análise das entrevistas

Foi considerando as circunstâncias da realização do trabalho de campo e das entrevistas apresentadas ao longo do capítulo, bem como as orientações do trabalho com o depoimento oral, seja feita pelos historiadores orais ou por pesquisadoras como Bosi (1994; 2003) e Arfuch (2010), que foram produzidas as análises que compõem esta dissertação. Para essa etapa, central no trabalho, a opção foi por trabalhar, principalmente, com as três entrevistas gravadas em São Paulo: duas com Conceição (em dois dias diferentes) e uma com Carolina. De cada entrevista, foi selecionado um trecho no qual se considerou significativa a construção que essas mulheres fazem sobre si e sobre sua trajetória, tratando também de questões relativas à vida das mulheres nas ruas, que compõem as três “cenas” apresentadas nos próximos capítulos.

A opção por não apresentar as entrevistas completas se deu, principalmente, pela quantidade de elementos que poderiam contribuir para a identificação das participantes,

contrariando o acordo de anonimato feito para este trabalho. Mas também serviu para a organização dos temas abordados por elas a partir dos eixos da sobrevivência e do sonho, propostos a partir da percepção de como eles eram significativos em suas falas. Outros trechos das três entrevistas serão, porém, apresentados ao longo das análises para dialogar com as cenas principais na medida em que tratem de questões semelhantes. Assim, grande parte das entrevistas será reproduzida ao longo do trabalho em trechos, quase sempre, sem cortes.

Cabe reafirmar ainda que, assim como indicou Bosi (2003) em sua obra, este também não é um trabalho com uma proposta de amostragem e, dessa forma, não se pretende que as falas dessas mulheres sejam representativas do universo da vida em situação de rua. Ao mesmo tempo, e também para ilustrar isso, elas serão colocadas em diálogo com as vozes de outras mulheres em situação de rua registradas por pesquisadores como Tiene (2004), em sua pesquisa realizada em Campinas, e Rosa e Brêtas (2015), que produziram o trabalho em São Paulo.

Além disso, receberão destaque ao longo da dissertação as vozes registradas e apresentadas no relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua”, produzido pelo Estimar Instituto de Pesquisa Social e publicado em 2019¹⁶. O relatório, realizado a partir de um trabalho de campo feito entre março e outubro de 2018 na cidade de São Paulo, é composto a partir das entrevistas com 30 mulheres em situação de rua e apresentou os resultados reproduzindo pequenos trechos de suas falas a partir de determinados temas, que envolvem da chegada e da vida nas ruas até os sonhos e desejos das mulheres. Assim, ao longo da dissertação, muitas dessas vozes dialogarão com as das entrevistadas.

Portanto, a proposta é que haja uma ampliação da escuta das vozes dessas mulheres, ao colocá-las em diálogo com outras que vivem ou viveram em situação de rua e também com teóricos que formulam questões próximas às abordadas por elas. Nesse sentido, as análises são propostas como espaços de significações compartilhadas a partir do diálogo dessas diferentes vozes, formuladas por uma pesquisadora em um percurso de contato com essas e com outras mulheres, ao vivo ou pela literatura disponível, que vivem em situações semelhantes.

¹⁶ Relatório disponível na página do Estimar Instituto de Pesquisa Social: <https://www.estimar.com.br/>. Último acesso em junho de 2020.

CAPÍTULO 2 – Mulheres em situação de rua como sujeitos de narrativas autobiográficas

No capítulo metodológico, foram apresentados aspectos históricos, teóricos e práticos do trabalho com o depoimento oral e com narrativas de si, além das circunstâncias da realização do trabalho de campo desta pesquisa. Há, porém, ainda, alguns aspectos a serem pontuados sobre o trabalho com as vozes de mulheres, tanto em termos de como o depoimento oral tem sido utilizado para inserir essas vozes na esfera acadêmica quanto em uma apresentação das concepções de gênero e de identidade adotadas como balizadoras desta pesquisa. Além disso, cabe ressaltar também algumas questões do trabalho com vozes de pessoas em situação de rua que também sustentarão as análises apresentadas nos capítulos seguintes.

Assim, se o trabalho com o depoimento oral vem sendo desenvolvido na esfera acadêmica há algumas décadas, como foi apresentado no capítulo anterior, e se esse trabalho permitiu trazer à Academia vozes de grupos até então pouco presentes, sua expansão coincidiu ainda com o avanço dos movimentos feministas, principalmente a partir da década de 70, o que contribuiu para que inúmeras pesquisas fossem desenvolvidas a partir das vozes de mulheres, até então pouco frequentes na esfera acadêmica. Nesse cenário, as vozes femininas foram significativas não apenas como tema de pesquisa, mas também como uma escolha metodológica de um movimento de construção da história e do entendimento das subjetividades das mulheres.

Um trabalho que representa esse movimento é o produzido no fim da década de 70 por Sherna Gluck, pesquisadora norte-americana que registrou histórias de mulheres de diferentes grupos sociais e também de sufragistas de seu país. Em seu artigo “What’s so special about women? Women’s oral history”, Gluck (1977) aponta que, quando as primeiras historiadoras começaram a criar e a expandir o campo da história das mulheres, buscou-se, a partir de conceitos e métodos da história tradicional, por pistas que levassem a heroínas do passado e a mulheres com papéis importantes na história, até então negligenciadas. Mas, posteriormente, a história oral contribuiu, segundo ela, com movimentos que passaram a valorizar também o registro e o estudo da vida de mulheres comuns. Esse deslocamento é considerado pela autora como relevante para o reenquadramento das mulheres na história e da própria história:

recusando-nos a permanecer historicamente sem voz, as mulheres estão criando uma nova história - usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos desafiando os

conceitos tradicionais da história, do que é ‘historicamente importante’ e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado (GLUCK, 1977, p. 3).

No mesmo sentido, Joan Scott (2019) afirma que “as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também importaria uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 2019, p. 51-51). Gordon, Buhle e Dye (1976), citadas pela autora, por exemplo, afirmaram ter apreendido que inscrever as mulheres na história implicaria a redefinição do que é historicamente importante, de modo a incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas (GORDON, BUHLE, DYE, 1976 apud SCOTT, 2019).

Esse movimento levou não apenas a uma concepção de que a vida e a experiência de mulheres comuns são dignas de serem lembradas e transmitidas, mas também suscitou um conjunto diferente de questões a serem exploradas, como as tratadas por Gluck (1977) em relação a conhecimentos e atitudes a respeito do sexo e de controle de natalidade, de funções econômicas e de trabalho na casa e na família, de experiências de menstruação e menopausa e de relações entre vida pública e privada. Como constatou a autora, o reconhecimento de que a história oral das mulheres era significativa inspirou o desenvolvimento de uma série de pesquisas nesse campo com grupos diversos de mulheres¹⁷ (GLUCK, 1977).

A historiadora francesa Michelle Perrot, em sua publicação “Minha história das mulheres”, apresenta ainda como a história das mulheres desenvolvida nas últimas décadas mudou. Partindo de uma história voltada para o corpo e para os papéis desempenhados na vida privada – como as questões ressaltadas por Gluck – passou-se para uma história das mulheres no espaço público, especialmente da cidade, do trabalho, da política, da guerra e da criação (PERROT, 2019). Além disso, para a autora, essa transformação

partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2019, p.16).

¹⁷ Gluck concebe, ainda, o momento de encontro entre entrevistadora e entrevistada numa pesquisa de história oral como um encontro feminista, uma vez que esse encontro representa, segundo ela, a criação de um novo tipo de material sobre as mulheres, a validação de suas experiências, a comunicação entre mulheres de diferentes gerações, a descoberta de nossas raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos foi negada na narrativa histórica tradicional (GLUCK, 1977).

Esse movimento fez parte, como aponta a autora, de uma tomada de consciência da dimensão sexuada da sociedade e da história, promovida por fatores científicos (como uma renovação das questões propostas no campo das ciências humanas a partir da crise de sistemas de pensamento, especialmente do marxismo e do estruturalismo, e da aproximação entre a história e as questões exploradas pela antropologia, como a família, por exemplo), por fatores sociológicos (como a presença crescente de mulheres nas universidades – enquanto alunas e enquanto professoras e pesquisadoras) e por fatores políticos (principalmente pelos movimentos feministas eclodidos a partir da década de 70).

Como resultado desse processo, acompanhou-se, nas últimas décadas, o desenvolvimento de inúmeras pesquisas a partir da história ou das vozes das mulheres. No próprio campo da história oral, o volume “História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos”, organizado por Marta Rovai e publicado em 2017 exemplifica como a área continua sendo desenvolvida e como novas temáticas envolvendo vidas de mulheres continuam sendo abordadas. Um capítulo da obra se relaciona especialmente com esta pesquisa ao tratar de mulheres paraibanas que sofreram violência doméstica e denunciaram seus parceiros. Apesar de contextos e situações diferentes, a violência é um elemento significativo na vida das mulheres em situação de rua, como será discutido mais adiante neste trabalho.

No texto, Rovai e Branco (2017) analisam como registros policiais pretensamente sucintos e objetivos revelam uma cultura machista que atravessa agentes de instituições criadas para defender mulheres da violência de gênero. Além da análise documental, as autoras praticam a escuta de diversas mulheres que sofreram tal violência, sustentando, a partir dela, que, “a *situação* de vítimas não significa que elas se coloquem *na condição de*, uma vez que, ao analisarem sua própria história, elas fazem um exercício de compreensão de suas experiências e projetam caminhos de enfrentamento de seus traumas” (ROVAI E BRANCO, 2017, p. 161). Para as autoras, as mulheres entrevistadas mostraram em seus depoimentos que não sofreram passivamente a agressão e que a naturalização do machismo não garante a submissão a ele, o que pode abrir possibilidades de reação contra a cultura marcada pela violência de gênero.

Saindo do campo exclusivo da oralidade, trabalhos como o de Margareth Rago (2013), que une a coleta de relatos autobiográficos de sete militantes feministas brasileiras nascidas entre as décadas de 40 e 50 com a análise de artigos e livros escritos por elas, também exploram a construção de si de mulheres e uma mudança nas percepções sobre os viveres femininos. Para a autora (2013, p.25), “o feminino foi recriado social, cultural e historicamente pelas próprias mulheres”, uma vez que os feminismos das últimas décadas “promoveram novos

modelos de subjetividade e novos modos de existência múltiplos e libertários para as mulheres”, que podem também ser identificados por meio das narrativas de mulheres e de suas histórias (RAGO, 2013, p. 27).

Abordando também a produção de registros femininos, Perrot (2019) aponta ainda como a pouca quantidade de autobiografias de mulheres publicadas esteve relacionada não apenas a uma menor participação da vida pública, mas principalmente a um sentimento de que suas vidas não valeriam ser contadas, como acreditam muitas mulheres. Do mesmo modo, o movimento de autodestruição da memória feminina a partir de ações para se desfazer de diários, cartas e papéis pessoais esteve muito relacionado, segundo a autora, ao convencimento da insignificância de sua história ou ao pudor inculcado em relação à sua vida passada. Dessa forma, trabalhos como o de Rago (2013) de recuperação de relatos autobiográficos de personagens femininas tentam justamente reverter esse silêncio autobiográfico de mulheres.

2.1 Essencializando categorias: limites de uma categoria universal de mulheres

Ao mesmo tempo em que a reivindicação de uma história das mulheres e o trabalho com vozes femininas se expandiram na esfera acadêmica, alguns limites das compreensões sobre categorias de gênero e de políticas de identidade adotadas passaram a ser apontados e ganharam relevância na voz de teóricas como a filósofa Judith Butler. Segundo a autora, a teoria feminista presumiu por muito tempo a existência de uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que constituiria o sujeito em nome do qual a luta política é realizada. Ela defende, porém, que o próprio sujeito do feminismo não seja mais compreendido em termos estáveis ou permanentes.

Para Butler (2003), a presunção de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum é um problema de ordem política, uma vez que “a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte das ‘mulheres’ que o feminismo afirma representar – sugerem os limites necessários da política da identidade” (BUTLER, 2003, p. 23). Segundo a autora, as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo podem gerar como consequência irônica o risco de que os objetivos feministas fracassem. Nesse sentido, Butler (2003, p. 23) acredita que “por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal de representação”.

Tais limites vêm sendo apontados, principalmente a partir da década de 80, também por feministas negras norte-americanas e do “terceiro mundo”¹⁸ que, por não se reconhecerem na categoria de mulher formulada pelos feminismos europeu e norte-americano brancos, passaram a questionar as concepções universalistas de mulher, denunciando o apagamento dos efeitos de sociedades coloniais e escravagistas, por exemplo, para os grupos de mulheres excluídos da categoria. O discurso de Sojourner Truth, ex-escrava e defensora dos direitos das mulheres, proferido ainda no século XIX em uma convenção sobre os direitos das mulheres nos Estados Unidos, ganhou destaque na voz desses grupos justamente por denunciar a fragilidade da categoria de mulher adotada nos discursos da época. Truth respondeu a um dos palestrantes do evento que defendiam que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos dos homens, pois seriam frágeis e intelectualmente débeis, apontando outra posição social ocupada pela mulher negra:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014).

Assim, o persistente questionamento “e eu não sou uma mulher?” denuncia como a categoria “mulher” era acionada para descrever um grupo particular de mulheres, tido como universal. Nesse sentido, Angela Davis (2016), ao analisar as relações de gênero, raça e classe no período escravagista e no início da industrialização dos Estados Unidos aponta como os ideais de feminilidade difundidos na época não eram aplicados às mulheres negras:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona da casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações

¹⁸ Expressão utilizada por Glória Anzaldúa (2000), citada no último capítulo desta dissertação, e por isso aqui adotada.

homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 24-25).

Por isso, Davis (2016, p. 20) afirma que as mulheres escravas “difícilmente eram ‘mulheres’ no sentido corrente do termo”. Por um lado, elas eram tão exploradas quanto os homens nas lavouras e nas minas de carvão e, por outro, desempenhavam um importante papel de resistência à escravidão, muitas vezes apagado da historiografia tradicional, segundo a autora. Em suas palavras,

essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres (DAVIS, 2016, p.35-36).

Considerando as consequências do regime escravagista e do racismo, diversas teóricas e ativistas passaram a apontar que, mesmo após o fim da escravidão, as mulheres negras continuaram sendo excluídas de muitas características atribuídas à “mulher universal”. Em consonância com as feministas negras, mas a partir de outra perspectiva, feministas “terceiro-mundistas”, como a indiana Mohanty (2008), questionam a posição em que mulheres orientais são colocadas pelas feministas ocidentais – como um *outro* cultural. Segundo a autora, que propõe pensar o feminismo a partir das múltiplas heranças coloniais, os trabalhos do feminismo ocidental têm como efeito posicionar as mulheres não ocidentais de modo genérico e homogêneo, sendo representadas como inferiores e vítimas simplesmente, sem considerar sua agência.

Tais questionamentos mostram os limites da reivindicação de uma categoria universal de mulher e também, de maneira mais ampla, apontam problemas das políticas de identidade universalistas. Esses limites são importantes para este trabalho na medida em que apontam para a necessidade de não se pressupor uma identidade estável para a categoria de mulheres nem para a de “mulheres em situação de rua”.

Ainda nesse sentido, Butler (2003) defende que a insistência em uma unidade e na coerência da categoria de mulher rejeitou a multiplicidade das intersecções culturais, sociais e políticas nas quais o espectro concreto das “mulheres” é construído. Por isso, a autora afirma que

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa”

transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 21).

Da mesma forma, é possível dizer que, se alguém “é” uma mulher que vive em situação de rua, isso também não é tudo que alguém é. Assim, é importante neste trabalho procurar entender como algumas dessas mulheres se definem, ciente das limitações dessas definições em narrativas tão curtas. Em termos mais amplos, Butler (2003) defende uma política feminista que adote a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico (BUTLER, 2003, p. 25).

2.2 Identidades como performances

Como aponta Silva (2000), o termo “performatividade” utilizado por Butler foi inspirado na teoria da performatividade dos atos de fala de Austin. Tal formulação, produzida na metade do século XX, propôs romper com um senso comum que distinguia fala de ação, defendendo que é possível agir no mundo por meio da língua. Ela foi sustentada a partir da exemplificação de enunciados nomeados perlocutórios, cuja pronunciação implica a realização de algo, como, por exemplo, a proposição “eu vos declaro marido e mulher”, que efetiva a união matrimonial.

Nesse sentido, para Butler (2018), a importância da compreensão dos atos de fala está em demonstrar não apenas que a linguagem atua no mundo, mas que ela atua de maneira poderosa, sendo a performatividade “um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos” (BUTLER, 2018, p. 35). Tal potencial do discurso é fundamental, para a autora, na compreensão da formulação da noção de gênero.

De acordo com ela, há um momento discursivo – a declaração “é menina/o” – que funda a nossa vida classificada por gênero e produz efeitos importantes na sua constituição. A partir de uma declaração / classificação como essa, normas sociais de gênero que devem ser adotadas pelos indivíduos vão sendo impostas discursivamente. Para a autora, trata-se de uma atividade do campo da representação:

Quando, muito tempo atrás, eu disse que o gênero é performativo, queria dizer que ele é um determinado tipo de representação, o que significa que uma pessoa não é primeiro o seu gênero e então, depois, decide como e quando representá-lo. A

representação é parte de sua própria ontologia, é uma maneira de repensar o modo ontológico do gênero, e então importa como e quando e com que consequências essa representação se dá, porque isso muda o gênero que alguém é (BUTLER, 2018, p. 68).

Entretanto, essas normas não são, para Butler, simplesmente impressas nos indivíduos como “destinatários passivos de uma máquina de cultura”,

elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente o que somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las (BUTLER, 2018, p. 36-37).

Desse modo, a autora considera o gênero como um ato, no sentido de que exige uma performance repetida, que é, ao mesmo tempo, uma reencenação e uma nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente (BUTLER, 2003, p. 242). Assim, quando afirma que o gênero é um tipo de representação, considera que há uma reprodução das normas que vão sendo impostas e que, porém, “no curso de suas repetidas representações, corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas” (BUTLER, 2018, p. 39).

Tadeu-Silva, na sua leitura dessa concepção de Butler afirma que

É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representam simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. É essa possibilidade de interromper o processo de “recorte e colagem”, de efetuar uma parada no processo de “citationalidade” que caracteriza os atos performativos de reforçar as diferenças instauradas, que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades (SILVA, 2000, p. 96).

Nesse sentido, o gênero passa a ser entendido não como uma identidade estável ou substancial, mas constituída no tempo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. Além disso, considerando que a realidade de gênero passa a ser criada por meio de performances sociais contínuas, as próprias noções de masculinidade ou feminilidade essenciais ou “verdadeiras” passam a fazer parte de um sistema que oculta o caráter performativo do gênero e dificulta a possibilidade de proliferação de outras configurações de gênero (BUTLER, 2003, p. 243-244). Cabe ressaltar ainda que o propósito ético da teoria desenvolvida pela autora é sustentar uma política de gênero em que aqueles que seriam considerados desviantes e, portanto, mais vulneráveis, tenham condições iguais de vida, em uma reivindicação “de que as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vividas” (BUTLER, 2018, p. 76).

Assim, de forma geral, as narrativas orais, como as com que se trabalha nesta pesquisa, podem ser lidas como expressões das identidades performadas pela linguagem, por isso, é importante não se atribuir, a partir delas, identidades fixas e estáveis aos indivíduos que

as narram. Dessa forma, procura-se valorizar como essas narrativas evidenciam construções de si feitas pelos sujeitos a partir da linguagem (e reivindicações de que suas vidas sejam igualmente vivíveis), bem como performances de gênero e de identidades e representações das realidades sociais envolvidas.

2.3 Narrar a si a partir da rua

Considerando os aspectos apresentados do trabalho acadêmico com vozes de mulheres e com identidades, cabe ainda destacar algumas particularidades do trabalho com vozes de pessoas que vivem em situação de rua. Em um primeiro momento, é importante considerar as implicações da própria rua enquanto espaço de elaboração e de narração de si, especialmente em contraposição à casa – espaço mais comum de formulação de narrativas autobiográficas, seja a partir de diários, de correspondências, das próprias autobiografias ou da construção de arquivos pessoais, escritos ou imagéticos.

Ecléa Bosi, em seu trabalho com histórias de vida de idosos, destaca como a casa desempenha um papel fundamental para a formação memorialística: segundo a autora, há sempre uma casa privilegiada nas recordações, principalmente a casa materna, que é um espaço constantemente retomado nas autobiografias – “ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (BOSI, 1994, p.435). Bosi destaca ainda como o afeto é materializado nos espaços da casa e nos objetos que a compõem: “tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver” (BOSI, 1994, p.436). A rua, dessa forma, em sua impessoalidade e inconstância – na mudança de albergues e na peregrinação diária comuns àqueles que nela vivem – pode implicar outras dinâmicas de rememoração, muito mais dispersas daquelas produzidas em um espaço estável como a casa.

Além disso, Daniela Palma (2017), em sua leitura da obra de Carolina Maria de Jesus, aponta como a figura da casa desempenha papel central na escrita da autora e no próprio processo de elaboração de si envolvido nessa atividade, o que nos ajuda a pensar a casa em contraposição à rua enquanto espaço de uma elaboração de si. Para Palma (2017), a casa ganha, nos diários produzidos por Carolina de Jesus, diferentes sentidos, entre eles, o de um lugar de resistência – “não no sentido militante, mas nas possibilidades da sobrevivência cotidiana da mulher negra, pobre e mãe solteira: criar os filhos, fazer um lar, obter alimento, escrever e refletir sobre as coisas do mundo” (PALMA, 2017, n.p.).

A casa também é o lugar da escrita e do arquivo – foi do barraco que vivia na favela do Canindé, em São Paulo, que Carolina produziu seu primeiro diário, em uma atividade que envolvia não apenas a escrita em meio às tarefas cotidianas (e à sua temporalidade), mas também um esforço de arquivamento que configura, especialmente nessas condições, um caráter agentivo: “o ato de arquivar no barraco da favela – espaço improvável, precário e pequeno, para o acúmulo de objetos, ainda mais na materialidade do papel – conota o esforço pessoal e político de se representar e projetar a si mesmo como indivíduo histórico” (PALMA, 2017, n.p.).

Além disso, Palma (2017) apresenta como, nos diários de Carolina de Jesus, a casa também configura uma perspectiva – a “casa-ponto-de-vista”: é a partir da lente da casa e de sua composição temporal cíclica do cotidiano que a autora produz seus relatos e também formula a si. Ao mesmo tempo, porém, por a narradora ser um “tipo social”, que produz o “diário de uma favelada”, ela elabora, a partir da exposição de seu universo íntimo e pessoal, uma subjetividade que é privada e, ao mesmo tempo, pública.

No caso das narrativas das mulheres que vivem em situação de rua, por sua vez, é a “perspectiva da rua” - e a formulação íntima e pessoal em um espaço totalmente voltado para o “fora”, que é colocada em evidência e que também produz a relação com as memórias dos espaços da casa eventualmente anteriormente ocupados: a casa materna, a casa da família que havia construído, a casa que tentou manter com a renda escassa são espaços que podem ser rememorados e contrapostos à rua. Narrar a si a partir da rua, portanto, envolve uma elaboração a partir de uma perspectiva outra, especialmente para as mulheres, para quem o lar costuma ser um espaço importante de formação subjetiva.

Além de pensar no papel da rua (em oposição à casa) nas formações memorialísticas e na própria elaboração de si, é importante considerar também como essas narrativas autobiográficas de indivíduos que vivem nas ruas vêm sendo formuladas e trabalhadas em outras publicações e por outros pesquisadores. A pesquisadora Frangella (2004), por exemplo, que realizou um trabalho com a população em situação de rua na cidade de Campinas, relata ter percebido uma exposição constante de narrativas de vida por parte das pessoas que vivem nessa situação¹⁹. A autora atribui a essa vontade de narrar a si hipóteses como um alto grau de isolamento social, que faria com que se encontrasse na narração ao ouvinte uma forma de reconstituir sua trajetória, e o uso do passado em um esforço para singularizar-se em meio ao anonimato da rua, procurando diminuir o estigma imposto.

¹⁹ Como apontei anteriormente, na minha experiência de campo, essa exposição pareceu ocorrer mais por parte dos homens, enquanto era mais difícil ouvir narrativas de vida de mulheres que viviam nessa situação.

Mas se, por um lado, como apresentado no capítulo anterior, a expansão da pesquisa oral permitiu o compartilhamento de histórias de vida de grupos marginalizados, a transmissão delas por terceiros - como a partir da mídia ou de projetos como o SP Invisível - parece ser a forma principal de acesso a essas narrativas²⁰ (além, é claro, do contato direto), já que há raras publicações escritas por pessoas em situação de rua²¹. Tal mediação, porém, impõe implicações importantes sobre essas narrativas: como essas histórias são ouvidas, apreendidas e reproduzidas por aqueles que as intermediam? Quais histórias eles querem narrar? Quais memórias são estimuladas ou permitidas de serem trazidas à tona a partir dessas intermediações?

Bortoli (2017), ao debruçar-se sobre as representações dessa população na mídia analisando notícias publicadas em jornais do Rio de Janeiro que envolviam a população em situação de rua, criticou o fato de elas comumente associarem essa população apenas à degradação urbana, à violência e ao uso de drogas e de trazerem a voz somente daqueles que reclamam dessa população – como vizinhos e comerciantes que se sentem lesionados por sua presença e hábitos – sem dar espaço às vozes e percepções dessa população sobre o ocorrido ou sem discutir as políticas públicas que poderiam ser eficientes para o problema. Além disso, observou que há notícias que divulgam ações de retirada da população da rua, mas não retratam as precárias condições dos abrigos ou como é a vida dessas pessoas após esse processo. Em um artigo, Bortoli apresenta ainda a sua percepção sobre as representações das mulheres que vivem nessa condição na mídia tradicional. Em suas palavras,

Quando apresentadas pela mídia, protagonizam tragédias. Paulada, facada, incêndio, assassinato e estupro, nada além de notas e notícias factuais sem contexto e reflexão. Os relatos são dos finais de um processo, servem apenas para suprir a curiosidade dos consumidores de notícias que gostam de fatos bizarros. Mas, na verdade, a realidade cotidiana é bem mais complexa que um texto de oito linhas (BORTOLI, 2013).

Já Resende e Ramalho (2011) também escreveram sobre as representações da população em situação de rua na mídia, mas detiveram-se sobre uma crônica publicada em um

²⁰ Uma forma de narrar a si produzida por parte dessa população é a publicação em redes sociais virtuais - algumas das mulheres com quem tive contato durante a pesquisa mantêm redes sociais virtuais ativas (principalmente, o Facebook), por meio do acesso à internet oferecido por determinados serviços públicos. \por mais que o acesso a elas normalmente nem sempre seja constante, acompanhei a página de algumas mulheres que compartilham fotos, links de notícias e vídeos, elementos que podem compor também uma forma de narrativa autobiográfica. Barros (2018), em seu estudo sobre linhas do tempo de perfis pessoais no Facebook, considera-as como expressões auto/biográficas e memorialísticas contemporâneas, tendo em vista a curadoria digital empreendida pelos usuários na composição de seus perfis.

²¹ O jornal O Trecheiro, produzido pela associação Rede Rua, é um exemplo de publicação que apresenta textos de autores que vivem nas ruas da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://trecheiro.rederua.org.br/> . Acesso em agosto de 2020.

jornal de Brasília que trata da vida de um senhor, Ivan, que constrói um jardim em um gramado da cidade. No texto, há trechos do depoimento do senhor e de sua história de vida, sempre mediados pelas percepções do jornalista, que considera que “Ivan entremeia natureza e objetos, realidade e delírio no seu errático viver”. Para as autoras, a construção do jardim é narrada a partir da valorização da opção de Ivan, sem estar associada à ausência de acesso a direitos básicos, como moradia. Por isso, criticam como o texto representa esse senhor e sustenta imaginários estereotipados sobre a população em situação de rua.

No caso das pesquisas que trabalham com o contato direto com pessoas em situação de rua, por sua vez, as narrativas dessa população divulgadas são mediadas por pesquisadores e, portanto, por seus olhares, aportes teóricos e perguntas de pesquisa, como é o caso deste trabalho. Frangella (2004) e Escorel (1999), que trabalharam com a população em situação de rua, recorrem à experiência de Girola (1996) na França para apresentar duas estruturas de narrativas frequentes nos contatos que tiveram: a chamada de “história das perdas” e de “história adaptativa”²².

A primeira faria referência a uma história sucinta de suas vidas, geralmente iniciada por um grande acontecimento - divórcio, perda de moradia ou de trabalho e o álcool como os mais comuns naquele contexto - que teria levado ao rompimento de vínculos anteriores, sejam familiares, econômicos, afetivos ou outros. Para Frangella (2004), essa narrativa tenta manter traços de um passado que é posto em contraste absoluto com o presente, havendo nela uma espécie de esvaziamento territorial e identitário da vida anterior à rua. Porém, ainda de acordo com a autora, o convívio com pessoas que narram essas histórias sugere que essa desvinculação é um processo mais gradual do que o sugerido pelos relatos: “muitos deles perdem paulatinamente as conexões familiares, passam por vários tipos de trabalho, saem e voltam das ruas com uma certa frequência” (FRANGELLA, 2004, p. 27).

Já a segunda narrativa estaria relacionada à entrada no mundo da rua, aos esforços para sobreviver em situações extremas e ao domínio do chamado “saber da rua”, que envolve os mecanismos de sobrevivência aprendidos gradualmente e a adaptação às teias de solidariedade e de conflito e aos recursos institucionais, como pontua Frangella (2004). Tanto

²² Cabe ainda pontuar que a construção de si não é feita apenas pela narrativa: há outros recursos que os indivíduos utilizam para criar imagens de si aos outros. Frangella (2004) é uma das autoras que destaca o papel do deslocamento na constituição dos indivíduos desse grupo: “é no deslocamento que afirmam sua existência, expressam sua subjetividade, criam possibilidades de agência, ainda que sob a marca do estigma, da subtração e da deficiência” (FRANGELLA, 2004, p.33). A autora valoriza em seu estudo as práticas e representações corporais de indivíduos que vivem na rua, considerando o corpo um *locus* de produção e enunciação de suas experiências. Apesar de serem aspectos fundamentais, neste trabalho, por uma escolha metodológica, as construções de si observadas são centradas especialmente na fala, no discurso das participantes de pesquisa.

a autora quanto Girola (apud ESCOREL, 1999) relatam ter acesso a esse segundo tipo de narrativa apenas a partir de um acompanhamento do deslocamento desse grupo pelas ruas. Nesse momento, a história adaptativa, mais valorizante, ganharia espaço: “a trajetória de perdas segue paralela e torna-se paulatinamente distante – mas não ausente – de uma outra trajetória, a da adaptação, da vivência associada ao mergulho no mundo da rua e às formas de sociabilidade e interação social geradas a partir desse uso” (FRANGELLA, 2004, p. 28).

As pesquisadoras apontam também a fragmentação e a cronologia irregular como características comuns das narrativas de pessoas em situação de rua. É possível, porém, considerá-las como significativas para o depoimento a partir da concepção da narrativa como uma “escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema”. Para a autora, “esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos” (BOSI, 2003, p. 66). Escorel (1999, p. 98) destaca ainda dificuldades na apreensão das narrativas:

os discursos de alguns moradores de rua eram integralmente coerentes, com narrativas articuladas e competências linguísticas que facilitavam a apreensão de suas trajetórias de vida. Entretanto, outros moradores de rua (e com maior frequência) apresentavam discursos fragmentados, por vezes desconexos, intermitentes, com silêncios constrangedores, exigindo um trabalho de garimpagem das informações. Estava presente uma certa ‘incompetência linguística’, em um vocabulário restrito à manifestação de diversos sentimentos com as mesmas palavras e expressões. A forma de falar, balbuciando as palavras, um tom baixo de voz ou uma fala muito rápida dificultavam minha compreensão do que estava sendo dito. Às vezes não entendia o que parecia ser uma gíria da rua. Dificuldades existiam também quando eu entendia tudo o que era dito mas o diálogo estava construído de uma forma que me parecia incoerente; eu não conseguia juntar os pedaços²³.

Mas se condições como a alcoolização, por exemplo, podem prejudicar a fala e o entendimento do que está sendo narrado, há outros aspectos que precisam ser considerados em relação aos incômodos quanto à coerência e aos silêncios “constrangedores” descritos pela pesquisadora. Bosi (2003, p. 63) considera importante registrar atentamente as hesitações e silêncios do narrador: os lapsos e incertezas do depoente são, para a autora, selos de autenticidade, uma vez que narrativas seguras e lineares “correm sempre o perigo de deslizar para o estereótipo”. Além disso, a autora considera que, nos idosos, as hesitações e rupturas do discurso não são vazios, mas podem ser trabalhos da memória, o que também parece ser possível considerar em outros contextos, como a situação de rua. Ela lembra que “há situações

²³ Tiene (2004), em contraposição, afirma que não observou dificuldades de comunicação ou de “pedaços da sua vida” na população com quem teve contato. Mas destacou que “foi mais fácil, em muitos dos casos, conversar na parte da manhã, pois no fim da tarde o cansaço, a desilusão da ação malograda ou, ainda, a bebida e a droga tomavam conta da maioria delas” (TIENE, 2004, p.108). Vale destacar que a autora realizou o seu trabalho principalmente num serviço de acolhida, enquanto Escorel (1999) o realizou especialmente na rua.

difíceis de serem contadas, já que parecem absurdas às próprias vítimas delas” (BOSI, 2003, p.64), o que também precisa ser considerado pelo pesquisador.

Além disso, é possível retomar que o pressuposto da vida como uma unidade apreensível e transmissível como “um fio que vai se desenvolvendo em uma direção”, é o que compõe a ilusão biográfica (ARFUCH, 2010 p.255):

Essa consciência da “impossível narração de si mesmo”, de “todas as formas ficções que atravessam uma autobiografia, das falhas que a minam” (Robin, 1966) é o que estabelece, em nossa perspectiva, uma distância teórica considerável entre os usos midiáticos e científicos (ARFUCH, 2010, p.255).

Também é importante nos atermos às considerações sobre mentiras ou fabulações nas narrativas, preocupações expressas por Escorel (1999), por exemplo. Não é incomum encontrarmos narrativas fantasiosas produzidas por pessoas em situação de rua, como trechos da apresentada pela crônica analisada por Resende e Ramalho (2011), em que se reproduz o que seria a fala do entrevistado:

Faço isso pra passar o tempo, pra não ficar muito ansioso, enquanto espero Fernando Henrique Cardoso, meu vovô, vir me buscar. Ele vem com minhas irmãs Gisele Bundchen, Celine Dion e Juliana Paes. Vamos para Toronto, no Canadá, Celine tem uma propriedade lá. Eles vão me trazer um belo par de tênis, roupa limpa, mas antes vou ter de tomar um banho de sabonete. (RESENDE E RAMALHO, 2011, p.97).

O autor da matéria considera que “há uma coerência interna no delírio de Ivan. Ele repete a mesma história diversas vezes para quem se dispuser a ouvir. Em alguns momentos, conta pedaços da sua vida que parecem estar conectados com a realidade” (RESENDE E RAMALHO, 2011, p.97). É importante considerar que a criação de uma realidade para si, em alguns casos mais claramente desconexa da realidade e em outros mais próxima a ela, pode ser um recurso para tornar própria vida mais suportável. Nesse sentido, o delírio, que pode ser associado a um sonho, pode ser também entendido como um mecanismo de sobrevivência.

Assim, as narrativas das mulheres apresentadas nos capítulos seguintes podem também transitar entre sonho e realidade, em uma distinção que, diferentemente do relato acima, pode ser mais difícil de se diferenciar. Mas, se tivermos, a partir da noção de identidade narrativa apresentada por Arfuch (2010), uma “expectativa talvez menos ambiciosa quanto à ‘verdade’ dos ditos (...), mas mais atenta à *materialidade mesmo do dizer*, à expressão, às modulações, aos lapsos, aos silêncios, às alterações da voz” (ARFUCH, 2010, p.257), é possível que apreendamos algo sobre suas percepções de si e de sua realidade, como é proposto a seguir.

CAPÍTULO 3 – Primeira cena: representações de uma trajetória de vida nas ruas

A primeira cena a ser apresentada é também o primeiro trecho da entrevista gravada com Conceição. No capítulo metodológico, descrevi como se deu o nosso encontro e as circunstâncias gerais da entrevista realizada na Praça da Sé, em São Paulo, as quais devem ser lembradas no momento de leitura deste depoimento e também dos seguintes. Nosso diálogo, assim que nos encontramos, foi pautado pelo envolvimento de Conceição com um movimento para mulheres em situação de rua, uma vez que esse foi o tema também do nosso primeiro contato em um evento sobre a população em situação de rua na mesma cidade.

Antes da gravação, conversamos um pouco sobre a sua vida e sobre o que a tinha levado a criar o movimento. Não quis interromper esse momento inicial de nosso contato e de nossa aproximação com a presença do gravador, mas, após esse breve diálogo inicial, pedi autorização para gravar a entrevista e para que ela retomasse alguns pontos do que havia me contado. É esse trecho inicial que será reproduzido neste capítulo.

A entrevista gravada se inicia, então, com um pedido meu para que contasse como surgiu o movimento para mulheres em situação de rua. A partir disso, Conceição passa a elaborar uma breve narrativa biográfica de sua trajetória até o movimento, construindo, em um primeiro momento, um percurso dos eventos que a levaram a viver nas ruas do Rio de Janeiro e, posteriormente, dos que a levaram a reivindicar uma luta por mulheres em situação de rua.

Vale lembrar que essa narrativa, mais do que reconstruir o passado, revela como Conceição constrói a si mesma no presente e na interação em questão e constitui, retomando a metáfora de Bosi (2003), o trabalho de tecelagem que faz de sua trajetória. Como afirma Arfuch, “a narração de uma vida, longe de ‘representar’ algo já existente, impõe sua forma (e seu sentido) à própria vida”. (ARFUCH, 2007, p. 30 *apud* RAGO, 2013, p. 20). Pelo próprio caráter da pergunta e desse relato inicial, é também nesse trecho em que mais claramente constrói uma trajetória linear, um caminho comprometido em dar um sentido à sua situação atual.

Se, como aponta Bosi (2003), dentro da biografia, há momentos privilegiados, como o nascimento, as crises de juventude, a formatura e o casamento, dentro desse momento biográfico de Conceição e de sua relação com a rua, os pontos privilegiados são outros: aqueles que ela sinaliza como significativos para a sua ida às ruas e para a sua participação em um movimento de mulheres em situação de rua.

Sem esquecer as condições dialógicas e as intencionalidades particulares de um momento de entrevista, é possível considerar que essa primeira narrativa apresentada seja

aquela versão de si mais cristalizada, aquela se retoma com frequência em determinadas situações para se apresentar aos outros. Ela é, obviamente, incompleta, não só pela curta extensão, mas pelo próprio princípio de seleção e tecelagem que constitui sua elaboração e pode possuir, como qualquer outra narrativa autobiográfica, fabulações as quais recorre para construir a si mesma. Essa possibilidade, porém, como apontado anteriormente, sem invalidar a narrativa, sustenta o que tem sido apontado como caminho de leitura dos relatos privilegiado neste trabalho: como construções que revelam as percepções particulares de mulheres sobre si e sobre sua condição na rua.

Considerando tais possibilidades e limitações, pretendo explorá-la, nesta análise, tanto em termos de “construção de si” dessa mulher que narra como em que medida ela dialoga - às vezes aproximando-se, às vezes distanciando-se - de outras vozes e narrativas de mulheres em situação de rua. Reforçando o que já foi apontado anteriormente, essa tecelagem de vozes não pretende representar o universo das mulheres que vivem em situação de rua, mas apenas trabalhar com uma pequena parte dele a qual tive acesso por contato direto ou por outros trabalhos. Como balizadores da análise, permeiam representações de sonhos e de sobrevivência presentes nos relatos.

3.1 Fragmento da primeira entrevista com Conceição

Foi assim né, eu estava na cidade de Macaé, trabalhava numa multinacional e eu fiz o Enem, pedi uma vaga pra UFF pra mim fazer Letras, era meu sonho, só que eu não sabia que tinha outras pessoas que também fizeram o Enem né. Eu peguei minhas coisas, vim-me embora pra minha cidade, pro Rio, aluguei um quarto, com um banheiro, um dinheirinho que eu tinha, aluguei por três meses e comecei a procurar emprego lá no Rio. Até que eu vi que aquele dinheiro que eu tinha estava acabando, eu não conseguia emprego. Eu, mesmo tendo formação, não conseguia, e havia um abrigo na esquina da onde eu morava, chamava Fundação Leão XIII. Eu fui, mudei pra esse abrigo, desfiz de tudo que eu tinha, fogão, cama, e fui pra esse abrigo. Chegou lá, eu vi como que era dura a vida, era homem, era idoso, era travesti, era gay, era presidiário, era tuberculoso, era mulheres, pessoas com transtorno mental, todos misturados no mesmo lugar, e eu acabei surtando ali dentro né. A gente tem muito problema de surto dentro de abrigo, e cortei meus braços, me automutilei, então, como eu frequentava a igreja, uma amiga me deu o endereço de uma igreja chamada Farol da Lapa, que trabalha com moradores de rua e se localiza na Lapa. Aí eu peguei todos meus livros, que eu sempre tive muito livro, eram mais ou menos quatro bolsas grandes, uma mochila com pouca

roupa e fui até essa igreja Farol da Lapa. Pedi pra conversar com o pastor, mandaram eu voltar não sei que dia, não sei que horas, que o pastor não tava. Me interrogaram mais de uma hora, duas horas né, até hoje eu lembro desse interrogatório, porque ela não acreditava que eu não usava droga. Aí eu saí de lá e fiz uma doação de sangue na Hemorio, que fica ali perto, pra comprovar que eu não usava nada. Ela achava que eu tava na rua que eu tinha que usar alguma coisa e, depois que eu passei por esse interrogatório, eu consegui encontrar o pastor, mais de uma semana depois. Fiquei dormindo na rua, aí conheci um casal lá, que eles me ajudaram, ela se chamava Pinar, aí esse casal me ajudou, onde eu encontrava comida e tal né. Aqui entre os moradores de rua, nós temos solidariedade, um ajuda o outro, e depois que esse lugar disse não pra mim, que eles só trabalhavam com homem, dependente químico, eu fui pra mais 24 lugares, telefonei, implorei, todos só aceitavam homem. Aí eu comecei a participar do Fórum de População de Rua, comecei a participar na Câmara Municipal do Rio, mensalmente tem, cheguei a parar no Fórum Mundial de Direitos Humanos em Brasília, e reivindicando porque não tinha nada para mulheres. Até que começou a operação inverno, veio uma van, foi uma luta nossa também, e levava só os homens pra dormir no hotel, é o que a gente chama de pernoite, e a gente já tava nessa luta há muito tempo do pernoite, só que, quando nós conseguimos, beneficiou só os homens. Aí eu falei pras minhas amigas, ó tudo o que a gente tá lutando, tá beneficiando só os homens, Trabalho e Renda, cursinho, vamos então se unir e fazer um movimento só de mulheres? Vamos botar camisa rosa? Aí ela falou: vamos! Vamos fazer um filme contando tudo, que não leva a gente pros abrigos, que agride gente? Aí ela falou: vamos! E foi assim que surgiu o movimento.

A trajetória de Conceição até as ruas se inicia, nesta narrativa, a partir de um sonho: o de cursar Letras. Esse sonho, que não se realizou, passou a pertencer a uma versão de si deixada no passado: “era meu sonho”, diz ela. Chama a atenção o fato de sua não concretização ser atribuída a si mesma, mas não em uma análise sobre as condições de preparação para um exame de vestibular em um contexto de formação educacional precária, feita por supletivos como relata posteriormente, ou das possibilidades e restrições de acesso ao ensino superior, mas atribuída à sua ingenuidade ou à ignorância do funcionamento do processo: “eu não sabia que tinha outras pessoas que também fizeram o Enem, né”²⁴.

Apesar de a discussão sobre o acesso à educação e, especificamente, ao ensino superior não ser pauta direta deste trabalho, cabe destacar que o relato começa marcando uma

²⁴ Reprodução de trecho da cena 1, p. 51-52.

diferença que sustenta a sua própria realização: o acesso a um curso de Letras que, de um lado, permitiu a minha formação e a realização desta pesquisa na área da linguagem, e a falta de acesso que, de outro lado, é narrada como um dos eixos desencadeadores de uma vida nas ruas. O relato de Conceição aponta essa e outras frustrações e narra injustiças sociais, mas também constrói uma constante busca por sobrevivência que perpassa a luta diária contra elas. É possível que faça parte dessa luta o desejo de narrá-la nesta pesquisa.

3.2 “Chegou lá, eu vi como que era dura a vida”: rua e albergue como espaços para busca por sobrevivência

Na narrativa de Conceição, o sonho não concretizado de cursar Letras está atrelado a uma mudança de cidade - uma volta a sua cidade natal, de Macaé ao Rio de Janeiro. Há, nesse processo, outro projeto que não se concretiza: o de conseguir um emprego para ter um sustento básico - “até que eu vi que aquele dinheiro que eu tinha estava acabando, eu não conseguia emprego. Eu, mesmo tendo formação, não conseguia (...)”²⁵.

A inviabilidade de manter financeiramente o aluguel é uma das mais fortes razões apontadas para a ida às ruas, mas em algumas pesquisas ela aparece aliada a outros fatores. No relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua”, por exemplo, os principais motivos narrados pelas entrevistadas para a situação de rua são agrupados em quatro categorias: violência doméstica, dependência química, preconceito por identidade de gênero (especialmente no caso de mulheres transgênero) e projetos de autonomia. Nesse último grupo, há relatos que se aproximam do de Conceição, como os seguintes:

Eu morava com a minha família. Eu tenho só pai, minha mãe morreu. Aí eu decidi morar com o meu namorado, não deu certo, não consegui pagar o aluguel devido às dificuldades, do desemprego. Aí aconteceu de eu morar na rua. (Leda)²⁶ (ESTIMAR, 2019, p. 17).

Morava com os meus avós, a relação sempre foi boa, tive uma infância normal, não tinha muito conforto, mas nunca faltou nada, foi tranquila. Me casei e depois de um tempo me separei, não por problemas, só acabou. Meus avós já tinham falecido. Fui para casa de conhecidos, mas a convivência não era fácil, eu não era mais criança, era diferente. Então, eu fiquei numa situação complicada, eu estava fragilizada, não estava conseguindo me manter, o trabalho não estava me sustentando mais. Fui para um albergue, num sistema de acolhimento. (Cirse) (ESTIMAR, 2019, p. 17).

²⁵ Idem.

²⁶ Os nomes das participantes do relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua” são fictícios e foram reproduzidos conforme presentes no relatório.

Há neles, portanto, uma conjugação de rompimentos de relações amorosas e familiares com a busca por um espaço para viver, aliados à impossibilidade de sustentação financeira. O estudo de Rosa e Brêtas (2015, p. 280) aponta, no mesmo sentido, a necessidade de “superar a concepção acerca da situação de rua como decorrência direta da falta de moradia e renda”. Como afirmam,

em consonância com Snow e Anderson, a análise das trajetórias, percursos e histórias de vida relatadas complexifica e, ao mesmo tempo, constata que há um conjunto de ações e fatos, componentes estruturais e biográficos que, conjugados, acabaram conduzindo a mulher à situação de rua. (ROSA E BRÊTAS, 2015, p. 280).

Sem diminuir, portanto, a importância desse conjunto de fatores, que aparecerão também nas memórias narradas ao longo deste trabalho, a falta de acesso a emprego e renda marca, na trajetória de muitas dessas mulheres, uma condição de vulnerabilidade social fortemente ligada à situação de precariedade vivenciada na rua. Essa precariedade, porém, é narrada também em outros espaços que se ligam à vida sem moradia fixa, como é o caso dos albergues, espaços municipais de acolhimento de população em situação de rua.

Nas falas de Conceição e de Cirse, a ida a um albergue acontece anteriormente à ida às ruas, movimento contrário do que se imagina mais comum. Na narrativa de Conceição, esse espaço, ao invés de ser um abrigo temporário até a garantia da autonomia financeira, representa uma etapa para a ida às ruas, já que a conquista dessa autonomia não se concretiza. Ao longo das entrevistas, ele representa também, de diversas formas, a própria condição de precariedade.

“Chegou lá, eu vi como que era dura a vida”²⁷ é a primeira memória que Conceição narra do contato com esse ambiente. A descrição que se segue está relacionada ao sentimento de viver nesse espaço compartilhado com pessoas marcadas por ela pela diferença: “era homem, era idoso, era travesti, era gay, era presidiário, era tuberculoso, era mulheres, pessoas com transtorno mental, todos misturados ali dentro”²⁸. E as consequências da vivência nesse espaço são trazidas no relato pelos danos à sua saúde mental: “e eu acabei surtando ali dentro né, a gente tem muito problema de surto dentro de abrigo, e cortei meus braços, me automutilei”²⁹.

O surto que narra é rememorado outras vezes em sua fala e parece estar presente também nas imagens a que recorre para falar dos albergues pelos quais passou. Uma delas é a da violência, marcada nessa fala pela automutilação, mas também representada em sua narrativa

²⁷ Reprodução de trecho da cena 1, p. 51-52.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

pela própria precariedade do espaço. Tal imagem aparece em um trecho da segunda entrevista, quando pergunto qual abrigo mais a marcou e se poderia descrevê-lo:

Ah, eu acho que o abrigo que mais me marcou foi o que eu vi quatrocentas e cinquenta camas num quarto. As camas pareciam rede de futebol, elas não tinham estrado, sabe. Você imagina você pegar a cama, os quatro lados, e depois você botar uma rede fininha, de... de náilon, igualzinho rede de futebol. E ali em cima era um colchão de tipo de hospital, um plástico azul, e o lençol era igual uma meia-calça, então deitava, o pé rasgava. Quatrocentas e cinquenta camas, banheiro sujo... foi ali no Brás, perto do templo do Salomão. E esse primeiro abrigo né, a Fundação Leão XIII, eu surtei, quebrei a janela, cortei meus pulsos, porque ele era muita gente misturada, tinha um senhor que ele estava com bicho no pé.³⁰

Nesse momento, a precariedade do espaço é aliada outra vez às pessoas com quem teve que conviver, representada pelo senhor que “estava com bicho no pé”, uma marca na memória de sua repulsa. O número de camas (contado mais de uma vez ao longo das entrevistas) reforça ainda a memória desse espaço como sendo compartilhado com muita gente. A estrutura também é narrada em outro momento da primeira entrevista, quando conta de outro abrigo pelo qual passou, e está atrelada a outra imagem de violência: a praticada entre os indivíduos abrigados. Todas essas imagens compõem a representação que faz desse espaço como uma cadeia:

- E como foi nesse abrigo?

Foi muita violência né, eu achei até que eu estava numa cadeia, eu falo que o abrigo é uma cadeia de portas aberta, não tinha nenhuma estrutura, era briga dia e noite pra usar banheiro, pra usar, tinha 120 camas no meu quarto.

(...)

- E tinha horário pra entrar e sair? Podia ficar durante o dia?

Tinha, podia ficar durante o dia, eu já fiquei em um que não podia ficar durante o dia, tinha que sair com suas bolsas, com seus pertences, e isso atrapalhava muito pra você ver um emprego, entendeu, pra estudar. E aí ele não tinha nenhuma estrutura, o abrigo de mulher muita violência, não tem nenhuma ocupação pras mulheres fazerem, nada, tanto que a gente tem aqui na Brigadeiro a mulher morta a facada, já tem uma foto minha com olho roxo, eu tava na lavanderia e levei um soco no olho, então a gente sente mais segura na rua do que no abrigo. Fora a quantidade de carrapato, muquirana. Já aconteceu de eu pegar piolho, que eu tinha cabelo grande, coceira, não tem nenhuma estrutura.

- Você ficou muito tempo lá?

Não, eu não fiquei nem um mês, o máximo que eu fiquei foi um mês porque a pessoa surta, surta, é muito comum ver automutilação no no pres, no abrigo feminino, muito comum, e tem uns que não tem estrutura pra nada, nem pra criança, como aquele lá da Brigadeiro, não tem um lugar pra criança brincar, não tem uma brinquedoteca, não tem janela, nós conseguimos fechar dezesseis quartos lá do abrigo da Brigadeiro, mofo, tem que sair correndo fazendo nebulização. As mulheres guerreiam por tudo, pra usar o banheiro, pra usar a máquina de lavar, pra comer, sabe, os próprios educadores fazem com que a gente agrida uma às outras, eles não têm treinamento, não têm qualificação, nada.³¹

³⁰ Trecho da segunda entrevista realizada com Conceição, realizada em 10 de setembro de 2019.

³¹ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição, realizada em 25 de agosto de 2019.

Assim, há ainda outras representações negativas sobre os albergues, como a descrição de um em que não podia deixar seus pertences, o que dificultava a realização de atividades como o estudo e a procura de emprego, e a falta de investimento em ocupação para as mulheres e crianças abrigadas, tecendo uma crítica ligada à própria concepção da política de albergues como um espaço apenas para repouso. Conceição descreve também a presença de bichos, como carrapatos e piolhos, que reforçam a imagem de sujeira e de repulsa do espaço, narrada também pela presença mofo.

Em um momento no trecho reproduzido, parece que retomaria o albergue pela palavra presídio, mas interrompe e substitui por abrigo feminino (“é comum ver automutilação no no pres, no abrigo feminino (...)). A representação desse espaço como prisão também foi feita por uma mulher com quem conversamos na Praça da Sé:

Peguei bicho, roubaram meu dinheiro, shampoo, as funcionárias roubam as coisas. Prefiro dormir na rua do que no albergue, porque no albergue te tratam como animal, nem um animal tratam assim. Deixam que bebam, que fumem, que se droguem e não querem que leve água, dormir com casal. Toda essa bagunça, mulheres que deliram, loucas, eu na rua sou mais livre, lá parece cadeia.³²

Aliada a outras descrições negativas, a imagem de prisão é colocada em diálogo também com o tratamento dado aos usuários, o qual é narrado como sendo pior do que um tratamento de animal: é um tratamento considerado, portanto, como desumanizador. Em outra fala anteriormente apresentada, o albergue foi descrito também como um “depósito de ser humano”. Assim, circulam representações, por diferentes vozes, do albergue como um espaço de violências, de precariedade e de violações da dignidade humana.

Nesse sentido, ir para a rua pode representar uma busca por sobrevivência: “prefiro dormir na rua”, “muita gente se sente mais segura na rua do que no abrigo”, como disseram essas mulheres. Também é nesse contexto que a rua ganha uma representação de liberdade, mencionada também por Carolina, que enfatiza, ao invés dos albergues, sua passagem por hospitais psiquiátricos:

- E você já passou por algum abrigo?
Passei, passei por vários abrigos, hospitais psiquiátricos também por questão do uso né e também porque como eu fui abusada pelo meu pai, meu pai fez um atestado como se eu fosse louca né, aí eu fui pro Pinel, fui pro Lacan, fui pro Juqueri... Juqueri era um manicômio né, foi o pior lugar que eu passei.
- Como era lá?
Ah é os cara deixava você amarrada, os cara deixava você medicada o tempo todo, dopada o tempo inteiro... então foi o pior lugar que eu passei. Mas eu já fiquei muito em vários serviços, abrigo, hospital, principalmente.

³² Trecho de conversa realizada em São Paulo durante o trabalho de campo, registrado no caderno de campo.

- E hoje você acha melhor ficar na rua do que nesses lugares?
 Ah eu acho né, porque querendo ou não na rua você ainda tem um pouco mais de liberdade, sabe assim cê não, as pessoas não te amarram, cê não, que nem eu fiquei um bom tempo lá amarrada, deixavam eu trancada, então... pelo menos na rua é mais tranquilo.³³

Cabe ressaltar que essas representações foram feitas por mulheres que já passaram por abrigos, mas que se encontravam nas ruas no momento dos diálogos. Não registrei, portanto, as representações de mulheres que estivessem alocadas em albergues no momento. As mulheres referenciadas têm ainda em comum o fato de terem relatado a passagem por vários albergues, permanecendo por pouco tempo neles, o que está em consonância com o apresentado pelo relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua”, que apontou que poucas das entrevistadas utilizaram o albergue de forma mais sistemática e por uma longa data. Uma das falas parece sintetizar a relação de algumas dessas mulheres com esse espaço:

Eu tive sempre uma trajetória de albergues, sai de um albergue, entra em outro, lutando, batalhando para conquistar o meu espaço, a minha casa, o meu quarto, mas tudo em vão. (Atena) (ESTIMAR, 2019, p. 23).

Assim, a busca diária por sobrevivência pode ora envolver a ida para um albergue, ora a saída dele. Isso evidencia que, por mais que as representações ouvidas dos albergues sejam bastante negativas, a relação com eles é também complexa, considerando um contexto de extrema vulnerabilidade nas ruas. Por isso, o albergue também aparece como espaço de reivindicações, principalmente por mais vagas femininas, na voz de várias mulheres:

Eu levei mais de um ano pra eu conseguir entrar em um abrigo, eu precisei ser vítima de violência primeiro pra delegacia levar eu pra lá, entendeu? Aqui também não tem abordagem de mulheres, no Brasil todo, se a gente chegar na van fala assim ‘vai ligar 156’, aí a gente tem gravação né de a mulher ligando pro 156 e nem vem te buscar, cê vai ficar aí, ele faz 2000 pergunta ‘cê tá na chuva?’, tá chovendo e ele pergunta se você tá na chuva, até você arrumar um celular pra você falar e eles não vem buscar as mulheres. Já o homem não, você pode gravar aí a van vem buscar eles todo, traz de volta de manhã.³⁴

- E você acha que pra mulher é mais difícil ficar na rua?
 É muito mais, é muito mais difícil, muito mais vulnerável, porque... tem até o centro de acolhida, que é os CTAs né, pra morador de rua, só que você chega lá às vezes é 5 vagas feminina, aí 5 dessas vagas ainda tem que ser dividida com os transexual porque eles dizem né que correm mais risco de vida, então... é muito mais complicado.³⁵

³³ Trecho da entrevista realizada com Carolina.

³⁴ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição.

³⁵ Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido novamente na segunda cena.

Eu tô pedindo ajuda até pra assistente social, moça, eu não sei como pode, tem mais homem na rua do que mulheres, mas pô, dá uma vaga no abrigo pra mulher [...] não tem vaga pra mulher, só pra homem.³⁶

É provavelmente também essa complexidade (e possivelmente a esperança que ter um espaço melhor do que os relatados) que faz com que Conceição coloque o espaço do albergue, em outro trecho da segunda entrevista, em seus sonhos: “aí eu fui unir tudo, falei, eu vou pra lá né, vou ter um abrigo de mulheres, é que era meu sonho ter meu próprio abrigo”. Aqui, mais uma vez, sonhar e buscar sobrevivência entrelaçam-se.

3.3 A rua e o processo narrado de desenraizamento

A condição de rua, muitas vezes marcada pela mudança de albergues e alternância entre rua e albergue, conforme relatado, possui, entre várias consequências, uma pouco apontada, mas característica dessa situação e presente em alguns depoimentos: a perda de objetos que, mais do que a falta de bens materiais, representa rompimentos com o passado e com a memória, num processo que pode ser entendido, a partir de Bosi (1994), como de desenraizamento.

Em seu trabalho com relatos memorialísticos de idosos, a pesquisadora destaca a função que certos objetos desempenham na construção da identidade e da memória individuais e familiares:

São estes os objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante. Cada um desses objetos representa uma experiência vivida. Penetrar na casa em que estão é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores. Daí vem a timidez que sentimos ao entrarmos em certos quartos em que os objetos nos revelam quem é seu dono (BOSI, 1994, p. 441).

Tais objetos relacionam-se, portanto, para Bosi, ao espaço do lar como ambiente que manifesta construções de identidade, de afetividade e de memória. A autora sustenta, porém, que a vida moderna obriga a deslocamentos constantes que não permitem o enraizamento em um dado espaço e em uma comunidade. Traçando um paralelo com Bosi (1994), a precariedade de moradia e, de maneira mais extrema, a situação de rua representam o ápice dessa condição.

³⁶ Trecho de conversa realizada em São Paulo durante o trabalho de campo, registrado no caderno de campo.

Antes do início da pesquisa, participando de uma atividade coletiva de entrega de alimentos para população em situação de rua, conheci um homem que fez questão de nos mostrar, entre os seus poucos pertences reunidos em uma mochila, uma pasta de plásticos em que guardava desenhos que havia feito. Tal esforço em manter a pasta, mesmo em sua condição, revela o valor afetivo e identitário daquilo a que ele possivelmente recorre para se lembrar de quem é, reforçando a ideia de Bosi (1994) - nesse caso, a partir de objetos presentes não no lar, mas carregados consigo.

Marcada por esse episódio, durante o trabalho de campo, quis saber o que as mulheres que estavam na rua guardavam consigo, em uma tentativa de encontrar outros objetos que carregassem esse sentido de valor afetivo e memorialístico. Mas nem sempre me senti confortável para fazer essa pergunta e também nem sempre quiseram respondê-la, como em uma situação específica, na Praça da Sé, na qual uma mulher com quem conversei por alguns minutos reagiu com muita desconfiança à minha pergunta (ela carregava duas mochilas e várias sacolas), recusando-se a respondê-la.

Porém, mesmo sem ser o tema direto da conversa, essa questão apareceu em algumas falas. É o caso do depoimento de Conceição apresentado neste capítulo, no qual há duas breves passagens em que aborda objetos dos quais teve que se desfazer, alguns com sentido mais material, outros com conotação mais simbólica. Na primeira, Conceição faz uma menção à perda de seus pertences no processo de ida para o abrigo: “Eu fui, mudei pra esse abrigo, desfiz de tudo que eu tinha, fogão, cama, e fui pra esse abrigo”³⁷. Em um depoimento presente no relatório produzido pelo instituto Estimar, é possível observar uma constatação de estar em sua situação de rua que envolve, entre outros elementos significativos, a percepção de não ter “mais nada”, remetendo também a esse tipo de perda:

Agora você mexeu num ponto forte [chorou]. Quando eu me deparei com a calçada eu pensei: caramba, véi, olha aonde eu cheguei. Não tenho mais nada, mais ninguém, tô seca, suja, tô com fome (ESTIMAR, 2019, p. 20).

Em um segundo trecho, Conceição faz ainda referência aos objetos que relata ter carregado consigo e que possuem um forte valor de construção identitária na sua narrativa: “aí eu peguei todos meus livros, que eu sempre tive muito livro, era mais ou menos quatro bolsas grandes, uma mochila com pouca roupa e fui até essa igreja Farol da Lapa”. Na segunda entrevista, pretendi explorar essa questão que havia aparecido na fala dela e a perguntei o que

³⁷ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição, reproduzido na primeira cena, p.64-65.

tinha levado consigo quando mudou de Macaé para o Rio de Janeiro. Os objetos narrados nesse momento dialogam com a representação que os livros tiveram na fala anterior:

Ah o que eu mais peguei foram meus diploma, é uma pasta sabe, eu tinha já uns vinte diploma, pra uma pessoa que não era nada, como eu, falava, o tio falava que eu não ia ser nada na vida, e aí eu ter meus diploma, porque todo emprego que eu arrumava eu tinha que falsificar o ensino médio, pra trabalhar em telemarketing, tudo, eu tinha que falsificar o ensino médio né, aí o meu diploma.. acho que do ensino médio e uns outro de inglês, tudo..³⁸

Nesse trecho, há pistas sobre o valor simbólico e prático que o livro e o diploma possuem em suas falas: representam uma tentativa de “ser alguém”, buscando superar a representação feita por seu tio, a partir da conquista de diplomas que não fossem falsificados e de um emprego. Na continuação da entrevista, a importância que dá a esses objetos é reforçada:

- E você tem ainda esses diplomas?

Tenho, de espanhol..

- Sempre carregou?

Sempre, eu não perdi, eu deixei na igreja, perdi, o que eu, tudo mais, eu sempre, como eu falei no início, eu prefiro deixar minha roupa e levar meus livro, tenho livros autografados pra mim e a minha tristeza que eu tenho hoje é eu deixar meus livro na casa dos outro e eu não conseguir recuperar, porque roupa, sapato, eletrodoméstico, sempre os outro rouba meu mesmo, mas o livro é uma dor sabe, eu tenho até da família do Betinho autografado pra mim, tenho do Siro Darlan, tenho da Djamila Ribeiro [...]³⁹

Essa dor de perder os livros narrada, que é também a de perder os diplomas – perda essa que custa um pouco a admitir - pode, então, se relacionar com a dor descrita por Bosi (1994) da perda dos objetos mais preciosos, que são aqueles que justamente constituem memórias afetivas e representações simbólicas. Para Bosi (1994), o desenraizamento é uma condição desagregadora da memória e, por isso, é possível pensar como ele se relaciona às memórias narradas pelas mulheres entrevistadas. Na continuação do relato de Conceição, ela narra a perda dos objetos ao viver na rua:

- E além dos diplomas tem mais alguma coisa que você guarda desde aquele tempo? De Macaé? Não, não tem como porque você falou né, ouviu a Karina dizendo né, que a gente vai perdendo tudo na rua, perdendo, e a gente é muito roubado, teve uma vez que o gari veio também levou um cado de livro meu, fiquei muito chateada, tem muito morador de rua que guarda as coisa, coberta, em cima da árvore, se você olhar pra cima vai ver algumas trouxa, são cobertas, manta, que em cima, mas mesmo assim eles já são, o “rapa”, especializado, pega o pau e derruba, apesar que a gente esconder lá em cima, aí eu falei, se eu soubesse, tinha escondido meu livro na árvore, porque ele levou o livro, tava nas pedra da praia, escondido na bolsa de mercado, e as manta ficaram em cima na árvore, aí eu falei, se eu soubesse eu esconderia meus livro na árvore também (risos), a bolsa de mercado...⁴⁰

³⁸ Trecho da segunda entrevista realizada com Conceição.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

Assim, esses relatos indicam não apenas a dificuldade de se manter na rua objetos pessoais utilitários, importantes para a sobrevivência, mas também a perda de objetos de valor simbólico e afetivo, importantes para o lembrar, para o se construir e, também, para o sonhar.

3.4 Solidariedade e alimentação na rua: luta diária por sobrevivência

Outro tema possível de ser apreendido a partir da fala de Conceição e relacionado às histórias e memórias das mulheres em situação de rua faz parte, principalmente, do âmbito do sobreviver nas ruas: as relações de solidariedade estabelecidas auxiliam tanto na adaptação à vida nas ruas quanto na realização de atividades diárias nela, especialmente de garantia de alimentação.

Conceição narra que, na primeira semana em que ficou na rua, um casal a ajudou a se ambientar com a vida nela: “aí esse casal me ajudou, onde eu encontrava comida e tal né”⁴¹. Essa ajuda no momento de adaptação é narrada também no relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua”:

Como você conhece outros usuários, eles vão te levando e você vai conhecendo os locais, porque tá todo mundo no mesmo sofrimento. (Ilíone)
Fui pedindo ajuda para as minhas colegas trans. Tipo: amiga, onde você vai dormir? E elas: vamos dormir comigo, na minha maloca. (Téia)
Foi muito difícil, meu cabelo era bem comprido e virou um nó, tive que cortar. Com a convivência com outras pessoas que moram na rua foi que eu aprendi os lugares onde comer, tomar banho, dormir. (Aretusa) (ESTIMAR, 2019, p. 21).

Conceição ressalta ainda, em sua fala, a solidariedade presente entre muitas pessoas em situação de rua: “aqui entre os moradores de rua, nós temos solidariedade, um ajuda o outro”⁴². Em uma conversa que tivemos com outra mulher na Praça da Sé que conhecia, ela disse para Conceição que havia separado umas roupas pra lhe dar e as duas relataram que às vezes uma dava “um trocado” para a outra quando precisava. Foi essa mesma mulher que narrou momentos em que ajudou uma mãe que vivia na rua:

Ela falou assim pra mim, “vem aqui tia”, aí eu fui lá ela e ela falou “tia, faz um favor pra mim, põe um pouquinho de açúcar no prato, pra mim dá leite pras criança, duas mamadeira”. Aí eu pensei “puta que pariu”, né, meu coração dói, sabia? Meu coração doeu, aí eu falei “se eu comprar, você vai guardar esse açúcar? Não dá pra ninguém, mamadeira é pras crianças”. Nem você e seu marido não vão comer, só mamadeira

⁴¹ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição, reproduzido na primeira cena, p.64-65..

⁴² Idem.

das criancinhas, porque 1kg de açúcar, pra mamadeira pra dois, não dá pra pelo menos uma semana? Também não vai fazer melado né, tem que saber o ponto. Podia ter comprado um “corote”, não comprei, vim aqui, comprei açúcar pra ela, foi 3,60, e levei pra eles. Ela falou “não quer um pouquinho, tia?”. Eu falei “não não, deixa que eu me viro, eu pelo menos não tenho criança... entendeu?” Eu tenho um problema de saúde muito sério mesmo, mas eu consigo fazer meus coros, eu consigo.⁴³

Nesse relato, são as mamadeiras das crianças pequenas que a comovem e a fazem abrir mão dos seus R\$3,60 (e da bebida que relata que poderia ter comprado com esse valor), mas elas também escancaram a precariedade da situação, não apenas sua, mas dos bebês que se alimentam, pela sua doação, de água com açúcar, evidenciando essa luta por sobrevivência diária.

Os relatos de alimentação e de solidariedade também envolvem a população que não está nas ruas. No relatório produzido pelo instituto Estimar, eles aparecem em duas falas:

Tinha uma moça do prédio ao lado e pedi uma coberta. Ela falou: nossa, você está sem coberta? E com aquele gesto, eu passei a me sentir bem e não sai mais dali. Ficamos amigas. (Melíade).

Eu fui passando nas casas e pedindo, falei onde eu moro, o meu jeito, já fui explicando e as pessoas me ajudaram. Até hoje eles gostam de mim. (Dafine) (ESTIMAR, 2019, p. 22).

Já uma senhora com quem conversei algumas vezes no centro de Campinas narrou diferentes sentimentos sobre o ato de pedir dinheiro ou alimentos a outras pessoas. Ela ficava sentada no mesmo ponto em que conversamos há anos, sempre com uma lata com algumas moedas e estendendo a mão para as pessoas que passassem pedindo que a ajudassem e me contou que não morava mais na rua, como viveu por um período quando era jovem, mas que dependia do dinheiro de doações para se sustentar.

Em nossas conversas, que registrei em meu caderno de campo, ela me disse que, quando era mais nova e estava na rua, tinha muita vergonha de pedir e que, às vezes, andava por muito tempo até ter coragem de abordar alguém, sempre escolhendo uma pessoa que estivesse sozinha. Ela também me disse que muitas das mulheres que conheceu na época roubavam, mas que ela tinha muito dó de tirar de outras pessoas e que muitas dessas mulheres acabaram presas ou morrendo. Contou também que às vezes sentia pena de pessoas muito simples que faziam um esforço para ajudá-la, mas que não recusava nenhuma ajuda para que elas não se sentissem ofendidas. Pelo mesmo motivo, disse que aceitava tudo o que recebia de alimento, mas que muitas vezes não comia, porque algumas comidas, como coxinha, faziam mal para seu estômago e, por isso, repassava para outra pessoa⁴⁴.

⁴³ Relato registrado no caderno de campo.

⁴⁴ Idem.

Outro relato sobre a alimentação e o ato de pedir aparece no relatório produzido pelo instituto Estimar:

A gente pedia em frente ao Mac Donald da Paulista. Pedia comida porque alimentação é a parte mais difícil, tem gente que prefere jogar fora, mas tem quem ajuda (Íris) (ESTIMAR, 2019, p. 22).

Faz parte ainda da alimentação na rua a distribuição feita por grupos de voluntários. Em Campinas, presenciei e acompanhei a distribuição feita de diversas formas: quentinhas para as quais se formava fila no centro da cidade, salões em que fiéis de igrejas distribuíam sopa à noite e grupos que distribuem alimentos fazendo uma “ronda noturna” por diferentes pontos da cidade. Em São Paulo, não presenciei nenhuma vez essas entregas, provavelmente pelos horários em que estive na Praça da Sé, mas elas aparecem de diferentes formas nos relatos, como na fala presente no relatório: “Às vezes tem doação. Ontem mesmo veio dois ônibus da Universal, deu roupa, sapato, manta, comida, tudo” (Dóris) (ESTIMAR, 2019, p.22). Mas sobre essa distribuição de alimentos, Conceição narra uma relação negativa com a comida doada:

É tudo com salsicha. É, todos que doam comida, eles doam macarrão com salsicha, cachorro quente, é... angu com salsicha, arroz, feijão e salsicha, a comida predominante é salsicha, eu tenho nojo, trauma de salsicha, a gente já comeu salsicha de tudo quanto é jeito, crua, verde, com molho, passada, é passada de validade, entendeu?⁴⁵

Outra forma de lidar com alimentação na rua foi narrada pela mesma senhora em Campinas que me contou que, quando vivia na rua, fazia questão de esquentar os alimentos que conseguia. Para isso, usava latas de sardinhas como panelas e tijolos como sustentação para elas e proteção para o fogo. Posteriormente, em São Paulo, vi na Praça da Sé uma mulher com algumas panelas pequenas e Conceição me contou que ela cozinhava sempre os seus próprios alimentos vegetarianos ali na Praça, da mesma forma que a senhora havia me narrado.

Assim, pelos relatos, é possível perceber que as formas de tentativa de garantia de alimentação para mulheres na rua são diversas e, muitas vezes, envolvem a ajuda de outras pessoas que estejam na mesma situação ou não. Por isso, aqui a solidariedade está ligada a uma questão básica de sobrevivência.

3.5 As drogas como um fator de estigmatização

Fui até essa igreja farol da Lapa, pedi pra conversar com o pastor, mandaram eu voltar não sei que dia, não sei que horas, que o pastor não tava, me interrogaram mais de

⁴⁵ Trecho da segunda entrevista com Conceição.

uma hora, duas horas né, até hoje eu lembro desse interrogatório, porque ela não acreditava que eu não usava droga. Aí eu saí de lá e fiz uma doação de sangue na Hemorio, que fica ali perto, pra comprovar que eu não usava nada. Ela achava que eu tava na rua que eu tinha que usar alguma coisa e, depois que eu passei por esse interrogatório, eu consegui encontrar o pastor, mais de uma semana depois, fiquei dormindo na rua.⁴⁶

O trecho, já reproduzido anteriormente, aponta para mais uma questão destacada por Conceição em sua curta narrativa sobre a trajetória na rua apresentada neste capítulo: uma luta contra as representações impostas a si, enquanto pertencente à população em situação de rua, em especial, em relação às drogas.

O uso de drogas como sendo frequente entre a população em situação de rua (apesar de não apenas entre ela) é um fato relatado por diferentes pesquisas (que o indicam, inclusive, como um importante fator para a ida às ruas, como apresentado na introdução deste trabalho) e reforçado por diversos registros de instituições ligadas ao trabalho com essa população. Na pesquisa publicada no relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua”, que não têm pretensões estatísticas, cerca de três quartos das trinta mulheres com entrevistadas afirmaram ser usuárias de drogas e narraram um pouco sua relação com esse uso, especialmente do crack, desde o início dele:

Meu irmão me apresentou essa desgraça, eu tinha 11 anos. Da primeira vez, usei crack misturado com cigarro, não me deu nada. Até que eu conheci o beijo do capeta, quando usei o cachimbo. Tô nessa há 12 anos. (Melissa).

Eu me lembro até hoje, eu tinha 12 anos, cabulei aula, a diretora descobriu, ligou para minha mãe, eu fiquei na rua, com medo de ir pra casa. Uma pessoa falou assim: ah, quer experimentar uma pedra? Eu não sabia que pedra era crack, inocência de criança, e minha mãe ainda falava: nunca use crack, seu pai usa crack. Mas pra mim pedra e crack eram diferentes. Eu fui, fumei e gostei. Aí eu ia atrás, fugia da escola. (Penélope).

Comecei a usar cocaína com 14 anos, aos 18 eu conheci o crack e não larguei mais. Eu acho o crack mais pesado, causa uma dependência e uma abstinência maior, mas já fiz coisas por cocaína que eu nunca fiz por crack. Maconha, eu nunca gostei. E beber, muito, muito. Cheguei a trocar chinelo por um copo de cachaça. (Melíade).

Eu tinha 16 anos, conheci com o pessoal do bairro mesmo. Primeiro maconha, depois cocaína, beber, aí foi indo, foi indo. Eu sou usuária de crack, estou em tratamento, mas às vezes eu recaio. (Ilíone).

Comecei com as drogas trabalhando na rua. São várias noites que a gente vira e o pó era o combustível. Comecei a cheirar horrores, perdi o controle. (Téia).

Conheci a droga trabalhando na rua, com cliente. Cocaína, maconha, depois o crack. O crack foi onde mais eu caí, mais me rebaixou. (Hera). (ESTIMAR, 2019, p. 35).

Assim, muitas vezes muito novas, outras vezes em um contexto de trabalho, a memória de como foi o primeiro contato com as drogas é narrada por diversas mulheres. Algumas falam também das perdas geradas pelo envolvimento com elas:

⁴⁶ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição, reproduzido na primeira cena, p.64-65.

Acabei perdendo o serviço. Passava semanas só fumando, virada. (Irene).
 Gastei tudo com a droga. Teve uma época que eu só comia ração de cachorro porque não tinha o que comer. (Nice).
 Quando eu comecei a fazer programa pra usar droga, eu entendi: eu tô no fundo do poço, bem lá embaixo mesmo. (Aretusa).
 Da última vez, eu fiquei 10 meses internada numa clínica particular, fui até convidada para ser monitora. E aí, foi mais forte, pisei na bola de novo. (Nice). (ESTIMAR, 2019, p. 36).

Mas, além de uma realidade das ruas, seja pelo uso ou pelo contato frequente com os usuários, as drogas atuam fortemente nas representações que circulam da população em situação de rua e contra as quais Conceição narra que teve que lutar, relatando chegar a fazer um exame de sangue para provar não ser usuária. Essas representações fazem parte de um processo de estigmatização da população em situação de rua e também da usuária de drogas, o qual, como todo processo que estigmatiza grupos, apela a essencializações identitárias bastante negativas que rotulam os indivíduos pertencentes a determinados agrupamentos de modo extremamente depreciativo.

A partir de uma etnografia realizada em dois cenários de uso e comércio de crack, Taniele Rui (2012) trabalhou com a construção da figura do *nóia*, central na representação feita dos usuários de crack. Segundo a autora, por mais que essa nomeação generalize e homogeneíze a experiência dos usuários, a pesquisa empírica relevou que se trata, na verdade, de uma categoria que agrupa um segmento muito particular de usuários: “aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção” (RUI, 2012, p.9).

Assim, a aproximação da figura do *nóia*, feita por representações que generalizam usuários de drogas e também população em situação de rua, faz com que indivíduos nela enquadrados, como Conceição na situação narrada, se esforcem para se separar delas. Caldeira (2000), ao estudar narrativas sobre o crime na cidade de São Paulo, relatou que, ao entrevistar moradores de bairros ricos, a imagem do criminoso pobre não era muito detalhada pelos entrevistados, provavelmente porque eles não temiam serem confundidos com criminosos, enquanto os entrevistados em bairros mais pobres esforçavam-se mais para distanciar a si e a outros da imagem dessa imagem, reforçando serem pessoas trabalhadoras e honestas.

No caso de Conceição, a aproximação com a categoria de usuários de drogas e de *nóia* feita pela estigmatização da população de rua exige um esforço para negá-la e, ao mesmo tempo, não impede que a use para se referir a outras pessoas que vivem na rua. Mas tanto em relação a drogas quanto a outros aspectos desenvolvidos ao longo do trabalho, a luta contra

representações impostas a si por parte de Conceição e de outras mulheres pode ser entendida tanto uma forma de sobrevivência quanto de sonho.

3.6 Um lugar para si: intersecção entre lutas individuais e coletivas

Por fim, o relato em destaque neste capítulo possui, como apresentado anteriormente, uma intenção narrativa de construção de uma trajetória individual até a reivindicação de uma voz por uma luta coletiva de mulheres em situação de rua. O envolvimento com essa luta ganha, assim, contornos pessoais e biográficos: as memórias do sonho de cursar uma graduação, da mudança de cidade e da busca por um emprego, da ida para um abrigo e dele para rua, da aprendizagem de como sobreviver nesse espaço e da necessidade de lutar contra estigmas que lhe são impostos são os episódios que tecem, na narrativa, os caminhos para esse engajamento político / social.

Em sua fala, ele nasce do entrelaçamento entre essas vivências particulares (e as dificuldades enfrentadas, especialmente na busca por uma vaga em um albergue) e as ações coletivas de população em situação de rua com as quais passa a se envolver:

(...) depois que esse lugar disse não pra mim, que eles só trabalhavam com homem, dependente químico, eu fui pra mais 24 lugares, telefonei, implorei, todos só aceitavam homem. Aí eu comecei a participar do Fórum de População de Rua, comecei a participar na Câmara Municipal do Rio, mensalmente tem, cheguei a parar no Fórum Mundial de Direitos Humanos em Brasília, e reivindicando porque não tinha nada para mulheres.

É importante destacar que a organização política da população em situação de rua a qual se refere faz parte de uma construção histórica das últimas décadas que remodelou relações entre poder público, sociedade civil e população em situação de rua e a sua própria constituição enquanto agente político em algumas cidades brasileiras.

O trabalho de Frangella (2004), ao traçar um panorama histórico das políticas públicas voltadas à população em situação de rua e do desenvolvimento do trabalho de organizações para / dessa população do início da década de 70 até o começo dos anos 2000 na cidade de São Paulo, evidencia esse processo. Como apresenta a autora, é nas décadas de 70 e 80 que a figura urbana que vive nas ruas – o mendigo – passa a ganhar visibilidade na mídia e a emergir gradualmente como um ator político na esfera urbana. É também nesse período que começam a surgir as organizações (ligadas principalmente a entidades religiosas e assistencialistas ou a reivindicações públicas de catadores de papelão) e os primeiros albergues

da cidade, fatores que facilitariam as posteriores formas de organização política dessa população.

Já no início da década de 90, concomitante ao aumento contundente da população vivendo na rua na cidade de São Paulo, há o fortalecimento e articulação das redes de atendimento a ela (composta, principalmente, no período, por albergues, casas de convivência e refeitórios), que possibilitaram novas formas de estar na rua e de se relacionar com a esfera pública. Em 1992, por exemplo, foi realizado o I Seminário Nacional da População de Rua em São Paulo, o qual representa o desenvolvimento, ao longo dessa década, da articulação da população em situação de rua em torno de reivindicações de direitos, que envolviam, principalmente, a demanda por oportunidades de trabalho e por moradia fixa e a denúncia de políticas públicas e urbanas agressivas contra essa população (como a “arquitetura antimendigo”⁴⁷, as operações de retirada da população de determinados locais e as abordagens truculentas da polícia, também fortalecidas nesse período) (FRANGELLA, 2004).

Frangella (2004) destaca ainda a importância da criação, em 1993, de um projeto de lei⁴⁸ para a regulamentação da política de atendimento à população de rua e do direito a espaços na cidade de São Paulo. O projeto teve, como conta a pesquisadora, um atravessamento conturbado ao longo da década: após embates na Câmara Municipal e na Prefeitura, foi sancionado em 1997⁴⁹ e, apenas em 2001, foi feita a regulamentação da lei⁵⁰. Mas seus efeitos foram importantes para a organização dessa população, tendo sido, segundo De Lucca (2007), a busca pela consolidação dos direitos adquiridos um fator de impulso para o surgimento, em 2004, do Movimento Nacional de Defesa e Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua⁵¹.

Esse breve panorama, mais bem detalhado nos estudos de Frangella (2004) e De Lucca (2007), serve aqui para ilustrar um conjunto de processos históricos que permitiram uma identidade política à população em situação de rua⁵², identidade essa muitas vezes reivindicada por Conceição em seus posicionamentos. Segundo Frangella (2004, p.109),

⁴⁷ Exemplos de ferramentas que constituíram essa “arquitetura antimendigo” são apresentadas por Frangella (2004, p.89): “grades em torno de igrejas e de árvores, para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros em frente a alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises”.

⁴⁸ Projeto de lei elaborado pela então vereadora do PT Aldaíza Sposati a partir de consultas a organizações e à própria população em situação de rua.

⁴⁹ Lei nº120.316/97.

⁵⁰ Decreto 40.232/ Serviços de Atenção, 2001.

⁵¹ De Lucca (2007) apresenta, a partir de relatos de lideranças envolvidas no surgimento desse movimento, a conjugação de eventos e pautas ligados à sua criação.

⁵² A nível nacional, foi instituída em 2009 a Política Nacional para a População em Situação de Rua pelo Decreto nº7.053.

o reconhecimento de um ‘lugar político’, ainda que não absorva toda a população de rua, mudou sua maneira de estar na sociedade. Não alterou suas técnicas de mendicância, por exemplo, mas garantiu uma identidade política usada por uns mais sistematicamente, por outros, ocasionalmente. (...) Nas últimas décadas, portanto, garantiu-se o reconhecimento de sua situação como um problema político e social e permitindo, de fato, a construção de um espaço de representação, de negociação e interlocução pública, reiterando o perfil das arenas públicas brasileiras que começaram a se formar desde a década de 80 (FRANGELLA, 2004, p. 109).

Atrélada a essa emergência de uma constituição do lugar político da população em situação de rua, está, no envolvimento de Conceição com uma causa das mulheres nessa situação, a expansão do reconhecimento de direitos das mulheres no país e das reivindicações de movimentos feministas no debate público brasileiro nas últimas décadas. Como aponta Sueli Carneiro (2003), o movimento feminista atuou fortemente na criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), dos abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência, entre outros avanços (CARNEIRO, 2003). A criação da Secretaria Nacional de Política das Mulheres em 2003 e a sanção da Lei Maria da Penha (11.340/2006) são também exemplos de impactos das reivindicações dos movimentos feministas em políticas públicas brasileiras. Assim, nas últimas décadas, o país assistiu à consolidação das mulheres como sujeitos políticos.

Além disso, durante esse período, emergiram no debate público reivindicações de alguns grupos de mulheres, como indígenas e negras, que apontaram a necessidade de atenção a demandas específicas que não poderiam ser tratadas exclusivamente sob a rubrica da questão de gênero, como também aponta Carneiro (2003). A realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988 exemplifica essa articulação das mulheres negras no cenário nacional, que passaram também a encampar as pautas antirracistas nos movimentos feministas e as pautas feministas em movimentos antirracistas.

Esse breve percurso histórico tem como objetivo evidenciar que a reivindicação de pautas de direitos de mulheres e, particularmente, o reconhecimento da importância de se expor as pautas específicas de grupos de mulheres no interior de movimentos sociais, como faz Conceição ao reivindicar uma luta por direitos de mulheres em situação de rua, surge em um cenário de conjunturas políticas e sociais que a propiciam. Mas, agindo nesse cenário, há indivíduos compostos por histórias e experiências próprias, que muitas vezes se entrelaçam com as histórias desses movimentos, como é o caso de Conceição.

Em outros momentos da entrevista, ela relata brevemente seu envolvimento com movimentos feministas no Rio de Janeiro:

Elas me ajudaram no piquenique rosa lá no Rio sabe. Eu passei a ver o futebol feminino, eu fui olhando como elas faziam as coisas e copiando, botar um pratinho aqui, não fosse ela ali, é, regar a minha semente, acho que eu não teria resistido até agora, porque foram 8 anos na rua né e fazendo tudo isso, estudando, no debate, piquenique, recolhendo roupa pela rua pra doar.⁵³

Assim, há em sua trajetória, um envolvimento com movimentos e eventos de população em situação de rua e de mulheres que constroem também as histórias e memórias coletivas nas quais suas reivindicações se inserem. Mas, além disso, há a concretização, em seu corpo e em sua história, das negligências e violências contra mulheres em situação de rua. Na sua narrativa apresentada neste capítulo, é dessas experiências sentidas em sua pele que surge o impulso para criar um movimento:

Até que começou a operação inverno, veio uma van, foi uma luta nossa também, e levava só os homens pra dormir no hotel, é o que a gente chama de pernoite, e a gente já tava nessa luta há muito tempo do pernoite, só que, quando nós conseguimos, beneficiou só os homens, aí eu falei pras minhas amigas, ó tudo o que a gente tá lutando, tá beneficiando só os homens, Trabalho e Renda, cursinho, vamos então se unir e fazer um movimento só de mulheres? Vamos botar camisa rosa? Aí ela falou: vamos! Vamos fazer um filme contando tudo, que não leva a gente pros abrigos, que agride gente? Aí ela falou: vamos! E foi assim que surgiu o movimento.⁵⁴

Assim, a reivindicação de lutas específicas das mulheres em situação de rua faz parte tanto de um engajamento agentivo de Conceição de articulação dessas pautas, proporcionado por sua vivência e por suas relações com movimentos sociais, quanto de conjunções ações e reivindicações históricas de mulheres e da população em situação de rua. É essa convergência entre individual e político que coloca os sonhos e lutas por sobrevivência de Conceição entre o individual e o coletivo.

⁵³ Trecho da primeira entrevista com Conceição.

⁵⁴ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição, reproduzido na primeira cena, p.64-65.

CAPÍTULO 4 – Segunda cena: representações de violência e estratégias de sobrevivência

O encontro com Carolina, de quem é o relato que será reproduzido neste capítulo, aconteceu de forma diferente dos outros realizados ao longo desta pesquisa: foi ela quem me procurou, tendo vindo ao meu encontro e ao de Conceição logo após terminarmos a conversa com outra mulher na Praça da Sé. Soube depois que elas já se conheciam e acredito que a cena de nós duas conversando com outras mulheres pela Praça deva ter chamado a sua atenção, pois logo perguntou o que estávamos fazendo.

Carolina, com 19 anos, também negra, foi a mais jovem com quem conversei e o diálogo com ela foi pautado também pelas conversas que estava tendo anteriormente ali na Praça: informalmente, algumas mulheres nos relatavam as dificuldades específicas de ser mulher na rua - falavam sobre a falta de vagas em abrigos e sobre as vulnerabilidades que reconheciam. Foi ainda imersa nessas falas que conversei com ela. Comecei perguntando se estava morando na rua no momento e se ela era de São Paulo, a que me respondeu que estava na rua desde os sete anos de idade e que havia nascido na Bahia – “aí quando eu era criança eu fui abusada pelos meus pais e aí eu acabei indo pra rua”⁵⁵. Ela relatou ainda que veio para São Paulo com a mãe, “mas a minha mãe me abandonou, minha mãe me deixou na rua, eu vim junto com ela”⁵⁶.

Ao longo da conversa, tratou de temas como esportes, passagens por hospitais psiquiátricos e estudos, em falas que foram apresentadas em outras partes do trabalho. Mas o trecho destacado neste capítulo começa com a resposta a uma pergunta que fiz: “você acha que pra mulher é mais difícil ficar na rua?”. Essa pergunta, formulada naquele momento, foi feita a partir do que estava ouvindo nas conversas anteriores e também de suas falas sobre abuso e sobre estudar à noite para ter, ainda que por pouco tempo, um refúgio dos perigos na rua.

Considero importante ressaltar, porém, que não se trata de procurar de saber, nesta pesquisa, para quem ou para qual grupo é “mais difícil” estar nas ruas, considerando que esse contexto de extrema precariedade pode desencadear experiências individuais de sofrimento que não podem ser medidas ou comparadas e que não é possível homogeneizá-las. Ao defender que nenhuma das condições de opressão que experimenta como mulher, negra e lésbica é vivenciada separadamente, Audre Lorde (2019) sustenta que não existe uma hierarquia de opressões. Proponho, assim, nesta pesquisa, procurar entender as experiências e as especificidades das

⁵⁵ Trecho da entrevista com Carolina.

⁵⁶ Idem.

condições de mulheres que vivem nas ruas e ouvir o que algumas delas têm a dizer sobre si e sobre suas condições, sem hierarquizá-las. A resposta apresentada por Carolina à pergunta formulada contribui para esses objetivos, por isso será reproduzida neste trabalho.

Em sua fala, há uma centralidade de elementos biográficos que utiliza para narrar o que se passou com ela: é principalmente a partir de sua experiência, do que viveu pessoalmente nas ruas que sustenta sua afirmação de que “é muito mais, é muito mais difícil, muito mais vulnerável”⁵⁷ para as mulheres na rua. Carolina aponta diferentes formas de violência direcionadas a si e a mulheres em situação de rua (e em alguns momentos também à população em situação de rua de forma mais geral). Quando iniciei o trabalho de campo, minha ideia era não abordar diretamente a violência contra as mulheres na rua, apesar desta ser uma questão importante para esse grupo, porque gostaria de tentar registrar outras narrativas, especialmente as de caráter memorialístico, que tratassem da infância e da adolescência, que pudessem abordar uma provável precariedade e falta de acesso a direitos básicos, mas que, ao mesmo tempo, tratassem dos afetos, das lembranças simbólicas registradas na memória.

Além disso, considerava que a violência era uma questão delicada, que demandava uma relação mais próxima e de confiança e que tratar dela poderia fazer reviver experiências traumáticas, o que também poderia demandar um suporte psicológico que eu não tinha preparo para fornecer. O tema, porém, mesmo assim foi se manifestando nas conversas, tanto quando a pauta principal passou a ser as condições das mulheres na rua, quanto quando algumas delas me falavam sobre seus parceiros ou sobre relações com outros homens.

Até o momento da conversa com Carolina, entretanto, ele tinha aparecido de maneira mais dispersa: em relatos em terceira pessoa, por mulheres que narraram violências que outras sofreram, ou em menções a brigas. É Carolina, que eu havia acabado de conhecer, que aborda esse tema uma entrevista gravada e em uma direta relação com sua vida, relatando abusos e colocando a violência em pauta desde o início da conversa. A impressão é que, diferentemente do que eu esperava, no seu caso, as experiências de violência já foram narradas diversas vezes, sendo até, em alguma medida, naturalizadas, porque ela parece tratar do assunto com muita tranquilidade. Assim, a condição de gênero ganha aqui centralidade, uma vez que muitas das violências narradas são dirigidas majoritariamente a mulheres. No verbete a respeito de Violências presente no Dicionário Crítico do Feminismo, Alemany (2009) condensa suas várias configurações:

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes

⁵⁷ Trecho da entrevista com Carolina.

infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade (ALEMANY, 2009, p. 271).

A proposta deste capítulo é, então, colocar em diálogo essas vozes que narram violências de diferentes ordens a fim de articulá-las a uma questão central no desenvolvimento desta pesquisa: a busca por sobrevivência e as possibilidades de sonhar vivendo na rua.

4.1 Segunda cena: fragmento da primeira entrevista com Carolina

- E você acha que pra mulher é mais difícil ficar na rua?

É muito mais, é muito mais difícil, muito mais vulnerável, porque... tem até o centro de acolhida, que é os CTAs né, pra morador de rua, só que você chega lá às vezes é cinco vagas feminina, aí cinco dessas vagas ainda tem que ser dividida com os transexual porque eles dizem né que correm mais risco de vida, então... é muito mais complicado. Eu mesma, desde que eu tô na rua, já sofri três abusos contando com o do meu pai, dois foram de policial, então polícia que é autoridade às vezes... entendeu, por isso que quando eu entendo quando as pessoas fala que não gosta, entendeu? Porque às vezes, sabe assim quem é pra te proteger, quem é pra fazer sua segurança é o seu maior perigo. Se eles não te bate, eles te violentam, entendeu. E às vezes que nem tipo eu já fui violentada várias vezes e eu já apanhei várias vez, mas... a dor passe né, uma coisa ou outra, cê acaba acostumando, que nem eu já fui abusada várias vezes então você acostuma, mas assim, principalmente palavra sabe, as pessoas humilha na rua, as pessoas xinga sabe, as pessoas acha... que nem, tem gente que fala assim “ah, os cara tá na rua”, os cara tá na rua normal entendeu? Agora se você vê uma mulher que bebe, se você vê uma mulher que usa droga, ah ela é vagabunda, ah ela não presta, sabe... tem mó preconceito pro lado das mulher na rua sabe.... e assim, na rua se você não fica esperta sendo mulher, cê acaba sendo usada como objeto sexual... e se não é dos cara que fica em situação de rua, é de pessoas de classe média, que vem atrás sabe, pessoas assim que cê vê que tem dinheiro sabe, que não tem o que fazer da vida aí vem pra rua só pra pegar mulher pra usar, pra fazer de objeto sexual sabe... o que ele não faz com a mulher dele ele quer fazer com os outro na rua... entendeu?

- E como você faz pra se proteger na rua, pra dormir...?

Ah, normalmente eu fico junto com o pessoal, tipo... a gente dorme um monte de gente junto né, porque se não, se mexer com um né, aí o outro acorda, se defende, se ajuda né... mas é muito complicado...

- Sozinha não dá?

Sozinha não dá pra você dormir sozinha... várias vez eu tava dormindo sozinha, cê acorda tem um cara do seu lado sabe... mexendo com você... na hora assim cê não tem nem reação sabe? Cê fica assim... várias vez eu fiquei sabe assim também me culpando sabe, porque eu fiquei pensando, porque que eu não dormi com mais cobertura sabe, porque que eu não fiz isso, entendeu... mas tipo, os cara que é safado também entendeu...

- Uhum, não é culpa sua...

Sim, mas aí até você explicar, entendeu, a mulher que é errada, entendeu, a mulher que é errada... Aqui mesmo na rua, que nem eu sempre fiquei aqui na rua, entendeu, eu nem uso short porque, porque os cara já mexe eu com roupa assim normal, entendeu, aqui, se cê põe uma roupa que cê gosta, uma coisa assim que começa chamar um pouco de atenção, solta os cabelos, se maquia, qualquer coisa já é motivo pra você ser abusada sabe, porque, porque você tá dando um, cê que deu motivos, entendeu...e aí se o cara abusa de você e tudo, não dá nada pra ele, entendeu, não dá nada... ninguém faz nada, entendeu porque o povo “ah cê tá na rua cê sabe como a rua é, cê vai ficar usando short na rua?” tá, mas e o calor, que nem hoje mesmo, olha o calor que tá...

- Você já ouviu coisa assim pra você?

Já, vixe, um monte de vez já, um monte de vez... Que nem aqui ó, aqui tem esse chafariz da Sé, tá vendo? Um monte de cara toma banho ali de short, vai eu tomar banho de short... fica uma pá de cara olhando, só que aí se eu vou reclamar a errada sou eu que sou mulher e tô tomando banho de short, entendeu? Mas eu não entendo porque que ele pode tomar banho de short e eu não entendeu...

- E isso desde que você era novinha, desde que você era criança?

É... desde que eu tinha 7 anos, isso acontece com muita frequência... Mas é isso.

4.2 Quando a casa não é espaço seguro

A primeira violência narrada por Carolina é a sexual, que relata ter sofrido por seu pai, ainda na infância, e por policiais nas ruas. Uma afirmação feita pouco depois, referindo-se à polícia, pode ser lida também para pensar na relação com o pai: “às vezes, sabe, assim, quem é pra te proteger, quem é pra fazer sua segurança, é o seu maior perigo”. O relato de Carolina não é um caso isolado: segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em setembro de 2019, 53,8% os estupros ocorrem com meninas de até treze anos, havendo, no país, uma média de um estupro a meninas dessa idade a cada quatro horas. Fazendo

outro recorte de idade, os dados apontam ainda que 26,8% dos casos têm como vítimas meninas de no máximo nove anos (FÓRUM, 2019).

Além disso, assim como o relato de violência praticada por seu pai, os dados publicados no Anuário indicam que 75,9% das vítimas de violência sexual possuem algum tipo de vínculo com o agressor, normalmente conjugal ou de outras ordens familiares. Esse dado desmistifica a ideia, muitas vezes ainda presente no imaginário popular, de que o estuprador é, em geral, um estranho à vítima. Bell hooks (2019a), tratando da opressão sexista de forma mais abrangente e não necessariamente ligada à violência sexual, sustenta que essa forma de opressão tem importância primordial por ser a prática de dominação que a maior parte das pessoas experimenta no âmbito familiar, enquanto outras formas, como o racismo e a opressão de classe, tendem a ser vivenciados ou testemunhados fora de casa.

Diversos estudos, como os apresentados por Souza et al. (2012) apontam diferentes efeitos psicológicos possíveis nas vítimas de violência sexual, que podem incluir transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, transtornos alimentares, além de maior probabilidade de redução da qualidade de vida, maior consumo ou abuso de álcool e drogas e maior comprometimento do sentimento de satisfação com a vida, com o corpo, com a vida sexual e com os relacionamentos interpessoais.

Outras formas de violência contra a mulher também são presentes em muitos lares e relações familiares brasileiras. Segundos dados do Balanço Anual do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), em 2018 foram realizadas 92.663 denúncias de violações contra mulheres⁵⁸. Essa violência é também uma das principais razões relatadas para a ida às ruas pelas participantes da pesquisa feita pelo instituto Estimar, narradas, por exemplo, nos seguintes relatos:

Morava eu, meu pai, meus cinco irmãos e a mulher que eu achava que era minha mãe. Agora eu fiquei sabendo que ela não é minha mãe, que é minha tia. Mas quando meu pai era vivo a gente era muito unido, aonde um ia o outro ia atrás. Perdi meu pai com 11 anos. Quando ele morreu, no cemitério ela já estava com o amante dela. Eles começaram a me espancar. Por causa desse padrasto eu fui mandada embora e fui viver uma nova vida. Eu estava com 16 pra 17 anos. (Thêmis) (ESTIMAR, 2019, p. 14).

Eu me casei três vezes. Meu primeiro marido levantava da cama, nem escovava os dentes e já ia pra um bar, era viciado em jogo de baralho e dominó. O meu segundo companheiro me atacou, me deu socos na cabeça, acho que ele devia estar “noiado”, quase me manda pro cemitério, fiquei três dias internada. Já sofri violência sexual, eu tomava calmantes, hoje eu não tomo mais, por medo de tomar e ser atacada, porque ele me estuprou dormindo. Meu ex-marido, o terceiro, era ruim pra mim, me batia, me trancava em casa, eu era uma prisioneira. Quando ele faleceu, eu fiquei sozinha,

⁵⁸ Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/agosto/balanco-anual-ligue-180-recebe-mais-de-92-mil-denuncias-de-violacoes-contras-mulheres>. Acesso em 31 ago. 2020.

tiraram meus filhos, os dois pequenos. Eu me revoltei e saí da cidade. (Cassandra) (ESTIMAR, 2019, p. 15).

Eu morava com a minha família, aí eu tive um problema de abuso do meu padrasto e meu irmão. Um dia, vi no Jornal Nacional que na FEBEM ficavam crianças abusadas. Peguei as minhas coisas e fui pro Rio de Janeiro. Uma parte eu fui andando e uma de carona, aí fui abusada, jogada pra fora do caminhão. Cheguei lá e pedi para uma policial: me leva pra FEBEM e ela levou. Fiquei um ano e vim pra São Paulo, fui parar no foco do crack, isso em 1978. Eu fui acolhida por duas traficantes, que me ensinaram a pesar a droga. Elas foram presas e eu comecei a morar na rua e vender crack. Em 2000 eu fui presa, foi quando eu experimentei o crack, dentro do DACAR de Pinheiros [Unidade Prisional]. Depois eu não consegui parar mais. (Maia) (ESTIMAR, 2019, p. 15).

Se, nesses relatos, violências de diferentes naturezas são narradas como fatores que contribuíram para a ida às ruas, também nas entrevistas realizadas por Rosa e Brêtas (2015) esse papel da violência foi destacado, tendo sido, segundo os autores, um tema transversal nas narrativas e de grande impacto na deterioração das relações sociais e na ida às ruas. Nos relatos que obtiveram, a ruptura dos vínculos sociais, especialmente com os companheiros, e a ausência de outros vínculos suficientemente fortes para subsidiar a reorganização da vida somaram-se à escassez de recursos financeiros e à ausência de instituições que garantissem segurança e proteção, moldando o trajeto de ingresso nas ruas. Como também ressaltam os autores, algumas mulheres narraram ter mantido relações violentas por muito tempo, por isso, para eles,

entender a sujeição, às vezes prolongada, de um relacionamento conjugal pautado pela violência exige uma análise cuidadosa das condições de vida que agem sobre a respectiva família. Apesar da violência e do sofrimento, a maioria das mulheres teve dificuldade de enfrentar e reverter sua própria situação de vida. Apontaram a falta de independência financeira para o seu sustento e para o dos filhos, e a falta de apoio familiar e/ou institucional para enfrentar essa situação. Muitas tiveram dificuldades para trabalhar, seja pela proibição do parceiro ou pela necessidade de cuidar dos filhos. Viviam sob ameaças de violência e até de morte, fato que as imobilizaram e perpetuaram seus sofrimentos ao lado do agressor. Também relataram que o amor que tinham ou que tiveram pelo parceiro nutria a esperança de que a violência era um fato passageiro e que seria superado pelo casal. Para algumas dessas mulheres, a vida na rua foi a saída encontrada para se livrar da violência doméstica (ROSA E BRETAS, 2015, p.278).

Os relatos unem-se ainda a um cenário em que a mulher brasileira possui mais chances de ser vítima de homicídio em casa do que fora dela, segundo dados divulgados pelo Atlas da Violência de 2019, organizado pelo IPEA em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Na análise feita dos índices registrados entre 2007 e 2017, apesar da grande maioria das vítimas de homicídios serem homens, houve um aumento do homicídio de mulheres no contexto do lar: enquanto a taxa de homicídios de mulheres fora de casa diminuiu 3,3%, dentro dela cresceu 17,1%. A pesquisa ainda apontou um recorte étnico importante dessa violência: enquanto houve um crescimento homicídio de mulheres não negras de 4,5% no período, o aumento do homicídio de mulheres negras foi de 29,9% (IPEA; FÓRUM, 2019).

Assim, a violência não é, para muitas das mulheres que estão nas ruas, uma prática que se inicia nelas: a casa, espaço imaginado de segurança em oposição às ruas, é, em muitos casos, espaço em que essa violência ocorre. Tiene (2004) aborda tal imaginário da casa a partir da referência a Espinheira:

enquanto a casa é abrigo e santuário, a rua é o disperso, o lugar do não lugar, o espaço perverso que ensina as más lições. Coisas de rua! Gente de rua! No olho da rua! Rua! [...] a rua é comumente vista como o lugar da perdição, do abandono [...] enquanto a casa aparece como o lugar que resguarda a vida, que protege e anima, que reproduz em todas as suas dimensões. Casa e rua, o universo íntimo e o desespero, o porto seguro e o mar revolto (ESPINHEIRA, 1993 apud TIENE, 2004).

Em casos de violência doméstica, porém, a casa pode passar a ser o mar revolto, o desespero, e as formas com as quais as mulheres conseguem lidar com essa violência são diversas. Assim, em alguns casos, a saída da casa e ida às ruas, processo narrado como difícil e doloroso por algumas mulheres, pode ser parte de um sonho de se livrar de uma relação de violência ou um ato desesperado de busca por sobrevivência. Uma vez na rua, há também diferentes formas que encontram para lidar com essa violência passada. Uma das entrevistadas por Rosa e Brêtas (2015) afirma que não gosta de lembrar-se do passado:

Aí mataram ele [companheiro]. O moço chegou drogado no assalto, aí ele foi tentar acalmar e levou um monte de bala. E aí depois disso eu comecei a passar pelos abrigos. Bom eu estou resumindo porque a história é muito longa e triste e eu não gosto nem de lembrar (Vanessa, 34 anos, gestante, dois anos em situação de rua, três filhos) (ROSA E BRÊTAS, 2015, p. 278).

Já Carolina, que fez referências também muito breves a episódios de violência, diz que a dor passa: “e às vezes, que nem tipo eu já fui violentada várias vezes e eu já apanhei várias vezes, mas... a dor passa né, uma coisa ou outra, cê acaba acostumando, que nem eu já fui abusada várias vezes então você acostuma”⁵⁹. Naturalizar essa violência pode ser, assim, uma forma encontrada de sobreviver a ela, da mesma forma que narrá-la, como fez, pode ser um mecanismo de sobrevivência.

4.3 Representações violentas

Na narrativa de Carolina, outras formas de violência, especialmente as vividas pela população que está nas ruas, são ainda destacadas por ela: “mas assim, principalmente palavra, sabe, as pessoas humilha na rua, as pessoas xinga, as pessoas acha... que nem, tem gente que

⁵⁹ Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido na segunda cena, p. 85-86.

fala assim ‘ah, os cara tá na rua’, os cara tá na rua normal, entendeu?”⁶⁰. Sua fala reconhece e denuncia os efeitos que a linguagem, como meio de circulação de representações e de estigmatizações sobre a população em situação de rua, tem sobre sua vida e seu corpo.

Na pesquisa realizada por Frangella (2004), a autora aborda as representações negativas que circulam sobre essa população e desenvolve como a figura desse indivíduo que vive na rua opera, no imaginário popular, como representação do sujo, do poluído e do poluidor, do espaço do ambíguo e do anônimo, do potencial instrumento de práticas ilícitas. Ele representa, dessa forma, o “outro”, destacado pela abjeção. Ainda segundo a autora, pelo fato de os indivíduos que vivem na rua habitarem uma margem liminar da sociedade, que é marcada pela subtração material e simbólica, pelo deslocamento contínuo e perturbador da definição normativa do espaço público, são vistos como símbolos das promessas falhas de progresso e de prosperidade (FRANGELLA, 2004). Porém, como a autora sustenta, sua presença no espaço urbano permanece, reproduzindo esse circuito liminar geográfica e temporalmente:

o sujeito estigmatizado se move e se constrói, apesar e por meio do incômodo dos mecanismos de abjeção e subtração a ele impostos para sobreviver e existir. No espaço urbano, ao fazer uma outra trilha, mantendo sua vida sob uma situação impensável e retrazendo continuamente essa margem, surpreendem e assustam. É a ambiguidade de sua condição, a sua permanência contingencial nesse limiar que marca o morador de rua como um “outro” (FRANGELLA, 2004, p. 57).

Portanto, esse indivíduo passa a se construir também a partir de uma relação com essas representações e, por isso, parte das pessoas nessa condição esforçam-se cotidianamente para não serem enquadradas na figura do “outro”, procurando, por exemplo, manter a limpeza e uma boa aparência, como observou Frangella (2004), em uma tentativa de evitar a associação de sua imagem aos atributos estigmatizantes que recaem sobre esse grupo. Essa é, segundo a autora, uma forma de buscar afirmar a condição de humanidade, muitas vezes perdida nas representações. É, portanto, também uma forma de tentar atenuar as violências físicas e verbais dirigidas a si.

Na fala de Carolina, a negação dessa representação do indivíduo em situação de rua como “outro” é explícita: “tem gente que fala assim ‘ah, os cara tá na rua’, os cara tá na rua normal, entendeu?”⁶¹, ressalta. Há, portanto, uma refuta à categoria de “anormal”, de “abjeto”, que, por um lado, sustenta a identidade de “normal” daqueles que não vivem nas ruas e, por outro lado, rebaixa, reduz e produz formulações como essa. Algumas mulheres narram também efeitos dessas representações:

⁶⁰ Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido na segunda cena, p. 85-86.

⁶¹ Idem.

A sociedade é podre, preconceituosa. Se o morador de rua tivesse mais trabalho, teria menos morador de rua. (Gaia).
 É um olhar de crítica, mas ser um usuário não é fácil, essas pessoas são doentes. É preciso aproximar, quebrar as barreiras de medo. (Íris).
 Outro dia eu ia fazer uma faxina, indicada pela Mundial [igreja]. Quando eu cheguei, a moça me dispensou. Eu saí dali chorando. (Tália).
 Tem muito preconceito, até com as mulheres de albergue, muita discriminação, é difícil arrumar emprego. (Atena). (ESTIMAR, 2019, p. 29).

Essa violência pode ser praticada e percebida também por outras formas de linguagem e de ações corporais, como foi narrado por mulheres entrevistadas pelo relatório produzido pelo Estimar, em falas como “tem muito preconceito, tem mulher que vê a gente e se encolhe toda, abraça a mochila, segura a mão de criança” e “olham de um jeito que é triste, dói. Às vezes gera um ódio” (ESTIMAR, 2019, p. 29). A percepção do olhar do transeunte é relatada ainda em outras falas: “eles olham como se a gente fosse um cachorro, a sujeira da cidade” e “uns olham com cara feia, outros com cara de nojo. Incomoda.” (ESTIMAR, 2019, p. 29).

A representação negativa pode ainda circular pelas representações feitas em veículos midiáticos sobre essa população. Bortoli (2017), por exemplo, analisou notícias publicadas em jornais do Rio de Janeiro que envolviam a população em situação de rua e criticou o fato de elas comumente associarem essa população à degradação urbana, à violência e ao uso de drogas e de trazerem a voz apenas daqueles que reclamam da população – como vizinhos e comerciantes que se sentem lesionados por sua presença e hábitos – sem dar espaço às vozes e percepções dessa população sobre o ocorrido ou sem discutir as políticas públicas que poderiam ser eficientes para o problema. Além disso, observou que há notícias que divulgam ações de retirada da população da rua, mas não retratam as precárias condições dos abrigos ou como é a vida dessas pessoas após esse processo.

Essa representação midiática também é percebida e sentida por algumas mulheres, como mostra um relato:

Os programas de televisão bombardeiam a gente toda hora. Outro dia, naquele Caso de Família [programa do SBT], foi um casal, a mulher conheceu o rapaz na rua, casou, teve uma menina e estavam com um probleminha, era só eles procurarem um terapeuta de casal, pastor, ia ficar tudo bem. Mas sabe o que aquela Cristina, que é jornalista, falou? Olha aqui, também você foi pegar um morador de rua pra casar e ainda por cima ter uma filha. Foi como me enfiar uma faca. Eu pensei: meu Deus, ela falar isso, com tanta violência que já existe em relação aos moradores de rua. (Selene) (ESTIMAR, 2019, p. 29).

Assim, a partir desse jogo de representações e das humilhações narradas, é possível pensarmos ainda em usos linguísticos violentos, como apresentados por Silva e Alencar (2013):

numa visada pragmática, chamamos de violentos os usos linguísticos que, ao posicionarem o outro – especialmente aquele que representa a raça, o gênero, a sexualidade e o território que não se quer habitar – num lugar vulnerável, acabam por insultar, injuriar ou violar a sua condição. Entendemos ser este um fato situado, em que certos recursos da língua são empregados para ferir. Dito de outro modo, quando um sujeito ou grupo de sujeitos usa a língua para diminuir, depreciar, desdenhar ou abominar um grupo social ou um indivíduo específico, ele ou ela está usando a língua violentamente, i.e., está afetando uma estrutura de afetos que se sustenta na linguagem. O racismo, por exemplo, quando expresso linguisticamente, é uma instância da violência na linguagem (SILVA; ALENCAR, 2013, p. 136-137).

Portanto, a circulação de representações negativas e, em alguns casos, a violência linguística fazem parte do universo linguístico e das relações que esses indivíduos se constituem e com as quais se relacionam, ora fazendo um esforço para negá-las, ora utilizando-se delas. As representações sobre a população em situação de rua podem ganhar ainda especificidades quando tratam das mulheres nessa condição. Nesse caso, fundem-se o imaginário social do indivíduo que vive na rua com as expectativas em relação à vida e ao comportamento das mulheres esperado socialmente, resultando em representações específicas a esse grupo, como também aponta Carolina.

4.4 “Ela é vagabunda”, “ela não presta”

“Agora, se você vê uma mulher que bebe, se você vê uma mulher que usa droga...ah, ela é vagabunda, ah ela não presta sabe... tem mó preconceito pro lado das mulher na rua sabe...”⁶². Esse preconceito ao qual Carolina se refere - o estigma de “vagabunda”, de que “não presta” que ela e outras mulheres carregam - possui consequências narradas em seus corpos: “se você não fica esperta sendo mulher, cê acaba sendo usada como objeto sexual”⁶³. A violência pode vir de homens que estão também em situação de rua, como relatam algumas mulheres:

É difícil conviver com os caras de rua, alguns querem que as mulheres vão fazer programa, roubar para dar dinheiro para eles. São folgados. (Tália).

É muito difícil. Se você não tiver uma voz de autoridade, eles botam você no esquema, pra arrumar dinheiro, batem, estupram. (Maia).

Não tem muito respeito, principalmente pra gente que usa droga. Oferecem um trago e já acha que vai conseguir comprar a gente. (Melissa). (ESTIMAR, 2019, p. 26-27).

Eu já apanhei de meninos na rua. Você é mocinha. Você é virgem. Meninos de 17 anos que dão em cima de você. Você não consegue. Ah! Vou bater e, muitas vezes, mulheres são estupradas. Meninas novas. Se você “der boi”. Se você não reage, você vai apanhar. Então se você reage, você apanha do mesmo jeito. É onde que você

⁶² Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido na segunda cena, p. 85-86.

⁶³ Idem.

aprende muita coisa. Apanhando. Sobrevive. Você aprende. Não é fácil. A vida é difícil na rua. Para enfrentar a rua você tem que ser corajosa e peituda (Linda) (TIENE, 2004, p.133).

Mas há uma diferença entre a violência cometida por homens que estão nas ruas com a perpetrada por “pessoas de classe média” / “que você vê que tem dinheiro”⁶⁴ às quais Carolina se refere: “o que ele não faz com a mulher dele, ele quer fazer com os outros na rua”⁶⁵. Há, portanto, a denúncia de tratamentos diferentes para duas categorias de mulher: a de família e a de rua, sendo esta última representada como se não fosse “mulher de respeito”, o que legitimaria a violência. Essa representação está presente também nos dados obtidos pela pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 que indicou que 42% dos homens entrevistados concordavam com a afirmação de que “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”, tendo ainda a concordância de 32% das mulheres (FÓRUM, 2016).

Tal pesquisa articula-se aos dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) dois anos antes, os quais indicaram que 58,5% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase "se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros", sendo que 35,3% concordaram totalmente, 23,2% parcialmente, 30,3% discordaram totalmente, 7,6% discordaram parcialmente e 2,6% se declararam neutros. A divulgação dessa pesquisa em 2014 acendeu o debate público no Brasil sobre a culpabilização de vítimas de estupro, popularizado na internet, por exemplo, a partir da campanha “Eu não mereço ser estuprada”, lançada pela jornalista Naná Siqueira no Facebook, a qual teve adesão de pelo menos 45 mil usuários⁶⁶.

Em sua narrativa, Carolina destaca esse processo de culpabilização por comportamentos violentos masculinos: “várias vez eu fiquei sabe assim também me culpando sabe, porque eu fiquei pensando, porque que eu não dormi com mais coberta sabe, porque que eu não fiz isso, entendeu... mas tipo, os cara que é safado também entendeu...”⁶⁷. Após minha interferência afirmando que não era culpa dela, ela narra essa culpabilização vinda também por parte de outras pessoas: “Sim, mas aí até você explicar, entendeu, a mulher que é errada, entendeu, a mulher que é errada (...) e aí se o cara abusa de você e tudo, não dá nada pra ele, entendeu, não dá nada... ninguém faz nada, entendeu porque o povo ‘ah cê tá na rua cê sabe

⁶⁴ Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido na segunda cena, p. 85-86.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-03/criadora-da-campanha-nao-mereco-ser-estuprada-quer-debater>. Acesso em: 31 ago. 2020.

⁶⁷ Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido na segunda cena, p. 71-72.

como a rua é, cê vai ficar usando short na rua?’ tá, mas e o calor, que nem hoje mesmo, olha o calor que tá...”⁶⁸, afirmou mostrando a calça que vestia.

É possível pensar, a partir disso, nas consequências de uma não adequação às normas sociais de gênero, como proposto por Butler (2019a, p. 217): “gêneros discretos são parte das exigências que garantem a ‘humanização’ de indivíduos na cultura contemporânea; e aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são regularmente punidos”. Assim, as mulheres que vivem nas ruas, ao não se encaixarem na imagem da mulher ideal compartilhada, podem sofrer consequências dessa não adequação.

A violência dirigida às mulheres de rua, tidas como “vagabundas”, denunciada por Carolina e por outras mulheres, pode ainda ser colocada em paralelo às designações atribuídas às mulheres negras durante o período escravagista e às práticas de violência sexual a elas dirigidas. Segundo bell hooks (2019a), que abordou as representações da mulher negra escravizada nos Estados Unidos, o mito de que as mulheres negras eram imorais e sexualmente desinibidas sustentou a sua exploração sexual não apenas durante a escravidão, como também depois dela, tendo ainda impactos sobre as representações e sobre os corpos das mulheres negras:

a designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema de escravidão. Mulheres e homens brancos justificaram a exploração sexual de mulheres negras escravizadas, argumentando que elas iniciavam o envolvimento sexual com homens. Desse pensamento, emergiu o estereótipo de mulheres negras como selvagens sexuais e, em termos sexistas, uma selvagem sexual, não humana, animal não é estuprada. (HOOKS, 2019a, p.93)

Segundo a autora, apesar desses estereótipos da mulher negra, as narrativas e os diários de escravizados do século XIX que analisou indicam que elas não eram mais sexualmente “libertas” do que mulheres brancas, mantendo o ideal difundido do valor da virgindade e da moral sexual aceitável. A autora aponta ainda como essa classificação continuou operando mesmo após o fim da escravidão, sendo sustentada por um sistema de representações que impediam mudanças no status social dessas mulheres, como aponta Gerda Lerner:

todas as mulheres negras eram, por definição, vagabundas, de acordo com essa mitologia racista; sendo assim, violentá-las e explorá-las sexualmente não era repreensível e não tinha como consequência qualquer das sanções comuns normais contra tal comportamento. Uma grande variedade de práticas reforçava esse mito: as leis contra casamento inter-racial; a negação do título “srta.” ou “sra.” para qualquer mulher negra; os tabus contra uma digna mistura social de raças; a recusa em permitir que clientes negras experimentassem roupas nas lojas antes de fazerem a compra; a determinação de um banheiro para pessoas negras de ambos os sexos; a diferença em

⁶⁸ Trecho da entrevista com Carolina, reproduzido na segunda cena, p. 85-86.

sanções legais contra estupro, abuso de menores e outros crimes sexuais, quando cometidos contra mulheres brancas ou negras (LERNER apud HOOKS, 2019a, p. 104).

Esse processo pode também funcionar a partir de uma tolerância do grupo à violência cometida contra a mulher, como relata uma entrevistada do relatório do Estimar: “eu vejo o cara socando a menina, ninguém pode fazer nada porque, na lei deles, é assim que funciona. Eu estou aprendendo isso agora.” (Nice) (ESTIMAR, 2019, p. 34). Pode ainda se manifestar em certa tolerância das próprias mulheres a outras formas de violência, como apontam Rosa e Brêtas (2015):

Essas mulheres adquiriram certa tolerância a formas não físicas de violência. Quando questionadas a respeito das violências que sofreram, nas ruas ou fora delas, relataram, quase sempre, situações de agressão física e/ou sexual. Mas, no decorrer de suas falas, inúmeras outras situações de violências psicológicas, verbais, negligências são relatadas como fatos de menor importância, mesmo sendo responsável por grande sofrimento (ROSA E BRÊTAS, 2015, p. 278).

Em algumas das falas apresentadas ao longo deste capítulo, porém, muitas mulheres não apenas percebem essas formas de violência como as denunciam, como faz Carolina. O reconhecimento dessa violência, que pode ser de ordem moral, ainda que não consciente e deliberada, é fundamental, porque, como afirma Bandeira (2019), “trata-se da argamassa para todos os outros tipos de violência de gênero, podendo ocorrer sem ofensa verbal explícita, por meio de gestos, atitudes ou olhares, uma vez que se inscreve no ambiente costumeiro” (BANDEIRA, 2019, p. 303).

4.5 Violência feminina

Os relatos e dados apresentados de mulheres em situação de rua como vítimas de violência não podem, porém, fazer supor que ocupem exclusivamente o lugar de vítimas em relações de violência nem que haja uma pretensa harmonia entre as mulheres que estão em situação de rua. Apesar de a violência praticada por mulheres não aparecer na narrativa de Carolina, será feita uma exceção neste capítulo ao acrescentar este tópico, não apenas porque ele aparece na fala de outras mulheres e se relaciona com a temática geral abordada pela entrevistada, mas também por entender que abordar a construção dessas mulheres apenas a partir de uma condição de vítima da violência seria simplificar um problema de ordem mais complexa.

Além disso, parto do pressuposto defendido por bell hooks (2019b) de que não é possível a construção de uma sociedade não-violenta sem tratarmos dessa violência em diversos aspectos, incluindo a violência feminina. Nas palavras da autora, essa deveria ser uma postura feminista que, ao invés de reforçar os estereótipos sexistas do homem como violento e da mulher como dócil e frágil, deveria dar mais atenção a como a lógica violenta pode ser sustentada também por mulheres. Segundo a autora, manter tais estereótipos

nos leva a ignorar o quanto as mulheres (e os homens) dessa sociedade aceitam e perpetuam a ideia de que é normal que um partido ou grupo dominante mantenha o poder sobre os dominados pelo uso da força coercitiva. E nos leva a negligenciar ou ignorar o fato de que as mulheres também exercem autoridade coercitiva sobre outras pessoas ou agem de forma violenta. O fato de que as mulheres não cometem violência com tanta frequência quanto os homens não nega a realidade da violência feminina. Precisamos admitir que os homens e as mulheres dessa sociedade são grupos distintos que apoiam, cada um a sua maneira, o uso da violência. Somente a partir desse reconhecimento haveremos de encontrar alternativas para mudar esse estado de coisas (HOOKS, 2019b, p. 176).

Nas conversas durante o trabalho de campo, brigas e violências entre mulheres foram temas recorrentes. Ainda em Campinas, recordo da conversa, também registrada no meu caderno de campo, com uma mulher que me contava sobre uma menina que ia uma vez por semana a um centro de acolhimento para fazer a unha das mulheres que desejassem. Ela, então, olhou para a sua mão, suja e machucada, e me disse: “machuquei socando a cara de uma mulher em uma briga. A droga desperta um lado muito ruim da gente”.

As drogas também são associadas à violência por outras mulheres, como em falas presentes no relatório do instituto Estimar: “ah, é muita briga, muita. É aquilo: eu sou melhor, eu posso mais. Tudo gera briga, treta, principalmente quando estão drogadas” (ESTIMAR, 2019, p. 28). Ou ainda em: “com algumas dá para dialogar, mas outras a droga já afetou tanto a vida delas que você fala um bom dia e elas já te olham de forma agressiva” (ESTIMAR, 2019, p. 28).

Mas violência é destacada por várias mulheres nas relações entre elas também em outros contextos. Conceição abordou mais de uma vez a sua presença nos abrigos femininos em falas como “as mulher guerreia por tudo, pra usar o banheiro, pra usar a máquina de lavar, pra comer, sabe, os próprios educador faz com que nós agrida uma a outra, eles não tem treinamento, não tem qualificação nada”⁶⁹ ou como “a gente tem aqui na Brigadeiro a mulher morta a facada, já tem uma foto minha com olho roxo, eu tava na lavanderia e levei um soco no olho, então a gente sente mais segura na rua do que no abrigo”⁷⁰.

⁶⁹ Trecho da primeira entrevista com Conceição.

⁷⁰ Idem.

A relação entre as mulheres que vivem em situação de rua foi pauta também da pesquisa feita pelo instituto Estimar e a violência foi destacada em várias falas reproduzidas no relatório. De acordo com o documento, foi quase unanimidade nas respostas das entrevistadas o relato das dificuldades nas relações entre as mulheres que vivem nas ruas, exemplificada em algumas delas:

Aí você pegou, com as mulheres a relação é mais difícil ainda. É muito ciúme, uma quer ser mais bonita do que a outra, mais chique que a outra. (Maia) [...]
 Não tem muito clima. São pouquíssimas mulheres, uma disputa enorme. Querem ser umas melhores que as outras. Eu não entendo isso. (Penélope) [...]
 Ah, dá muita encrenca, por causa de marido, de macho. Não tem como ter união, mulher é muito folgada. (Ilíone) [...]
 Tem preconceito, quando chega pessoa de fora, fica tudo com o pé atrás, as que são casadas já começam a vir pra cima. É preciso dialogar. (Melissa) (ESTIMAR, 2019, p. 28).

São destacados, assim, sentimentos de competição entre as mulheres, muito ligados à disputa por homens na rua e percebidos também, por pelo menos uma delas, como um preconceito praticado entre muitas das mulheres na rua. Outra entrevistada relata ainda de outra forma essa desconfiança: “A gente não confia na outra mulher da rua, né? Ela também tá jogada que nem eu, então eu tinha medo da outra, né?” (ESTIMAR, 2019, p. 35). Assim, é importante ressaltar que as mulheres também reproduzem preconceitos e exercem relações de poder, as quais são, muitas vezes, pautadas pela violência. Além disso, o fato de terem vulnerabilidades específicas de gênero não implica necessariamente em uma união entre as mulheres, apesar de uma das entrevistadas do relatório ter destacado a sua importância:

Existem momentos de identificação e simpatia. Porque para conquistar uma amizade, tanto trans quanto as mulheres mesmo, é um pouco sofrido, mas a luta eu acho que é a mesma. A gente precisa querer se relacionar, para não criar conflitos, porque existe violência (Dione) (ESTIMAR, 2019, p.28).

Assim, retomo hooks (2019b, p. 186) para frisar que “(...) os esforços para acabar com a violência masculina contra a mulher só serão bem-sucedidos se fizerem parte de uma luta maior para acabar com todas as formas de violência”. Nas palavras da autora,

não devemos mais agir como se os homens fossem os únicos responsáveis pelos atos de violência, os únicos a aceitar a violência, a criar a cultura da violência. Como mulheres, não podemos fugir da responsabilidade de reconhecer a contribuição das mulheres a essa cultura da violência. (...) Se por um lado não precisamos diminuir a gravidade do problema da violência masculina contra as mulheres e da violência masculina contra nações e o planeta como um todo, precisamos reconhecer que as mulheres e os homens construíram juntos, nos Estados Unidos, uma cultura da violência e juntos precisam transformar e recriar essa cultura. Mulheres e homens precisam se opor ao uso da violência como um meio de controle social em todas as suas manifestações: guerra, violência masculina contra a mulher, violência adulta

contra crianças, violências jovens, violência racial etc. com adesão em massa, um movimento assim poderia ser um catalisador do processo de conscientização da necessidade de se acabar com a dominação masculina sobre as mulheres, num contexto em que estamos trabalhando para erradicar a ideia de que estruturas hierárquicas deveriam ser a base das interações humanas (HOOKS, 2019b, p.193).

Da mesma forma, acredito, seria necessário pensar as relações violentas no contexto brasileiro, sem deixar de considerar, porém, neste caso, como elas funcionam em um contexto de extrema vulnerabilidade e exposição dos corpos como é o da vida na rua, no qual o uso da força coercitiva e da violência são muitas vezes adotados como mecanismos de proteção, como narram as participantes a seguir. Fazendo referência a Espinheira (1993), citado por Tiene (2004, p.20): “a rua impõe regras, tem sua ética própria: cooperação e solidariedade, agressividade e competição, componentes necessários para a sobrevivência, para a individualização”. Essa é, portanto, uma das bases da complexidade das relações na rua em que a violência se manifesta, que marca os desafios de se combatê-la.

4.6 Estratégias de sobrevivência na rua

Se a violência é uma realidade com a qual mulheres em situação de rua narram precisar lidar, seja por parte de homens, em situação de rua ou não, ou de outras mulheres, resistir a essa violência passa a ser uma questão crucial de sobrevivência na rua, podendo a postura violenta ser adotada também como mecanismo de proteção, como apontado anteriormente. Algumas falas reforçam a adoção da agressividade com esse fim:

Na vida a gente aprende: quem bate mais, apanha menos (Melissa).

A gente precisa dar uma de doida, mas de doida a gente não tem nada. Quando eu chego, as pessoas falam: cara, não mexe com essa mulher, ela é louca. Ela é assim com o PCC. Eu falo: tá falando de mim, é? Já cuidou da sua vida hoje? Vai cuidar da sua vida, senão eu lhe arrevento. Duvida? (Tália) (ESTIMAR, 2019, p. 40).

Além disso, aprender a lutar também pode ser uma estratégia de defesa, como Carolina narra ainda em outros momentos da entrevista:

Eu sempre gostei de esporte, sempre gostei bastante de luta né, de futebol, de corrida. Às vezes, quando aparece algum lugar que eu consigo fazer gratuitamente, eu participo. Teve uma maratona uns dias atrás e eu participei, mas faz tempo. Eu comecei a gostar das lutas marciais por causa da rua mesmo né, é muita violência na rua e, se você não sabe se defender, você apanha, você sofre na rua. Eu comecei mais por isso... e aprendi com as pessoas mesmo, apanhando. Outro dia um pessoal falou: “ah, vocês tem que aprender a fazer defesa pessoal”. Aí eu já comecei a fazer, já gostei. Graças às lutas que eu fiz, Muay Thai e Jiu Jitsu, eu já me livre de apanhar de muita gente.⁷¹

⁷¹ Trecho de entrevista com Carolina.

Mas há outras formas de proteção, às vezes mais sutis, narradas pelas mulheres para tentar se esquivar da violência. Elas podem envolver, por exemplo, a escolha de como se vestir, como no caso de Carolina, que relata em outro trecho da entrevista que não usa *shorts* “porque os cara já mexe eu com roupa assim normal, entendeu, aqui, se cê põe uma roupa que cê gosta, uma coisa assim que começa chamar um pouco de atenção, solta os cabelos, se maquia qualquer coisa já é motivo pra você ser abusada, sabe”⁷². Já uma mulher entrevistada pelo relatório “Mulheres Sem Teto em Situação de Rua” afirma que utiliza roupas masculinas, tentando assumir uma aparência mais masculinizada para se proteger: “aí comecei a vestir roupa de homem, que é um costume até hoje. É uma estratégia.” (Maia) (ESTIMAR, 2019, p. 40). Para outra entrevistada, ser “metade homem, metade mulher” garante maior proteção: “alguns homens são ruins, alguns querem explorar, só que como eu sou metade homem, metade mulher, eu já comando.” (Dafine) (ESTIMAR, 2019, p. 40). Carolina também relata recorrer a uma “aparência lésbica” como forma de proteção: “o futebol eu faço mais porque, aqui na rua, se a mulher joga futebol, ela é sapatão, aí se você joga, os caras já não mexem com você”⁷³.

Tiene (2004) também reconheceu a aproximação de vestimentas e comportamentos tidos como masculinos no seu contexto de pesquisa:

as meninas adolescentes, que estão na rua já há algum tempo, apresentam características muito semelhantes às dos meninos, tanto no desenvolvimento físico como no modo de se vestir. Tem corpo mais forte, usam boné, short e camiseta. São muito ágeis e agressivas quando enfrentam uma discussão, parece que esses traços masculinos ajudam na defesa pessoal. Ao mesmo tempo, elas são muito afetuosas e carinhosas em companhia do namorado e/ou das crianças (TIENE, 2004, p. 137).

Ter um companheiro parece ainda ser uma forma de proteção para algumas mulheres, como duas que são entrevistadas pela pesquisadora e pelo Instituto Estimar (2019). Na visão de uma delas, porém, ter um companheiro pode ser se proteger da violência de outros homens, enquanto se submete a de um:

É bom ter uma pessoa firmeza do lado, mas não um pé de cana ou um nóia, que aí não é respeitado. (Gaia)
É doloroso, porque albergue pra mulher não tem. Sem um companheiro, você fica vulnerável na rua, estupro. Mas eles também agredem. (Ilíone) (ESTIMAR, 2019, p. 40).
Na rua o homem sabem se proteger. A mulher não. Você tem que arrumar um companheiro porque senão os caras se aproveitam de você. Ainda mais vendo uma mulher na rua! Um companheiro te bate, te dá “porrada”, mas te protege. Senão aparecem outros e aí não é fácil. Quando estão drogados se aproveitam da gente (TIENE, 2004, p. 137).

⁷² Trecho da entrevista com Carolina.

⁷³ Idem.

Tal prática, contudo, não foi encontrada entre as mulheres entrevistadas por Rosa e Brêtas (2015) que afirmavam escolher seus parceiros por afeto, afinidade de objetivos de vida, semelhanças nos modos de vida nas ruas ou por atração física e desejos sexuais. Segundo os autores, as mulheres ouvidas relataram poder escolher e até trocar de parceiros com certa facilidade pela quantidade maior de homens nas ruas, o que permitia serem menos tolerantes às agressões praticadas pelos companheiros. Os autores destacam, porém, o fato algumas mulheres terem relatado temor e dificuldade para romper com uma relação violenta por serem ameaçadas de morte.

O período da noite e, especialmente, o sono são relatados por muitas mulheres como o momento de maior vulnerabilidade, por isso exigem vigilância constante. Em São Paulo, ouvi e registrei no meu caderno de campo a fala de uma mulher que me disse que “na rua, você não dorme, você cochila”. Outras mulheres, como as entrevistadas por Rosa e Brêtas (2015) fazem relatos que traduzem o medo nesse momento:

A noite dormia na rua, às vezes nem dormia. Às vezes ficava acordada a noite inteira com medo. Como já passou várias vezes na televisão, gente, mendigo que estava dormindo na calçada e passou as pessoas e botou fogo nele, tudo. Fora outras coisas também que pode, tem homem ou mulher também que pode te abusar, ou matar por nada” (Vitória, 25 anos, oito em situação de rua).

Já, já fiquei na rua. A noite que eu dormi na rua eu me senti como uma barata. Eu não consegui dormir, eu vi um cara deitar na praça e eu fiquei por ali toda assustada” (Paula, 41 anos, dez em situação de rua) (ROSA E BRÊTAS, 2015, p. 279).

Nesse contexto, há quem prefira dormir durante o dia: “é melhor dormir durante o dia, quando tem gente na rua. E a noite ficar acordada.” (Hemera) (ESTIMAR, 2019, p. 40). Já Carolina narra uma prática bastante frequente entre a população em situação de rua, não apenas mulheres, que é a de dormir em grupos como forma de proteção: “a gente dorme um monte de gente junto né, porque se não, se mexer com um né, aí o outro acorda, se defende, se ajuda né...”⁷⁴. Dormir sozinha é sempre um risco: “várias vez eu tava dormindo sozinha, cê acorda tem um cara do seu lado sabe... mexendo com você... na hora assim cê não tem nem reação sabe?”⁷⁵.

Portanto, a partir do relato de Carolina e das outras vozes apresentadas neste capítulo, é possível ver como a rua (apesar de não só ela) é frequentemente narrada como espaço de violência. Nas palavras de Butler (2019b),

a violência é certamente uma mancha terrível, uma maneira de expor, da forma mais aterrorizante, a vulnerabilidade primária humana a outros seres humanos. É uma

⁷⁴ Trecho de entrevista com Carolina.

⁷⁵ Idem.

forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade do outro, um modo em que a própria vida pode ser expurgada pela ação intencional do outro. Na medida em que cometemos violência, estamos agindo no outro, colocando o outro em risco, violando o outro, ameaçando expurgar o outro. De certa forma, todos nós vivemos com essa vulnerabilidade particular, uma vulnerabilidade ao outro que faz parte da vida física, uma vulnerabilidade a um chamado repentino vindo de algum lugar que não podemos antecipar. Essa vulnerabilidade, no entanto, torna-se altamente exacerbada sob certas condições sociais e políticas, especialmente aquelas em que a violência é um modo de vida e os meios para garantir a autodefesa são limitados (BUTLER, 2019b, p. 49).

Assim, para a autora, existem vidas que são apoiadas e mantidas diferentemente, de modo que haja também diferentes formas pelas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída. Mas Butler (2018), ao tratar de uma visão da vulnerabilidade da mulher a partir da qual se solicita uma proteção paternalista, a opõe à ideia de que “as mulheres são ao mesmo tempo vulneráveis e capazes de resistência, e que a vulnerabilidade e a resistência podem acontecer, acontecem, e até mesmo devem acontecer ao mesmo tempo (...)” (BUTLER, 2018, p.155). Do mesmo modo, as vozes que narram aqui violências sofridas, narram também resistências a elas. Denunciar as violências, como mostram os relatos, não as faz necessariamente livres dela. Mas narrá-las pode ser a forma que algumas delas encontram para continuar sobrevivendo.

CAPÍTULO 5 - Terceira cena: autodefinição – entre sobreviver e sonhar

A última cena reproduzida neste trabalho foi também, cronologicamente, a última gravada dessa sequência. Ela faz parte de uma segunda entrevista que realizei com Conceição em outra ida minha a São Paulo. Estávamos nas redondezas da Praça da Sé aguardando uma amiga de Conceição que havia vivido em situação de rua e que ela me apresentaria, mas essa amiga não apareceu. Aproveitei esse momento para pedir a Conceição uma segunda entrevista, na qual pretendia retomar alguns pontos narrados por ela na primeira e também nas conversas informais tidas até então. Queria retomar, entre outros aspectos, a vida dela antes da ida de Macaé ao Rio, ida essa que havia marcado, no relato dado na primeira entrevista, um processo de transição para a rua. Começo, porém, formulando uma pergunta equivocada: “você veio de Macaé?”. Como havia mencionado na primeira entrevista, ela era natural do Rio e logo me corrigiu. Mas esse processo de ida a Macaé não havia aparecido na primeira narrativa - Conceição havia optado por contar sua trajetória até a rua a partir de um momento posterior, quando já estava em Macaé e resolveu voltar para a cidade natal.

Mas, a partir dessa pergunta equivocada, Conceição apresenta brevemente outros episódios de sua vida e, ao acrescentar à sua trajetória novas informações, reforça o quão pouco, na verdade, sabemos dela por meio dos depoimentos concisos coletados. Também nesse momento, Conceição retoma e reconstrói algumas imagens de si que contribuem para entendermos como pretende se definir perante a mim, enquanto pesquisadora e interlocutora, e ao público (imaginado) deste trabalho. Esse processo de autodefinição é central não só em sua narrativa, mas também na de Carolina, nas das outras mulheres com quem conversei e nas das mulheres que foram entrevistadas por outros pesquisadores.

Segundo Patricia Hill Collins (2019), expoente do feminismo negro norte-americano, “a autodefinição responde à dinâmica de poder envolvida na rejeição das imagens controladoras e definidas externamente da condição de mulher negra” (COLLINS, 2019, p. 295). Para a autora, estão entrelaçadas aos esforços da autodefinição a busca por sair do silêncio em direção à linguagem e, então, à ação individual e em grupo. Nesse sentido, a partir dessa busca, a autodefinição é entendida aqui como um ato tanto de sobrevivência – já que, em muitos momentos, ela é ferramenta para se proteger e para se impor - quanto de sonho – já que é a partir dela também que se projetam.

Dessa forma, as representações que fazem do passado, enquanto memórias construídas do que se foi, e do futuro, como aquilo que se imagina ou que se gostaria de tornar

a ser, constituem o que Arfuch (2010, p. 124), em diálogo com Benveniste, trata como “caráter essencialmente narrativo e até testemunhal da identidade, ‘visão de si’ que só o sujeito pode dar sobre si mesmo – independentemente de sua verdade referencial”. Elas são articuladas nas construções de si a fim de incorporar ou rejeitar representações externas, e de formular novas representações.

Essas representações constroem ainda imagens de um “ser mulher”: que mulher querem ser? Quais imagens de feminilidade rejeitam ou adotam? Elas dialogam também, portanto, com as representações narradas ao longo deste trabalho sobre diversos temas, que revelam também visões de si e dessa realidade social, exploradas neste capítulo.

5.1 Terceira cena: fragmento da segunda entrevista com Conceição

- *Você veio de Macaé?*

Não, eu sou natural do Rio. Nasci no Rio de Janeiro, aí certa altura da minha vida eu vi um, peguei o jornal de domingo, eu tenho o hábito de leitura né, eu falei que eu gosto de livros e ler jornal, aí o jornal de domingo tinha a foto de uma mulher na Petrobrás dentro da plataforma, com capacete, uniformizada, e eu queria muito ser uma mulher assim sabe, poderosa, a frente dos meus tempo, porque a minha família só botava eu pra limpar a casa, limpar casa, tipo a cinderela, e.. foi aí que eu resolvi sair de casa.

- *Isso você tinha quantos anos mais ou menos? Lembra?*

Ah eu não consigo lembrar não, eu resolvi sair de casa e eu já tava fazendo supletivo perto de casa, ou seja, eu terminei a sétima série e a oitava em um ano, aí eu saí de casa e fui estudar idioma na Faetec e informática. E eu nunca, até assim uns 25 anos, 28, 29, que era essa época, acho que eu tinha uns 29, eu não tinha tido nenhum contato com computador, nenhum, aí eu fui estudar na Faetec, na Central do Brasil, isso no Rio de Janeiro, e também idioma e, como eu falei, eu morei fora um tempo da minha vida, então eu tinha a fluência, mas não tinha o diploma, então eu entrei na Faetec pra me aperfeiçoar, isso na Central do Brasil no Rio de Janeiro. Foi quando eu vi esse anúncio das mulheres na Petrobrás no jornal de domingo e falou que a cidade de Macaé tinha muita carência de pessoas que falava idioma. Nessa época, eu entrei no curso de Francês na Faetec e de informática e havia terminado o primeiro grau, supletivo. Saí de casa, novamente, eu saí de casa com 13 anos, depois eu saí de casa com essa idade, que eu tive depressão, com 25, 28... a mesma família que me deixava deprimida, minha tia, meu tio e as filhas deles, eu era uma serviçal e assim que eu

resolvi pesquisar a cidade de Macaé. Aí a Faetec entrou em greve e eu juntei meus trapo, umas coisas, comecei a pesquisar, vi que lá era um lugar petrolífero, tinha muitas multinacionais, aí eu peguei e fui pra cidade de Macaé, aí lá que começou a minha vidinha de... trabalho né. Já deixei essa parte da prostituição, que até que eu tava estudando na Faetec eu fazia programa sabe, e às vezes eu chegava na escola bêbada, não entendia o que o professor de informática falava, tava sempre bêbada né, que eu tinha que trabalhar à noite, e aí os cursinhos caía de manhã, aí eu aproveitei e fui lá pra cidade de Macaé, que é uma região petrolífera, e aí lá começou a minha libertação, minha vida de trabalho, aí passei ir pra Igreja lá, entendeu? Consegui uma casa cedida, fiz o segundo grau lá, o EJA...entendeu? Aí foi essa história que eu contei pra você depois que eu voltei de Macaé que eu passei no Enem, já voltei com o diploma, já voltei segura e crente que eu ia pra faculdade né.

5.2 “Pra uma pessoa que não era nada como eu...”

Na primeira cena apresentada neste trabalho, os estudos já têm um papel importante na narrativa de Conceição: eles aparecem no sonho de cursar Letras e nos livros que relata ter carregado consigo quando mudou de Macaé para o Rio de Janeiro. No trecho reproduzido acima, essa importância é reiterada, evidenciando um engajamento seu em reforçar a construção de sua imagem ligada à valorização da leitura e dos cursos que fez. Nesse caso, a menção que faz a um jornal é utilizada por ela como gancho para reforçar essa imagem: “(...) peguei o jornal de domingo, eu tenho o hábito de leitura né, eu falei que eu gosto de livros e ler jornal, aí o jornal de domingo (...)”⁷⁶.

Ainda na análise da primeira cena, apresentei outro trecho que faz parte da segunda entrevista para abordar os objetos que possuem carga simbólica (e, muitas vezes, carregam memórias pessoais), mas que vão sendo perdidos num processo de desenraizamento com a ida às ruas, como Conceição relata em relação a seus diplomas. Naquele momento, já apontei a importância que eles têm em sua fala na construção de uma imagem própria, mas reproduzo novamente o trecho para destacar outro aspecto:

Ah o que eu mais peguei foram meus diploma, é uma pasta sabe, eu tinha já uns vinte diploma, pra uma pessoa que não era nada como eu, falava, o tio falava que eu não ia ser nada na vida, e aí eu ter meus diploma, porque todo emprego que eu arrumava eu tinha que falsificar o ensino médio, pra trabalhar em telemarketing, tudo, eu tinha que falsificar o ensino médio né, aí o meu diploma.. acho que do ensino médio e uns outro de inglês, tudo...⁷⁷

⁷⁶ Trecho da primeira entrevista realizada com Conceição, reproduzido na primeira cena, p.64-65.

⁷⁷ Trecho da segunda entrevista realizada com Conceição.

Nessa fala, Conceição evidencia que há uma imagem contra a qual quer lutar ao se afirmar como estudiosa: a de alguém “que não era nada”⁷⁸, representação imposta, em sua narrativa, por seu tio. Faz parte dessa construção os cursos que narra ter feito, como francês e informática, e os diplomas que deles conseguiu (e seu valor frente aos diplomas que relata ter falsificado para conseguir um emprego). Faz parte também o esforço que narra, em outro trecho da entrevista, para continuar estudando na rua: “(...) sempre estudei na rua, leio livro, participo de café literário, montei algumas bibliotecas na favela, faço pré-vestibular...”⁷⁹. Tais práticas estão associadas à tentativa de ser um exemplo para outras pessoas em situação de rua, como demonstra em seguida: “aqui em São Paulo eu frequento as bibliotecas que tem sabe, pra mim estudar né, que a gente tem que dar o exemplo pras pessoas, frequento as biblioteca...”⁸⁰.

Em falas de mulheres entrevistadas pelo relatório do instituto Estimar, a relação com os estudos é narrada de diferentes formas, que em alguma medida se aproximam das diferentes relações de Conceição com os estudos. Algumas contam por que pararam de estudar: “estudei até a 8ª série, aí tava difícil, fui trabalhar como doméstica para ajudar meu pai” (ESTIMAR, 2019, p. 13); “estudei até o 1º ano do ensino médio, larguei porque eu virei travesti e fiquei com receio dos meus amigos” (ESTIMAR, 2019, p. 13); “eu parei no último ano do colegial. Eu gostava, mas aí com o lance das drogas...” (ESTIMAR, 2019, p. 13). Há também quem relate ter estudado mesmo no período em que esteve na rua, como também narrou Carolina: “Eu estudava mesmo morando na rua, eu ia pra escola” (ESTIMAR, 2019, p. 13).

Para algumas mulheres, os estudos são mencionados como pertencentes ao passado, como na seguinte fala: “eu ficava numa escola dois, três meses, depois passava pra outra. Era sempre assim, uma troca de escola, mas eu adorava estudar” (ESTIMAR, 2019, p. 12). Já outras narram que a prática de ler e escrever continua e a vontade de querer mostrá-la parece grande, como na narrativa de Conceição: “gostava muito de Português. Gosto de ler e escrever. Tanto é que eu estou sempre com um livro, olha [mostra um livro na sacola que carrega]”. (ESTIMAR, 2019, p. 12). Há ainda aquelas para quem o estudo está em uma projeção de futuro, como Carolina, que relatou o desejo de fazer um curso para ser bombeira, e outra participante do relatório - “eu gostava de estudar. Ainda tenho vontade de fazer faculdade de educação física ou veterinária” (ESTIMAR, 2019, p. 13).

⁷⁸ Trecho da segunda entrevista realizada com Conceição.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

Mas, no trecho em destaque neste capítulo, Conceição associa também, pela primeira vez desde que nos conhecemos, seus estudos a um período de prostituição e de consumo de álcool:

aí lá que começou a minha vidinha de... trabalho né. Já deixei essa parte da prostituição, que até que eu tava estudando na Faetec eu fazia programa sabe, e às vezes eu chegava na escola bêbada, não entendia o que que o professor de informática falava, tava sempre bêbada né, que eu tinha que trabalhar à noite, e aí os cursinhos caía de manhã, aí eu aproveitei e fui lá pra cidade de Macaé.⁸¹

Essa fala é marcada por uma hesitação de Conceição, registrada por uma breve pausa, representada graficamente pelas reticências. Ela não havia me narrado sobre prostituição nem sobre o consumo de bebida alcoólica anteriormente e é possível supor que se questionou, nesse momento, se deveria fazê-lo. A hesitação e o “apagamento” dessas informações podem revelar uma preocupação em tentar se preservar de julgamentos e de se desassociar de estereótipos comuns. Vale lembrar que, em sua primeira narrativa, relatou ter de provar que não usava drogas para conseguir uma vaga em um abrigo religioso. Tal hesitação pode revelar, assim, a preocupação com o que irá defini-la, presente também em seu esforço durante as entrevistas para se definir a partir dos estudos e de suas reivindicações pelas mulheres.

É possível ainda interpretar que a hesitação de Conceição foi um momento de reformulação de uma categorização a qual procurou não se enquadrar: em “aí começou minha vidinha de... de trabalho né”⁸² parece haver um processo de recategorização que evita a nomeação “prostituta”. Se a imagem da prostituta é a da “vagabunda”, é também a daquela que pode ter seu corpo violado, como discutido no capítulo anterior. Mas há também nesse trecho um movimento que pode ser o de se permitir narrar esses episódios, que começa com a menção à prostituição, a qual é logo associada ao consumo de álcool, em um primeiro momento a um uso eventual (“às vezes eu chegava na escola bêbada”), mas em seguida reformulado para um uso frequente (“tava sempre bêbada né”). Em alguma medida, parece haver nessa sequência um “permitir-se” contar sobre isso. Logo, porém, faz questão de registrar esses episódios como pertencentes ao passado, relatando que o trabalho e a Igreja são elementos que atuaram na sua libertação, termo que ela utiliza.

O empenho em se separar dessas imagens, entretanto, seja colocando-as no passado, seja não as tendo narrado até então, pode estar relacionado ainda à legitimação de sua fala e de sua posição de representante de uma causa feminina. Em outro momento da entrevista, ela fala

⁸¹ Trecho da segunda entrevista com Conceição, reproduzido na terceira cena, p.103-104.

⁸² Idem.

sobre a falta de legitimidade que sente para ter sua voz ouvida em eventos e a associa à sua posição social e à falta de diplomas:

Hoje mesmo eu tava pensando no encontro que vai ter hoje, se eu for eu vou dizer “eu quero ver qual dia que eu vou ver uma moradora de rua sentada aqui nessa mesa”, porque parece que é só gente que tem que ter um diploma pra tá sentado na mesa, entendeu? Enquanto que a gente tá numa tribo, num quilombo ou em situação de rua, nós não pode tá sentado numa mesa falando por nós mesmas, tem que ter algum diploma, tem que sair da rua tem que, parece um marketing, tá entendendo (...).⁸³

Assim, o diploma ganha outro sentido em sua fala, que é justamente a possibilidade de ter sua voz ouvida, considerada. Nessa interpretação, o diploma é a chave para “ser alguém na vida”, para se contrapor à representação feita por seu tio. Nesse sentido, o esforço de se associar aos estudos, ao longo das entrevistas, é também um esforço de autodefinição, de projetar uma imagem de si que vise legitimar o que tem pra falar, esforço necessário por essa legitimação estar longe de ser garantida. Collins (2019) afirma que, para as mulheres negras, quando sua própria sobrevivência está em jogo, criar autodefinições independentes se torna essencial. Nesse sentido, são essenciais as autodefinições criadas por Conceição e por outras mulheres que vivem nas ruas.

5.3 Autodefinição e representações de um “ser mulher”

Nasci no Rio de Janeiro, aí certa altura da minha vida eu vi um, peguei o jornal de domingo, eu tenho o hábito de leitura né, eu falei que eu gosto de livros e ler jornal, aí o jornal de domingo tinha a foto de uma mulher na Petrobrás dentro da plataforma, com capacete, uniformizada, e eu queria muito ser uma mulher assim sabe, poderosa, a frente dos meus tempo, porque a minha família só botava eu pra limpar a casa, limpar casa, tipo a cinderela, e.. foi aí que eu resolvi sair de casa.⁸⁴

A imagem que Conceição procura construir de si a partir da valorização dos estudos não pode ser separada das imagens de feminilidade que projeta para si e para outras mulheres. No trecho em questão há a representação de uma imagem de mulher ideal, aquela que sonhou ser, a qual é descrita por ela com certo detalhamento: trata-se de uma mulher em uma plataforma petrolífera, com um capacete e um uniforme. Conceição atribui sentidos a essa mulher que viu no anúncio do jornal: “poderosa”, “à frente dos meus tempos”. A imagem vista provavelmente é parecida com a reproduzida abaixo, disponível no site da Petrobrás.

⁸³ Trecho da segunda entrevista com Conceição.

⁸⁴ Trecho da segunda entrevista com Conceição, reproduzido na terceira cena, p.103-104.



Figura 1 - Mulher em plataforma da Petrobrás.

Fonte: <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/compliance-etica-e-transparencia/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Em termos simbólicos, tanto o capacete e o uniforme quanto o próprio local de trabalho e a possível função exercida remetem a um ambiente quase exclusivamente masculino há algumas décadas, o qual passa a ser recentemente mais ocupado por mulheres.⁸⁵ Também remetem a funções técnicas especializadas – aquelas que exigem uma formação própria e, portanto, um diploma.

No mesmo sentido, Carolina narra a vontade de exercer uma profissão que ainda hoje é majoritariamente masculina: “vou fazer um curso para ser bombeiro”, ela me diz. Em outro momento de sua fala, há um trecho que revela uma imagem associada por ela a essa função: “aí eu quero trabalhar em Helicóptero Águia”. Carolina ainda faz referência a outras profissões que gostaria de seguir: a de atriz e de cirurgiã geral, sendo que para essa última afirma ter se inspirado no Dr. Shepherd, um dos personagens principais da série norte-americana *Greys Anatomy*, a qual relata assistir com algumas pessoas que ficam ali na Praça: “ele é neuro, gosto bastante”. Em comum, as imagens construídas por Conceição e por Carolina estão relacionadas a imagens de poder, a partir de profissões com prestígio social e, algumas delas, ainda tipicamente masculinas.

Mary Beard (2018), em sua obra “Mulheres e poder: um manifesto”, defende que, por mais que existam hoje mais mulheres no poder do que há algumas décadas, o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua sendo masculino. Para sustentar sua tese, a pesquisadora da área de estudos clássicos retoma obras fundantes da cultura ocidental para mostrar como nelas o poder é centralmente associado ao masculino: “a questão é simples, mas

⁸⁵ Segundo informações disponíveis no site da Petrobrás, 16,3% dos cargos da empresa são ocupados por mulheres. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/carreiras/>. Acesso em: 02 set. 2020.

importante: até onde podemos recuar na história ocidental, há uma separação radical – real, cultural e imaginária – entre as mulheres e o poder.” (BEARD, 2018, p. 62). Como aponta a autora, mesmo hoje, grandes líderes mundiais mulheres recorrem a táticas como o uso de ternos e calças compridas e a alteração no timbre de voz para parecerem mais masculinas e, assim, procurarem ser mais associadas ao poder. A autora afirma ainda que “as mulheres no poder são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo a que não têm direito”, o que, em alguma medida, ressoa na imagem de Conceição de uma mulher “à frente dos tempos”.

Mas é importante ressaltar também que imagens como a reproduzida acima de mulheres em funções sociais de mais prestígio eram, há algumas décadas, impensáveis e que elas são produzidas a partir de novas percepções de si formuladas por mulheres, contribuindo também para outras novas formulações. Na fala de Conceição, por exemplo, ela contrapõe essa imagem de mulher à que lhe foi atribuída por sua família de “serviçal”, como se refere em outro momento. Em termos histórico-sociais, é principalmente a partir da década de 60 que foi fortemente reivindicada (na chamada segunda onda do feminismo) uma desnaturalização dos serviços domésticos como associados ao feminino. A reivindicação de que as mulheres pudessem ocupar outros espaços sociais, inclusive de prestígio, é processo ainda em disputa nos dias de hoje, mas está intimamente relacionada às representações subjetivas de mulheres, como as formuladas pelos sonhos de Conceição e de Carolina.

É significativo também (e marca desse processo histórico) como Conceição compara a sua situação à da Cinderela – personagem de conto de fadas que ganhou popularidade pela gravação da Disney e que foi explorada por sua madrasta até encontrar um príncipe encantado que a tira dessa condição e a transforma em princesa. Sem fazer referência a nenhum homem, em sua fala, a libertação dessa condição está justamente em ser uma mulher poderosa, “à frente dos seus tempos”. Essa pode ser também a imagem que constrói de “ser alguém”.

Nas falas de outras mulheres presentes no relatório do Estimar (2019), os sentidos projetados para si no futuro – a partir dos sonhos – também revelam muito dos ideais de mulher dos quais se ocupam. Há mulheres que narram, mais próximas aos relatos de Conceição e Carolina, que querem ser engenheiras, enquanto para outras, o maior sonho é poder voltar a cuidar do lar e da família.

Mas há na fala de Conceição (e também nas de várias mulheres) outras concepções de feminilidade que atuam na formulação e na apresentação de si, especialmente relacionadas à higiene pessoal e à vaidade nas ruas. No trecho reproduzido a seguir, Conceição apresenta uma formulação interessante sobre a invisibilidade da mulher na rua e sobre “não deixar de ser mulher” por estar na rua – concepção que passa, em sua fala, centralmente pela vaidade:

as pessoas nem enxerga as mulheres na rua, a população de rua é chamada de população invisível, mas as mulheres são invisível dos invisíveis, ninguém enxerga nós, e porque nós também não abre mão da beleza, a mulher mesmo sendo em situação de rua ela não deixa de tomar banho, ela não deixa de passar batom, passar um creme no cabelo, botar uma tiarinha, e isso a pessoa não entende, acha que a gente tá na rua tem que tá sujo, drogado, de pés descalço né. A mulher em situação de rua ela não abre mão da beleza, ela não deixa de ser mulher porque ela tá em situação de rua, só se ela estiver em um estado de depressão profunda e uma grande parte das mulheres em situação de rua jovem elas têm seus companheiro, então não tem como andar suja de jeito nenhum.

- Você acha que a vaidade continua?

Continua, na flor da pele, o que nós mais gosta de fazer é cabelo e batom, tanto que a minha metodologia é dar batom pras meninas e espelhinhos, elas fala que se sente outra, que depois que ganha espelhinho, que se olha no espelho né, uma terapia, gosta muito de creme de cabelo, chucinha, chuchão. Se você falar “ah vou te levar pra fazer cabelo”, você vê o sorriso assim estampado no rosto delas.⁸⁶

Há, assim, formulações sobre o que é ser mulher muito associadas a esse cuidado com a aparência – como em “passar batom”, “passar creme no cabelo”, “botar uma tiarinha”. Além disso, em sua concepção, as mulheres que têm companheiros “não tem como andar suja de jeito nenhum”. As que deixam de cuidar dessa aparência o fariam por estarem fora de si, “em estado de depressão profunda”, como narra uma das entrevistadas pelo instituto Estimar: “quando eu estou com depressão não sou vaidosa, não ligo nem pra maquiagem. Quero descobrir alguma coisa em mim que eu goste” (ESTIMAR, 2019, p. 51).

Chama a atenção, porém, o fato de Conceição enunciar que a mulher em situação de rua “não deixa de ser mulher”. Retomando o icônico discurso de Sojourner Truth (2019) que, no século XIX, insiste na pergunta “e eu não sou uma mulher?”, é possível considerar que essa afirmação revela a percepção de uma representação contra a qual se propõe a lutar – a de que as mulheres que vivem na rua seriam “menos mulheres”, imagem muito associada, em sua fala, à falta de asseio corporal e à vaidade – “e isso a pessoa não entende, acha que a gente tá na rua tem que tá sujo, drogado, de pés descalço né”⁸⁷. Ser vaidosa, nesse contexto, ganha o sentido de se afirmar enquanto mulher (e enquanto ser humano) perante a sociedade.

No relatório produzido pelo instituto Estimar, a questão da vaidade parece ter sido, nas entrevistas que geraram a publicação, associada à questão “do que mais as mulheres gostam nelas” e as respostas a essa pergunta ilustram concepções de feminilidade parecidas. Algumas reforçam e destacam o valor do cuidado com a aparência, que pode estar ligada às roupas usadas e ao cuidado com o cabelo:

Eu sou vaidosa. Gosto de usar roupas de jovem. Eu vou usar roupa de velha?
Sai pra lá. Gosto de calça apertadinha. (Tália)

⁸⁶ Trecho da primeira entrevista com Conceição.

⁸⁷ Idem.

Sou extremamente vaidosa. Eu ando bem arrumada, bem ajeitada, bem vestida e meu porte é bem educado. Às vezes, o povo até me manguêia na rua, achando que eu sou uma pessoa rica, por ser toda feita, toda plastificada, toda linda, maravilhosa. (Etra)

Miga, eu sou muito vaidosa, eu me preocupo muito com a minha imagem. Eu agora estou maconhada, estou muito acabada. Eu comecei a amar o meu cabelo cacheado, natural. Antes eu não aceitava ele assim. Eu tinha uma mãe cabeleireira que hidratava e fazia progressiva sempre. (Téia)

Eu tô bem relaxadinha, mas sou vaidosa. Gosto dos meus olhos e meu cabelo, que tá horrível agora, estava indo ao banheiro dar um jeitinho. (Hemera)

Muito, muito, muito vaidosa. Hoje, o que eu mais gosto é o meu cabelo, comprido. Me sinto empoderada através dele. E gosto de me maquiar bastante. (Dione) (ESTIMAR, 2019, p. 51).

Nessas falas, a preocupação com a imagem corporal parece estar muito associada ao cultivo da autoestima - que pode ser reforçada ao parecer ser uma pessoa rica, ao gostar do cabelo e ao se sentir empoderada por ele – assim, as mulheres que relatam um descuido com a aparência o classificam como um “relaxo” ou consideram estar “acabadas”. Tiene (2004) relatou uma percepção parecida na pesquisa que realizou:

o cuidado com o espaço ocupado e, também, com a aparência pessoal chamam a atenção. O cuidado com o corpo, como tomar banho e usar roupa limpa e combinada (fazem escolha das mesmas na Casa São Francisco), pode ser necessário para a correria. Pode refletir também a busca de autoestima, nesse processo de perdas sucessivas (trabalho, família, moradia, etc). Luisa lembra que ser mulher é isso, estar sempre bonita, limpa. Receber até elogios de pessoas na rua” (TIENE, 2004, p.120).

A autoestima está ainda relacionada, nas falas de outras mulheres presentes no relatório, a atributos de personalidade:

Sou mais ou menos vaidosa. O que eu mais gosto de mim? Ah, é o meu jeito, porque assim, onde eu chego, as pessoas gostam de mim. (Dafine)

Quando saio gosto de me arrumar. Mas gosto mesmo da pessoa que eu sou. Eu não faço seleções, pra mim, pessoa de rua, todos são iguais. (Thêmis)

Eu gosto de tudo, maquiagem, perfume. Simpatia e inteligência são as minhas qualidades. Gosto de ser perfeita em tudo, não gosto de coisa mal feita. (Leda)

Eu sou bastante vaidosa. E gosto de mim por dentro, porque eu tento ser a mais honesta possível, o máximo que eu consigo ser. (Penélope)

Nossa, tô morrendo por não ter dinheiro pra pintar o cabelo. Mas gosto mesmo é do meu coração. Sou boa, honesta, não discrimino ninguém. (Nice) (ESTIMAR, 2019, p. 50).

Assim, o cultivo da autoestima está associado a reconhecer e a sustentar atributos pessoais – a se autodefinir, portanto, perante o outro. Ele é ainda reconhecido como importante contra as representações impostas, como sintetiza uma das mulheres:

Gosto do meu sorriso. É preciso ter a autoestima alta porque a vida na rua não é fácil. As pessoas te humilham, te jogam no chão, te colocam pra baixo de um cachorro. Mexe muito com o psicológico. Como eu estudei um pouco de psicologia, eu tenho uma noção como funciona isso (Gaia). (ESTIMAR, 2019, p. 51).

Desse modo, se no capítulo anterior foram apresentadas imagens estigmatizantes contra as quais muitas mulheres em situação de rua procuram lutar (bem como as consequências dessas imagens em seus corpos e nas suas relações), as falas aqui apresentadas demonstram como a resistência a essas imagens só é possível a partir do que Collins (2019) chama de um forte autoconceito acerca de si mesmas – uma afirmação do valor próprio que contraria o valor atribuído a si pelos outros.

Tanto Conceição quanto Carolina apresentam, em suas narrativas, um esforço de lutar contra as representações que consideram que lhes são impostas ao viver na rua – esforçam-se para mostrar que “são alguém”, seja a partir dos estudos, da profissão sonhada, do cuidado com a aparência, da busca por uma liderança ou da denúncia e da explícita rejeição das imagens que lhes são atribuídas. Essas são as imagens que procuram destacar, colocar à frente da prostituição e do consumo do álcool, por exemplo, como faz Conceição, ou da própria condição de viver na rua.

Trata-se, portanto, fundamentalmente, de um esforço de busca por reconhecimento, que pode ser tanto uma ferramenta fundamental para a sobrevivência em um contexto de vida de extrema precariedade quanto alimentado pelos sonhos a partir dos quais projetam o passado e o que desejam para suas vidas no futuro. Por isso, talvez esteja na autorepresentação justamente a maior articulação entre sobreviver e sonhar.

“EU VOU ESCREVER UM LIVRO...”: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, procurei apresentar os percursos teóricos, metodológicos e práticos que compuseram esta pesquisa, de modo a ressaltar o trabalho de tecelagem⁸⁸ de memórias e, sobretudo, de representações que compõem não apenas as narrativas das mulheres entrevistadas, mas a sua articulação feita com perspectivas teóricas e com as vozes de outras mulheres (inclusive com a minha, enquanto pesquisadora).

Se a atenção às representações feitas sobre si e sobre a sua realidade social já era uma proposta central na pesquisa, os eixos da sobrevivência e do sonho ganharam destaque na medida em que passaram a estar entrelaçados a essas representações. A partir deles, foram apresentadas percepções sobre a ida às ruas, a passagem por albergues e por serviços assistenciais, a busca diária por alimentação e por proteção e a construção das relações com outras pessoas que vivem nas ruas ou fora delas. Cada uma das mulheres, em especial Conceição e Carolina que foram entrevistadas para este trabalho, relataram acontecimentos que fazem parte de suas trajetórias individuais, apesar de serem comuns em determinados contextos.

Conceição relatou o seu envolvimento com movimentos sociais, narrando vivências nas ruas que a levaram a defender causas específicas das mulheres que vivem nessa situação, denunciando negligências, como a falta de vagas em abrigos e de políticas de proteção contra violências. Além disso, em suas narrativas, Conceição procurou construir-se como líder de um movimento e como um exemplo a outras mulheres que vivem na rua, esforço sintetizado por ela no seguinte trecho:

- E você falou que procura ser um exemplo pra essas mulheres... como é o exemplo que você quer passar?

Primeiro que eu não mando a pessoa fazer nada, por exemplo, eu não falo assim ó “vai estudar, você tem que estudar, cê tem que fazer um curso”, eu vou lá, eu faço primeiro, pra depois eu falar pra ela fazer, tá entendendo? E quando ela faz ela já ela já tá mais mastigada, que ela encontra um apoio meu, é livro, é caderno, ensino dever pra ela na rua, uniforme, sabe e... eu procuro ser um exemplo de tudo né, de se cuidar, na área de saúde, aí chega “ai meu dente tá doendo”, aí eu vou com ela lá no médico sabe, o povo fala “ah você pega muito pela mão, você tem que desmamar elas”, elas fica muito dependente, não tem nada que eu falei pra uma mulher fazer que eu não tenha feito, né, a minha visão de líder é que ele vai na frente, o líder é um galo e os pintinhos vão atrás, né, só que eu tenho esse lado protetor, de eu querer todo mundo debaixo da minha asa, e isso estraga um pouco, por isso que eu me voltei também a essa parte do trabalho e renda que é muito importante, eu mesma tô tirando a minha credencial de ambulante, vender água, vender bala né, é.. qualquer coisa, trabalho de limpeza, mas eu sempre respeitei, pergunto o que você quer ser, na vida, porque pra mim não fizeram essa pergunta, na vida me impuseram, você

⁸⁸ Recorro novamente à expressão utilizada por Bosi (1979).

vai ser faxineira, você vai vai ser doméstica, tem um emprego ali de cozinha, auxiliar de cozinha, então eu tenho esse respeito de perguntar o que que você queria ser na vida, o que que você sonha em ser né, tanto que a Érica que tá no segundo grau agora, ela fala que vai ser defensora pública, e todo mundo fala “tu acha que ela vai ser?”, né, aí eu tenho que dar asas à imaginação dela né, tenho que dar apoio né...”⁸⁹

Tal construção associa-se ainda, nessa fala e em outras apresentadas ao longo do trabalho, à valorização do estudo e à afirmação de si enquanto estudiosa. Do sonho que tinha de cursar Letras aos livros que narra ter carregado e perdido nas ruas e aos cursos que relata ter feito, os estudos parecem ganhar seu sentido principal na concretização de um diploma – é ele que permitiria sentar-se à mesa de uma conferência, trabalhar em uma plataforma de petróleo e, assim, ser não apenas uma “mulher à frente dos tempos”, mas, simplesmente e mais importante, “ser alguém”. “Ser alguém” envolve narrar no passado a prostituição e o consumo de álcool antes das aulas, envolve ora apagar ora narrar as violências que sofre e também que comete e, envolve, principalmente, sonhar: em ser uma líder de mulheres em situação de rua, em ter um abrigo próprio e em ter sua voz reconhecida.

Reconhecimento parece ser também uma reivindicação feita por Carolina, mesmo que em sua fala ele ganhe outros contornos: ao relatar diversas formas de violência sofridas por ela e por outras mulheres ou por indivíduos em situação de rua, a jovem demanda um reconhecimento de seu corpo como um corpo que merece ser protegido e respeitado, o que narra não ter tido desde a infância. O respeito que exige é também o de não ser humilhada verbalmente nem ser considerada uma mulher de menos valor. Isso não implica, porém, um lugar cristalizado de vítima: ela narra também estratégias utilizadas para se defender e recursos para sobreviver na rua.

Mas Carolina fala também sobre os sonhos que constrói para si. Narra querer ser bombeira, médica ou atriz – e ter “umas três profissões” – e, ao final da entrevista, relata ainda espontaneamente: “eu vou logo escrever um livro”. À minha pergunta sobre o quê, responde: “história de vida... o nome do livro vai ser ‘Sofri para vencer’... o título do livro, já tô escrevendo já”. Conceição, que estava junto, diz logo em seguida: “eu também vou, o meu era pra sair esse ano, mas não deu, o ano foi corrido... vai chamar Lugar de Fala”. Assim, Conceição atribui a si o livro de Djamila Ribeiro⁹⁰ ao qual já havia feito referência quando tratou, em fala anteriormente reproduzida, sobre os livros que tinha e que perdeu vivendo na rua.

⁸⁹ Trecho da segunda entrevista com Conceição.

⁹⁰ Livro publicado por Djamila Ribeiro em edição mais recente pela editora Pólen em abril de 2019.

Dessa forma, sonho e delírio se misturam e reforçam uma vontade de narrar - narrativa essa que pode ter uma função muito importante atrelada ao reconhecimento. Para Butler (2019b), é importante identificar as normas a partir das quais determinados corpos são mais reconhecidos como humanos do que outros e encontrar as “condições de aparecimento” para aqueles que se encontram fora dela. É possível considerar, assim, que a narrativa (e a escrita que almejam) seja uma forma, ainda que pontual, de encontrar um aparecimento, um caminho para definir a si mesmas.

Nesse sentido, a escritora e teórica cultural Glória Anzaldúa (2000) escreve em sua carta endereçada às “mulheres escritoras do terceiro mundo”:

Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias (ANZALDUA, 2000, p. 232).

Vale lembrar que escrever, especialmente neste contexto, não é fácil, como também apresentou a autora, citando uma fala de Luisa Teich:

Se você não se encontra no labirinto em que (nós) estamos, é muito difícil lhe explicar as horas do dia que não possuímos. Estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro. E quando uma dessas horas é tirada, isto significa não uma hora em que não iremos deitar e olhar para o teto, nem uma hora em que não conversaremos com um amigo. Para mim isto significa um pedaço de pão (TEICH apud ANZALDUA, 2000, p. 231).

Também não é fácil, especialmente nesse contexto, o sonhar, que pode ser abandonado a qualquer momento, principalmente na busca pela sobrevivência. Uma das entrevistadas pelo relatório produzido pelo Estimar afirma: “eu acho que meus sonhos já se passaram. Eu amadureci muito antes de qualquer coisa, hoje eu só queria a paz. Infelizmente, não tenho. (Dione)” (ESTIMAR, 2019, p.54).

Dessa forma, chama a atenção como para Conceição e para Carolina sobreviver e sonhar pareçam estar tão atrelados e como, conforme procurou se apresentar ao longo do trabalho, ao falarem desses temas, elas revelam as construções que procuram fazer de si. Petit (2019), em um diálogo com o filósofo Ricoeur, afirma que a nossa vida é também constituída dos desejos não realizados, das possibilidades não concretizadas, dos devaneios – “nós consistimos talvez tanto naquilo que fomos quanto naquilo que não fomos, tanto no que é verificável e memorável quanto naquilo que é mais incerto, indeciso e disperso, talvez sejamos

feitos em igual medida daquilo que foi e daquilo que poderia ter sido” (PETIT, 2019, p. 130). Nesse sentido, os sonhos e as memórias narradas por essas mulheres revelam, ainda que de forma limitada, as versões que criam de si e de suas vidas nas ruas e como dialogam com as versões projetadas por outros sobre si e sobre sua condição social. Revelam ainda como suas percepções articulam-se à busca diária por sobrevivência em um contexto de extrema precariedade, como o da vida nas ruas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de historia oral**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005. 234 p.
- ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena et al (ORGS.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342p.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>>. Acesso em: 09 set. 2020.
- ARENDT, Hannah. A vida do espírito. Tradução Antonio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa B. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400p.
- BARROS, Nayara Natalia de. **Curadorias digitais de si: o auto/biográfico liminar das linhas do tempo do Facebook**. 2018. 1 recurso online (309p.). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 128p.
- BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BORTOLI, Suzana. Elas e nós. A representação de mulheres em situação de rua nas notícias jornalísticas. In: **VII Congresso de estudantes de pós-graduação em comunicação**, UERJ/UFF/UFRJ/PUC-RIO/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 23 a 25 de Setembro, 2013.
- BORTOLI, Suzana. **Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-01062017-101741/publico/SUZANAROEZENDOORTOLI.pdf>. Acesso em 20 fev. 2020.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 19ª edição, 484p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (16ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 287p.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 264p.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa B. (ORG.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. 440p.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b. 189p.

CARBY, V. Hazel. Mujeres blancas, escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes. **Feminismos Negros - una antología**. Madrid: Traficantes de sueños, 2012. 314p.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (ORG.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

COLLINS, Patricia H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloísa B. (ORG.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 2007. 243p. Dissertação (Mestre) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/publico/TESE_DANIEL_LUCCA_REIS_COSTA.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 1999. 275 p.

ESTIMAR INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL. **Mulheres sem teto em situação de rua**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.estimar.com.br/> . Acesso em 31 ago. 2020.

FABRICIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: Moita-Lopes (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**, São Paulo: Parábola, 2006.

FACINA, A. (2014) Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e "pacificação" no Complexo do Alemão. In: PEDRINHA, R. D.; FERNANDES, M. A. (Orgs.). **Escritos transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista**. Rio de Janeiro: Revan, pp. 39-48.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa #APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro**: Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais, 2016. Disponível em: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_Policia_precisa_falar_estupro_2016.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Capitães do asfalto**: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas "de rua" em Campinas. 1996. 320p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281374>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em sp. 2004. 361p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279907>. Acesso em: 17 fev. 2020.

GLUCK, S. What's so special about women? Women's oral history. **Frontiers: a journal of women studies**. V.2 p.3-17, 1977.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, pp. 201-246, 2004.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**: Tolerância Social à Violência Contra Mulheres. 2014. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

JAFFE, Noemi. Filhas da sobrevivência. In: LOPES, Adriana; FACINA, Adriana; SILVA, Daniel N. (ORGS.). **Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem**. Florianópolis [SC]: Insular, 2019. 336p.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 459p.

LOPES, Adriana; FACINA, Adriana; SILVA, Daniel N. (ORGS.). **Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem**. Florianópolis [SC]: Insular, 2019. 336p.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloísa B. (ORG.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial*. In Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. (Org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. 279 p.

OLIVEIRA, Bruno C. Sobrevivência pragmática da moradia favelada: a história de Dandara. In: LOPES, Adriana; FACINA, Adriana; SILVA, Daniel N. (ORGS.). **Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem**. Florianópolis [SC]: Insular, 2019. 336p.

PALMA, Daniela. As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória*. **Cadernos Pagu** [online]. 2017, n.51, e175116. Epub Dec 18, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000300508&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 03 out. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2019. 190p.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje**. São Paulo: Editora 34, 2019. 208 p.

QUIROGA, Júnia; NOVO, Marina. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprender a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013. 341 p.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. “Ivan, O Andarilho-Jardineiro”: Representação discursiva da Situação de rua em um texto de mídia escrita. In: Coracini, Maria José (Org.). **Identidades silenciadas e (in)visíveis : entre a inclusão e a exclusão**. Campinas: Pontes, 2011.

ROSA, A.S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface** (Botucatu). v.19, n.53, p.275-85. 2015 Disponível em: Acesso em: 19 dez. 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (ORG.). **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamento**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; BRANCO, Naira de Assis Castelo. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (ORG.). **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 143-163.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. 335 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280382> . Acesso em: 17 fev. 2020.

SILVA, Daniel do Nascimento; ALENCAR, Claudiana Nogueira. A propósito da violência na linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 55, n. 2, p. 129-146, Campinas, Jul./Dez. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa B. (ORG.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

SOUZA, Flávia B.; DREZETT, Jefferson; MEIRELLES, Alcina; RAMOS, Denise. Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. **Reprodução & Climatério**, v. 27, 2012, p. 98-103. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141320871300006X?via%3Dihub>. Acesso em 31 ago. 2020.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Alínea, 2004. 171 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, p. 9-28, 2002.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** 2014. Disponível em <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao--sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em 31 ago. 2020.

ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: NARRATIVAS SOBRE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

Ana Luiza Barretto Bittar

Número do CAAE: 91125518.0.0000.8142

Você está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa. O documento que vou ler agora, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e você poderá receber uma cópia de sua gravação se desejar.

Por favor, escute com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de dar a sua autorização, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Essa pesquisa quer entender como é a experiência de vivência na rua no caso específico das mulheres. A partir de entrevistas, procuraremos saber qual é a visão das mulheres nessa situação sobre possíveis violações de direitos humanos vividas e sobre como o fato de ser mulher impacta essa vivência. Acreditamos que é um dos papéis importantes dos estudos da linguagem trazer para o centro das pesquisas grupos e problemas sociais que muitas vezes são colocados à margem da sociedade e, então, poder possivelmente promover novas formas de conhecer a vida social.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidada a dar uma entrevista que será gravada em áudio e posteriormente transcrita pela pesquisadora. Nessa entrevista, procuraremos saber sobre a sua vivência na rua e fora dela.

Não há uma duração específica para a entrevista, mas acredito que ela possa durar cerca de uma hora. Você poderá encerrá-la a qualquer momento se sentir vontade. Ela será gravada em um local que seja de fácil acesso para você. A gravação da entrevista será guardada pela pesquisadora em uma pasta do aplicativo Google Drive e será descartada após 5 anos do encerramento da pesquisa. Você pode solicitar uma cópia dessa gravação se desejar.

Desconfortos e riscos:

Você não deve participar deste estudo se não tiver vivido na rua e/ou se não se identifica com o gênero feminino.

Os riscos oferecidos às participantes são baixos e não previsíveis. Se você se sentir desconfortável, poderá não responder às questões ou encerrar a entrevista a qualquer momento. Além disso, a sua identidade será preservada e todo o material coletado será utilizado para fins exclusivamente acadêmicos.

Benefícios:

Este estudo não apresenta benefícios diretos à participante, mas considera-se que fazer suas vozes ocuparem outros espaços sociais, como o da Universidade, pode contribuir

para o desenvolvimento científico da área de Linguística Aplicada mais diretamente, e também para o campo das Ciências Humanas de modo geral.

Acompanhamento e assistência:

A participante terá direito a assistência e a acompanhamento em função de eventuais danos causados por essa pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

A entrevista será realizada em local e horário de sua preferência, portanto, acreditamos que você não terá despesas com locomoção e alimentação. Você terá a garantia ao direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Ana Luiza Barretto Bittar (Unicamp – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº571 - CEP 13083-859 - Campinas - SP - Brasil – 19 3521 1506 - analuiza.bittar@gmail.com).

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP das 08:30hs às 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936 ou (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, você aceita participar desta pesquisa?

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.